



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO ACADÊMICO EM SERVIÇO SOCIAL**

MARYVALDA MELO SANTOS COSTA

**A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO
TOCANTINS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES
DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
(ABEPSS)**

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2021

MARYVALDA MELO SANTOS COSTA

A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO
TOCANTINS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
(ABEPSS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob orientação da Profª Drª Célia Maria Grandini Albiero como requisito parcial ao grau de Mestre em Serviço Social.

MIRACEMA DO TOCANTINS - TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

CS37d Costa, Maryvalda Melo Santos.

A Dimensão Formativa do Assistente Social no Estado do Tocantins:: uma reflexão a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) . / Maryvalda Melo Santos Costa. – Miracema, TO, 2021.

160 f.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Serviço Social, 2021.

Orientadora : Célia Maria Grandini Albiero

1. Projeto Ético Político. 2. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. 3. Formação Profissional e Serviço Social. 4. Estado do Tocantins. I. Título

CDD 360

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARYVALDA MELO SANTOS COSTA

A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL NO ESTADO DO
TOCANTINS: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL
(ABEPSS)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob orientação da Profª Drª Célia Maria Grandini Albiero como requisito parcial ao grau de Mestre em Serviço Social.

Data de Aprovação ____/____/____

Banca Examinadora:

Profª Drª Célia Maria Grandini Albiero – Orientadora – UFT.

Profª Drª Giselli de Almeida Tamarozzi – Examinadora – UFT.

Profª Drª. Alzira Maria Baptista Lewgoy – Examinadora- UFRGS

Dedico este trabalho aos Assistentes Sociais que lutam por um Serviço Social crítico pautado nos princípios do Projeto Ético Político. O nosso grito precisa ser ouvido, não podemos nos calar. “*Quem sabe faz a hora, não espera acontecer.*” (Geraldo Vandré)

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente a Deus por ter me fortalecido antes e durante a elaboração deste trabalho. À minha família, meu pai Inaldo e, em especial ao meu esposo Rogério que sempre esteve ao meu lado me apoiando em todos os momentos, sendo compreensível com a minha ausência nos eventos, passeios e outros momentos em família que compartilhamos juntos. Muito obrigada, pois a conquista também é sua.

Aos meus filhos, Liza Monique e Ruan Kaique que me deram muito apoio e foram pacientes quando precisei me ausentar “subjetivamente” para refletir sobre as ponderações e contribuições deste trabalho na minha vida acadêmica e profissional.

Não poderia deixar de mencionar minha querida orientadora, Prof.^a Dr.^a Célia Maria Grandini Albiero, que incansavelmente esteve sempre presente, física e virtualmente me auxiliando na elaboração, correção e produção do trabalho. Sempre atenciosa nas ponderações a serem feitas, não mediu esforços para que este trabalho pudesse servir de subsídio acadêmico para as cinco IES do estado do Tocantins. Foi elaborado com muito carinho e atenção, buscando contribuir com o processo formativo do Serviço Social.

Agradeço também ao apoio e orientações do bibliotecário da UFT, Geraldo, sempre receptivo e atento aos nossos questionamentos, muito contribuiu para a normalização do trabalho. Aos meus colegas do curso de Mestrado em Serviço Social da UFT, os quais juntamente comigo eram instigados para não nos acomodar com os ditames do capitalismo, mas buscarmos o enfrentamento e não o conformismo.

Quero estender os agradecimentos à banca examinadora - na pessoa das docentes Alzira Maria Baptista Lewgoy e Giselli de Almeida Tamarozzi, que aceitaram o convite para compartilhar suas experiências comigo, enriquecendo o trabalho.

Muito obrigada a todos e todas!

Privatizado

“Privatizaram sua vida, seu trabalho, sua hora de amar e seu direito de pensar. É da empresa privada o seu passo em frente, seu pão e seu salário. E agora não contente querem privatizar o conhecimento, a sabedoria, o pensamento, que só à humanidade pertence.” (Bertolt Brecht).

RESUMO

Este estudo envolve a *temática*: “*A Formação Profissional do Assistente Social no estado do Tocantins e o Projeto Ético Político*”, tendo como *delimitação* o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais em cinco Instituições de Ensino Superior (IES’s) públicas e privadas do estado do Tocantins. A pesquisa intitulada: “**A dimensão Formativa do Assistente Social no estado do Tocantins: uma reflexão a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)**” têm como *objeto* de estudo, o processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins através dos PPC’s das IES e *objetiva* de forma geral, identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual dos cursos de graduação das cinco IES em relação à proposta vigente preconizada pela ABEPSS, mediante um recorte para os cursos de graduação em Serviço Social no estado do Tocantins, tendo em vista a considerável oferta de cursos na modalidade EaD e de IES privadas no estado. A metodologia do estudo compreende a pesquisa documental, utilizando os cinco PPC’s das IES públicas e privadas do estado do Tocantins. O estudo precede análise dos PPC’s à luz das Diretrizes Curriculares (DC) da ABEPSS de 1996, pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo. Como resultado do estudo, concluiu-se que as principais **convergências** são: incorporação dos núcleos de fundamentação da formação profissional; fomento à pesquisa acadêmica e a extensão universitária; supervisão sistemática em relação ao estágio e a supervisão; enfoque na qualificação docente; (ITOP, UFT e UNITINS); cumprimento da carga horária do estágio curricular; coesão em relação ao cumprimento da carga horária de Atividades Complementares: ITOP, UFT, UNIP, UNITINS e UNOPAR. Em relação às **divergências** marcantes identificou-se: fragmentação no processo de ensino-aprendizado e na formação profissional; ausência de afirmação da teoria social crítica nos respectivos PPC’s; sem descrição das linhas e dos grupos de pesquisa e dos projetos de extensão universitária publicizados na página dos cursos e no PPC’s (UNIP e UNOPAR); menção às DC do MEC/2002 nos documentos analisados: (ITOP e UNOPAR). Sugeriu-se no estudo, uma pesquisa empírica junto as IES com vistas a investigar como tem se dado o processo formativo do (a) assistente social, tendo em vista que a referida pesquisa foi documental e bibliográfica, bem como a devolutiva do estudo junto as IES pesquisadas. Os dados coletados servirão de base para uma reflexão crítica sobre o processo de formação do assistente social e as informações serão compartilhadas com o CRESS-TO que servirá para futuras discussões coletivas do conselho, propiciando uma revisão nos PPC’s de acordo com as indicações no

estudo. As informações são pertinentes para sugerir uma revisão nos PPC's das IES diante da necessidade de constante articulação com as DC da ABEPSS de 1996.

Palavras-Chave: Projeto Ético Político. Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Formação Profissional. Serviço Social. Estado do Tocantins.

ABSTRACT

This study involves the theme: "The Professional Training of Social Workers in the state of Tocantins and the Political Ethical Project", having as a delimitation the process of professional training of Social Workers in five public and private Higher Education Institutions (HEIs) in the state of Tocantins. The research entitled: "The Formative Dimension of the Social Worker in the state of Tocantins: a reflection based on the Curriculum Guidelines of the Brazilian Association of Teaching and Research in Social Work (ABEPSS)" has as its object of study the process of professional training of assistants in the state of Tocantins through the PPC's of the HEIs and aims, in general, to identify the divergences and/or convergences between the current proposal of the undergraduate courses of the five HEIs in relation to the current proposal recommended by ABEPSS, through a cutout for the courses of degree in Social Work in the state of Tocantins, in view of the considerable offer of courses in the distance education modality and private HEIs in the state. The study methodology comprises documentary research, using the five PPC's of public and private HEIs in the state of Tocantins. The study precedes the analysis of the PPC's in the light of the 1996 ABEPSS Curriculum Guidelines (DC), bibliographic research and content analysis. As a result of the study, it was concluded that the main convergences are: incorporation of the foundations of professional training; fostering academic research and university extension; systematic supervision in relation to the internship and supervision; focus on teacher qualification; (ITOP, UFT and UNITINS); compliance with the workload of the curricular internship; cohesion in relation to compliance with the workload of Complementary Activities: ITOP, UFT, UNIP, UNITINS and UNOPAR. Regarding the marked differences, the following were identified: fragmentation in the teaching-learning process and in professional training; absence of affirmation of critical social theory in the respective PPC's; no description of the lines and research groups and university extension projects published on the courses page and on the PPC's (UNIP and UNOPAR); mention of the DC of the MEC/2002 in the analyzed documents: (ITOP and UNOPAR). It was suggested in the study, an empirical research with the HEIs with a view to investigate how the educational process of the social worker has been taking place, considering that the referred research was documentary and bibliographical, as well as the feedback of the study with the HEI surveyed. The data collected will serve as a basis for a critical reflection on the process of training the social worker and the information will be shared with CRESS-TO which will serve for future collective discussions of the council, providing a review of the PPC's according to the

indications in the study. The information is pertinent to suggest a review of the PPC's of the HEIs in view of the need for constant articulation with the 1996 ABEPSS DC.

Keywords: Political Ethical Project. ABEPSS Curricular Guidelines. Training. Professional. Social Service. Tocantins State.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional da Faculdade ITOP.....	86
Tabela 2 - Matriz Curricular da Faculdade ITOP.....	87
Tabela 3 - Matriz Curricular da Faculdade UNOPAR.....	95
Tabela 4 Distribuição das disciplinas por Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional.....	100
Tabela 5 - Estrutura Curricular da UNITINS.....	106
Tabela 6 - Distribuição do corpo docente da UNITINS.....	109

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Demonstrativo das principais características das IES	110
Quadro 2 - Eixos e Indicadores das IES conforme as DC da ABEPSS de 1996	112
Quadro 3 - Demonstrativo das alterações dos PPC's 2007 e 2010 da UFT	129

LISTA DE SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CF	Constituição Federal
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CONAD	Conselho Nacional de política sobre Drogas
CONDIC	Conselho Diretor do Campus
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
DC	Diretrizes Curriculares
EdUFPI	Editora da Universidade Federal do Piauí
EdUFT	Editora da Universidade Federal do Tocantins
IES	Instituição de Ensino Superior
ITOP	Instituto Tocantinense de Graduação de Palmas
INESC	Instituto de Estudos Socioeconômicos
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NDE	Núcleo Docente Estruturante
PNE	Política Nacional de Estágio
RU	Restaurante Universitário
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UFMA	Universidade Federal do Maranhão
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNIP	Universidade Paulista
UNITINS	Universidade Estadual do Tocantins
UNOPAR	Universidade do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I	24
2 A POLÍTICA NEOLIBERAL E OS SEUS REBATIMENTOS JUNTO AOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA: Uma reflexão do cenário atual.....	24
2.1 Serviço Social: Tempos de resistência e não de regressão	33
2.2 Breves considerações sobre o continente do labor: reflexões sobre as transformações no mundo do trabalho	37
CAPÍTULO II.....	46
3 CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL: Os desafios da consolidação do projeto ético político e de formação profissional em tempos de resistência	46
3.1 Implicações atuais do conservadorismo no Serviço Social	55
3.2 O processo de formação profissional do (a) Assistente Social à luz das DC da ABEPSS de 1996	67
CAPÍTULO III	74
4 REVISITANDO E REFLETINDO SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS NO TOCANTINS	74
4.1 Descrição Metodológica da pesquisa	74
4.1.2 A construção metodológica da pesquisa.....	79
4.1.2 Apresentação das IES e seus respectivos PPC's	83
4.2.1 ITOP	84
4.2.2 UNIP	89
4.2.3 UNOPAR.....	94
4.2.4 UFT.....	98
4.2.5 O processo de federalização da UFT	98
4.2.6 UNITINS	103
4.2.7 As Diretrizes Curriculares da ABEPSS à luz dos PPC's do curso de Serviço Social no estado do Tocantins: uma reflexão crítica	111
5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS.....	143
REFERÊNCIAS	150
APÊNDICES	157

1 INTRODUÇÃO

Este estudo intitulado: **“A dimensão Formativa do Assistente Social no estado do Tocantins: uma reflexão a partir das Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)”** envolve a temática sobre *“A Formação Profissional do Assistente Social no estado do Tocantins e o Projeto Ético Político do Serviço Social”* o qual versa em sua delimitação sobre a dimensão formativa da profissão através do processo de formação profissional dos Assistentes Sociais em cinco Instituições de Ensino Superior (IES's) públicas e privadas do estado do Tocantins, sendo que a centralidade da pesquisa envolverá as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. A pesquisa objetiva de forma geral, identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual dos cursos de graduação das cinco IES em relação à proposta vigente preconizada pela ABEPSS, que se justifica por existirem correlações de forças e interesses difusos nas instituições de ensino superior no Brasil. Será feito um recorte para os cursos de graduação em Serviço Social no estado do Tocantins, tendo em vista a considerável oferta de cursos na modalidade EaD e de IES privadas no estado. O conjunto CFESS/CRESS através da articulação com o CRESS-TO, tem atuado no combate à oferta mercadológica da educação superior, realizando encontros e campanhas alusivas à luta por uma educação gratuita, presencial e sobretudo, pautada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Busca-se respostas para a inquietação, sobre a dimensão formativa do Assistente Social tendo como ponto de partida a investigação nos PPC's dos cursos de Serviço Social das 5 IES do estado e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. A temática em questão, será abordada por autores que expõem a discussão sobre a formação profissional e sua relação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS, dentre eles: Lewgoy e Maciel (2016) ao resgatar a trajetória histórica do Serviço Social nos anos de 2006-2016, através de uma densa pesquisa bibliográfica sobre a formação profissional utilizando como fonte de estudo a análise de documentos publicados pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, como Portarias, Resoluções e as Diretrizes Curriculares que embasam o processo de formação dos Assistentes Sociais.

A proposta da pesquisa partiu da experiência enquanto membro do Grupo de Estudo e Pesquisa sobre Serviço Social, Formação e Exercício Profissional (GPESSFEP), atuando desde 2008. A pesquisa e a extensão acadêmica foram apresentadas através do trabalho dos respectivos grupos de pesquisa, envolvendo alunos, egressos, profissionais de algumas

políticas públicas e sociais de Miracema e região, técnicos administrativos e professores da universidade.

Através do estudo promovido pelo grupo de estudo e pesquisa, conseguiu-se romper paulatinamente com a zona de conforto, o que é muito comum entre os estudantes, a falta de motivação pela produção científica, grupos de estudo, dentre outros, pois certamente a acadêmica não foi uma exceção à essa situação, mas procurou um envolvimento sobre as temáticas discutidas pelo crescimento teórico apreendido durante a inserção no âmbito acadêmico.

A experiência enquanto egressa do curso e profissional graduada, trouxe ganhos significativos à trajetória profissional, pois exigiu a capacidade crítica e reflexiva frente aos desafios da contemporaneidade. Ressalta-se que a participação no referido grupo de estudo e pesquisa agregou maturidade para a supervisão de estágio, um desafio que só foi vencido a partir da compreensão das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

O interesse partiu da inserção enquanto egressa da Universidade Federal do Tocantins (UFT), atuando nos respectivos grupos de estudo e pesquisa que discute a formação e o exercício profissional e conseqüentemente tem instigado a problematizar as ações cotidianas da profissão diante das demandas oriundas da população miracemense.

Acredita-se, que nenhuma ação profissional pode ser irrefletida ou descolada da sua contextualização histórica, uma vez que a profissão hegemonicamente segue a corrente marxista. Essa articulação, parte da reflexão-ação do trabalho profissional tornando-se um desafio para a categoria que se vê diante de uma sociedade completamente conservadora e desigual, ao mesmo tempo em que exige dos (das) profissionais ações pontuais, imediatas e que respondam unicamente aos interesses do capital. Instigou-se tais questionamentos sobre os desafios que essa sociedade nos impõe cotidianamente, que na maioria das vezes essa reflexão crítica das ações profissionais é nula ou escassa.

A pesquisa se propõe a contribuir com o fortalecimento da profissão reiterando seu caráter crítico, compromissado com a classe trabalhadora e população usuária, conforme preconiza o Código de Ética Profissional em seus 11 princípios norteadores. Uma profissão que possui mais de 80 anos de atividade e que em seu bojo acumula uma diversidade teórica que contribuiu e contribui significativamente para minimizar as mazelas do capitalismo através de sua atuação crítica frente à população usuária. Esse protagonismo profissional precisa ser enfatizado no meio profissional sob o risco de retorno do assistencialismo exacerbado e o primeiro-damismo, traços marcantes de um conservadorismo que a profissão se negou e ainda se recusa a aceitar.

Tendo em vista o contexto sócio político que o país vivencia, em tempos de retrocesso e conquistas sociais, avanços do conservadorismo e um descrédito sobre dias melhores para a população menos favorecida, o referido estudo se articula com a proposta da ABEPSS e vai de encontro com a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993, defendidos pelo conjunto CFESS/CFESS, sendo explicitado no projeto de profissão com uma hegemonia que se coaduna com a teoria social marxista, o qual busca articular de forma as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 refletem na formação profissional dos egressos e profissionais que atuam nas políticas públicas e sociais.

Conforme explicitado, os conteúdos curriculares da ABEPSS de 1996 devem estar articulados à proposta do conjunto CFESS/CRESS pela defesa de uma formação profissional que coadune com as lutas sociais da categoria. Nesse sentido, a autora reitera a importância da totalidade na visão crítica dos profissionais envolvidos na elaboração das matrizes curriculares.

A formação acadêmica não pode ser pensada fora do contexto mais amplo de desenvolvimento da sociedade, ou seja, do movimento de produção e reprodução das relações sociais, fora, portanto, da totalidade da vida social. Totalidade essa que implica a consideração de fenômenos mais gerais que exercem influência determinante sobre o ser e o vir a ser das manifestações do cotidiano, bem como a consideração de elementos que o inflexionam, relacionados à presença dos sujeitos historicamente constituídos, que, com suas opções e posturas teóricas, políticas e culturais, imprimem uma direção à dinâmica societária. (FONSECA, 2016, p. 3).

Fonseca (2016), o movimento de produção e reprodução da vida social deve acompanhar as transformações societárias através da categoria totalidade, historicidade e criticidade, tais apontamentos são imprescindíveis para avaliar o perfil profissional que vem sendo formado pelas IES. A ABEPSS defende a formação crítica, através da essência do Projeto Ético Político e da negação do conservadorismo e do cerceamento da liberdade dos indivíduos.

Partindo dessas considerações iniciais, a pesquisa tem relevância social pois nasce de inquietações sobre os desafios da formação profissional dos Assistentes Sociais e se alinha com a pesquisa macro em andamento: “O impacto da formação profissional de Assistentes Sociais do curso de Serviço Social da UFT no estado do Tocantins” com previsão de término em 2021. O projeto visa,

[...] refletir sobre a proposta de formação profissional em Serviço Social e avançar junto os estudos referentes ao processo de formação e exercício profissional no estado do Tocantins através do curso de graduação em Serviço Social, do Programa de Pós Graduação em Serviço Social – Mestrado e do curso de especialização em Serviço Social e Política Social, da UFT. O projeto de pesquisa envolve o estudo do

impacto social, econômico e político do curso de graduação de Serviço Social no estado do Tocantins pela via da formação profissional. Esta proposta em linhas gerais visa avaliar o rebatimento da formação profissional oferecida pelo curso de Serviço Social da UFT junto aos espaços sócio ocupacionais dos egressos e verificar os impactos da atuação do Assistente Social na realidade estadual que interferiram ou não na qualidade da prestação de serviços sócio assistenciais junto à população usuária[...]. (GEPSSFEP, 2019, p. 2)¹

Buscou-se respostas para nossa inquietação sobre a dimensão formativa do Assistente Social, tendo como ponto de partida a investigação nos PPC's dos cursos de Serviço Social das cinco (5) IES do estado e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Por já terem sido elaborados e divulgados estudos sobre a discussão e implementação das Diretrizes vigentes, a pesquisa se utiliza de tais dados, que muito contribuirão para o desenvolvimento e fortalecimento da profissão, evidenciando a universidade como um espaço plural, diverso e de múltiplos saberes, é salutar que os resultados da pesquisa sejam amplamente divulgados no meio acadêmico entre o colegiado dos cursos visando ampliar o conhecimento e a discussão entre os graduandos, egressos, docentes. Reitera-se que o estudo será mais uma ferramenta no campo teórico que subsidiará a discussão sobre a formação profissional do Assistente Social, apoiando os cursos de graduação do estado do Tocantins em relação à necessidade de diálogo entre os cursos de graduação em Serviço Social e a implementação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

O Serviço Social se consolida e se institucionaliza como profissão, defendendo a bandeira de luta pautada na socialização da riqueza produzida, na integralidade das políticas públicas e de acesso a serviços pela população menos favorecida, no fortalecimento do controle e participação social, na democratização do acesso à universidade, às políticas públicas, a uma formação profissional crítica, dentre outras. Diante da constante e intensa exploração do capitalismo, que amplia a concepção mercadológica do neoliberalismo, tem-se como desafio a negação dessa visão individualista e descolada da realidade, baseada numa realidade aparente e superficial sem garantias concretas de um futuro certo. Cabe, portanto, ao Serviço Social, blindar-se contra os ataques antidemocráticos e nefastos do capital, através da sua história de lutas e de resistência.

A luta da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS é em prol de uma educação de qualidade e gratuita, pela materialização do acesso aos direitos sociais, de mais moradias dignas para a população excluída, marginalizada. A luta é pelo respeito às diferenças, contra o

¹ Extraído do Relatório Anual do GEPSSFEP, 2019.

racismo e o preconceito, contra o cerceamento dos direitos conquistados, é preciso partir para o enfrentamento e não desistir diante das adversidades. O Serviço Social é uma profissão que luta e combate toda forma de opressão social, que defende os direitos humanos e nega a tortura. Diante de tantas evidências de uma profissão aguerrida, comprometida com seus usuários, fica o apoio incondicional à luta de classes. Durante a investigação não se utilizou juízo de valor nas análises dos PPC's, pelo contrário, buscou-se indicar aspectos relevantes das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 para contribuir com o fortalecimento do Projeto Ético Político e conseqüentemente da profissão no Brasil.

Problematizando o estudo que envolve a temática e sua delimitação supracitadas no início desta introdução têm como tarefa primordial "*investigar o processo de formação profissional dos assistentes sociais postos nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins*". Partiu-se do princípio que as cinco IES do estado do Tocantins passaram por algumas modificações em seus currículos como as exigências legais do MEC (2001), e da ABEPSS (1996), diante da conjuntura política que o país atravessa, pois ao mesmo tempo em que seguem o curso das constantes transformações societárias, o que indicou a necessidade de se investigar como ocorreu esse processo e identificar as alterações. Assim, entende-se que o *objeto* de estudo desta pesquisa envolve o processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins através dos PPC's das IES.

A pesquisa objetiva de forma geral, identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual dos cursos de graduação das cinco IES em relação à proposta vigente preconizada pela ABEPSS à luz das Diretrizes Curriculares de 1996, que se justifica por existirem correlações de forças e interesses difusos nas instituições. A presente proposta é desafiadora e encoraja a apresentar resultados fidedignos, respeitando assim o compromisso explícito no Código de Ética do Assistente Social em publicizar os dados coletados nas pesquisas sociais.

Por apresentar uma proposta macro, é necessário delimitar objetivos específicos que se alinharão ao objetivo geral visando alcançar o resultado esperado. Seguem, portanto os respectivos objetivos específicos: Fortalecer o Serviço Social no estado do Tocantins a partir do estudo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996; discutir sobre o processo de implementação e reformulação dos PPC's do curso de Serviço Social das cinco IES do estado do Tocantins; contribuir com o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais do estado do Tocantins na hegemonia crítica da profissão frente aos avanços do conservadorismo.

Conforme visto, o estudo possui uma proposta articulada a uma formação comprometida com o projeto de profissão, sendo baseada na perspectiva crítica e política. O Serviço Social é uma profissão que, defende que a pesquisa traga retornos à população usuária, através de uma mudança material refletida nas condições de vida da população e não apenas na devolutiva dos resultados obtidos. Observa-se que a publicização dos resultados das pesquisas sociais realizadas com e para a população usuária nem sempre ocorrem como deveriam, o que causa descrédito e acaba reduzindo as possibilidades de êxito e acesso a esse público.

Em relação às inquietações que motivaram ao estudo do tema, debruçou-se em identificar questões norteadoras capazes de alcançar respostas satisfatórias que contribuirão para a investigação, dentre as quais tem-se: *De que forma pode-se perceber a materialização do projeto de formação profissional nos PPC's das cinco IES do estado do Tocantins? Nos PPC's analisados das cinco IES, pode-se perceber uma postura crítica da categoria frente a expansão mercadológica da educação superior? É possível perceber nos PPC's das IES's do estado do Tocantins, a indissociabilidade entre o projeto ético político do Serviço Social e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS?*

A metodologia do estudo compreende a pesquisa documental e bibliográfica utilizando os cinco PPC's das IES públicas e privadas do estado do Tocantins. O estudo precede análise dos PPC's à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, revisão bibliográfica e análise de conteúdo. Busca-se evidenciar que o processo de formação profissional do assistente social não pode ser isolado da conjuntura sociopolítica do país tendo em vista que a centralidade da profissão está no trabalho. Embora existam alguns dissensos a esta temática no meio profissional, hegemonicamente é sobre o trabalho que perdura a concepção crítica da profissão. O enfoque sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 em relação às matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no estado do Tocantins conforme os respectivos PPC's, demonstrou a necessidade da pesquisa documental, com vistas a contribuir para a discussão outrora retomada sobre a reformulação necessária de cada PPC.

A história da profissão tem sido retratada ao longo dos anos, por assistentes sociais que vivenciaram a trajetória histórica de lutas e conquistas da categoria. A comemoração dos 80 anos da profissão no Brasil, foi lembrada através de diversas manifestações promovidas pelo conjunto CFESS/CRESS através da produção científica, debates, encontros, seminários, exposição de trabalhos sobre a caminhada da profissão até os dias atuais.

Conforme afirmam Duriguetto e Marro (2018), sobre o processo de mobilização da profissão e sua relação direta com os movimentos sociais em prol da efetivação e da conquista de direitos sociais.

A aproximação do Serviço Social com as lutas, organizações e movimentos sociais que portam a defesa dos direitos, interesses e projetos societários das classes subalternas data do início da década de 1960 com o Movimento de Reconceitualização latino-americano. A condição para esta primeira aproximação foi a formação e a atuação política de movimentos e organizações dos trabalhadores que se desenvolveram em meio à conjuntura internacional de uma contrarrevolução preventiva do capital que teve agudos rebatimentos no continente. É nessa conjuntura de efervescência social que segmentos da vanguarda da categoria passam a repensar a função da profissão em face das contradições sociais e sintonizam-se com o universo das lutas e das demandas dos trabalhadores, atuando na direção de minar as bases tradicionais da profissão na sua dimensão teórico-metodológica, organizativa e interventiva. (DURIGUETTO; MARRA, 2018, p. 94-95).

As autoras declararam que a trajetória do Serviço Social tem sido amplamente difundida entre a categoria, buscando preservar a história de militância e defesa da população excluída desse sistema predatório, desigual. É nessa defesa intransigente pelos direitos humanos, pelos direitos sociais, que os profissionais devem lutar, resistindo ao avanço neoliberal e nefasto do capital.

O debate sobre a formação profissional do Assistente Social nos 80 anos de institucionalização da profissão no Brasil tem sido o mote das abordagens do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS ao longo dos anos. As constantes discussões das referidas entidades, buscam propiciar a ênfase na indissociabilidade entre a formação profissional e o projeto de profissão. A temática em questão será abordada por Lewgoy e Maciel (2016), ao resgatar a trajetória histórica do Serviço Social nos anos de 2006-2016 através de uma densa pesquisa bibliográfica sobre a formação profissional, utilizando como fonte de estudo a análise de documentos publicados pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, como Portarias, Resoluções e as Diretrizes Curriculares que embasam o processo de formação dos Assistentes Sociais, conforme declaração,

Reconhecemos, neste resgate da trajetória histórica dos últimos vinte anos da formação na área, um conjunto dialético de configurações, polêmicas e resistências empreendidas pela profissão, que evidenciam a busca incessante pela garantia do Projeto Profissional, mediante um conjunto de ações as quais se propõem a enraizar as DCs; manter a capacidade político-organizativa da profissão; e, acima de tudo, sintonizar esse Projeto com a direção social da formação. No seu conjunto, ele se traduz num dos mais importantes legados dos últimos vinte anos do Serviço Social no Brasil, portanto, recuperá-lo para apreendê-lo na sua totalidade é fundamental, pois nos permitirá avaliar os erros e acertos empreendidos nesse tempo histórico, projetando o futuro que, certamente, já nos impõe uma agenda de renovação das lutas pela formação de qualidade: desafio presente e futuro da profissão e de todos

os que se opõem a uma educação mercantilizada e alinhada, exclusivamente, aos interesses do capital (LEWGOY; MACIEL, 2016, p. 45- 46).

Conforme afirmam as autoras, o projeto de profissão dos assistentes sociais é o legado deixado pela categoria, para que a direção política seja mantida conforme os princípios éticos defendidos pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, sobretudo num cenário de mercantilização do ensino superior e expansão dos avanços da política de ajuste neoliberal.

Atrelada às discussões das referidas autoras (LEWGOY; MACIEL, 2016), encaminha-se as considerações de Guerra que adensam a discussão sobre a formação profissional a partir da consolidação do Projeto Ético Político, instigando a continuidade sobre o debate atual. Guerra² discute a dimensão formativa do assistente social, conforme: “[...] A dimensão formativa referenciada nas Diretrizes Básicas da Formação Profissional dos Assistentes Sociais brasileiros tem, dentre seus princípios organizativos, a articulação orgânica entre a dimensão interventiva e a dimensão investigativa³[...]” (GUERRA; BACKX; SANTOS, 2012, p. 57) reafirmam o compromisso da indissociabilidade entre teoria e prática.

Diante do pensamento de Lemos (2019), de Yamamoto (2014), estes também suscitam uma reflexão bastante profícua sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS através de uma análise de conjuntura crítica sobre a expansão do capitalismo na política de educação brasileira, os rebatimentos no trabalho e na formação profissional do assistente social. Yamamoto (2014) divide seu texto entre “*o quadro atual do Serviço Social brasileiro*” apresentando as estatísticas dos cursos de graduação, pós-graduação e o quantitativo de Assistentes Sociais no Brasil lembrando as conquistas e embates da profissão.

Posteriormente a essas reflexões, a autora apresenta a discussão sobre as “*diretrizes curriculares e o projeto de profissional: reservas de força e resistência política*” e conclui suas considerações, com o tema: “*Determinantes sócio históricos e acadêmicos do processo de implantação das diretrizes curriculares*⁴”. O estudo agregou à pesquisa, aprofundamento teórico essencial para o rigor e compromisso da pesquisa.

A seguir, se iniciará à apresentação dos capítulos teóricos que embasaram as reflexões para contribuir com uma proposta crítica e reflexiva a respeito da formação profissional do Assistente Social, com base na proposta da ABEPSS de 1996.

O Capítulo 1 abordará “*A Política Neoliberal e os seus rebatimentos junto aos Direitos da Classe Trabalhadora: Uma reflexão do cenário atual*”. Neste capítulo enfocam-

² Artigo sem informação de ano de publicação.

³ A Dimensão técnico-Operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Ed. UFJF, 2012. 2ª edição.

⁴ Ano de 2014.

se as transformações societárias diante da conjuntura neoliberal e seus reflexos não apenas para a classe trabalhadora, mas para toda a sociedade.

O capítulo 2 tem como título, “*Considerações sobre o processo de renovação do Serviço Social: Os desafios da consolidação do Projeto Ético Político e de formação profissional em tempos de resistência*”. As reflexões seguem um curso histórico da trajetória da profissão desde sua gênese até o processo de renovação da profissão.

O capítulo 3 intitulado “*Revisitando e refletindo sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS*”, se propõe a apresentar as análises sobre os PPC’s do curso de Serviço Social das cinco IES do estado do Tocantins, a partir da perspectiva crítica, de acordo com os eixos analíticos.

Por fim, nas “Aproximações Conclusivas” retoma-se a discussão sobre o processo formativo do (a) assistente social elencando os objetivos geral e específicos e as questões norteadoras, refletindo criticamente.

CAPÍTULO I

2 A POLÍTICA NEOLIBERAL E OS SEUS REBATIMENTOS JUNTO AOS DIREITOS DA CLASSE TRABALHADORA: UMA REFLEXÃO DO CENÁRIO ATUAL

Buscando traçar uma relação com o Serviço Social, evidencia-se algumas reflexões sobre o contexto histórico da profissão de forma a resgatar sua gênese a partir da benemerência e da caridade social marcado até hoje e que se confundem no meio profissional, pois as ações cotidianas se metamorfoseiam em meio às práticas tão conservadoras quanto às exercidas no surgimento da profissão e suas bases fundantes.

Este texto, traçado diante de uma pesquisa bibliográfica, se divide em duas partes, a primeira envolvendo reflexões sobre a política neoliberal e os seus rebatimentos junto aos direitos da classe trabalhadora e em uma segunda parte, enfatizando a importância do Serviço Social em tempos de resistência e não de regressão.

Deixou-se algumas aproximações ainda inconclusas, devido ao cenário sócio político e econômico brasileiro trazerem à tona, incertezas e inseguranças, mas é preciso manter a esperança de mudança através da resistência, da busca incessante por direitos sociais e justiça.

Os reflexos da ofensiva neoliberal que vem atingindo diretamente a classe trabalhadora, podem ser vistos com a ostensiva retirada dos direitos antes conquistados e consolidados pela Carta Magna Brasileira, bem como pela cooptação da organização coletiva dos segmentos sociais e vem disseminando uma “blindagem,⁵” que tem se restringido especificamente às instituições públicas como forma de impedir a livre manifestação do pensamento e a articulação dos segmentos civis organizados.

As mudanças ocorridas no país desde a década de 1990, contribuíram para a expansão mercantil, para a opressão, cerceamento de direitos sociais, restrição da seletividade nos programas e projetos sociais ofertados minimamente para a população usuária, traços marcantes do neoliberalismo.

A esse respeito, cabe alinhar às discussões sobre a política de ajuste neoliberal aos estudos das autoras Behring e Boschetti (2006), quando apresentam o contexto sócio histórico do surgimento do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da mundialização do capital. No decorrer de suas discussões, as autoras apresentam fatos que ajudam a compreender o

⁵ Parafraseando Durigetto e Demier, em “Democracia Blindada”, 2017.

percurso histórico da política social e suas configurações no contexto neoliberal. Definem e justificam os termos: “estado social e estado liberal” para melhor compreensão da trajetória histórica. Como justificativa para a utilização do termo “Estado Social” trazemos a declaração,

[...] a regulação econômica e social efetivada pelo Estado no capitalismo tardio não significa atribuir ao Estado uma natureza anticapitalista, e menos ainda lhe atribuir uma designação ou caracterização para demonstrar que o fato de assumir uma “feição” social por meio de direitos implementados pelas políticas sociais, não retira do Estado sua natureza capitalista e nem faz dele uma instância neutra de produção de bem-estar. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006, p. 24).

Partindo desse ponto as autoras (2006) reiteram que o Estado sofreu modificações desde a crise de 1929 passando a ser “[...] indutor de políticas keynesiana-fordista [...]” (2006, p.24), pode-se acrescentar que no contexto político atual, a regulação econômica do Estado tem atingido mais diretamente os setores responsáveis pela concessão de benefícios sociais para a população, não se restringindo apenas à assistência social, mas se expande para outras áreas como a educação, esportes, cultura, o que vem corroborar com a declaração das autoras sobre a natureza capitalista do Estado.

Para Behring & Boschetti (2006), as políticas sociais são o resultado das relações contraditórias determinadas pela luta de classes [...]. E, acrescentam ainda que: [...] não houve uma mudança radical entre os dois Estados (liberal e social) mas, sim, uma mudança na perspectiva do Estado liberal que se obrigou a assumir um caráter de proteção social investindo em políticas sociais, como afirmam:

Não se trata, então de estabelecer uma linha evolutiva linear entre o Estado liberal e o Estado social, mas sim chamar a atenção para o fato de ambos tem um ponto em comum: o reconhecimento de direitos sem colocar em xeque os fundamentos do capitalismo. (Ibidem, 2006, p. 63).

O aparecimento das Políticas Sociais no Brasil, não segue o tempo histórico dos países capitalistas, apesar do escravismo no século XIX e o acirramento da luta da classe operária já estarem em evidência. Tal situação só foi assumida como questão política no início do século XIX, assim como a instituição dos direitos sociais e outras conquistas da classe trabalhadora.

Essa organização de classes foi fundamental para a mudança do estado liberal no final do século XIX e início do século XX, para o estado social, pois evidenciou que as conquistas da classe operária não se deram sem luta, tampouco ficaram apenas no campo das ideias: elas foram forjadas no interior das fábricas, alcançando todos aqueles que sofriam com a exploração do capital. Corroborando com Behring & Boschetti (2006) em relação à

participação da classe operária e dos partidos políticos, assumindo seu protagonismo em prol das conquistas reivindicatórias, temos as considerações do autor,

As lutas travadas nos termos dessa prescrição geraram notáveis frutos durante boa parcela do século XX, particularmente nos países capitalistas avançados. Apesar de não ter havido transformações revolucionárias, o crescente poder das organizações e dos partidos políticos da classe trabalhadora obtiveram ponderáveis melhorias dos padrões materiais de vida associados com a institucionalização de uma ampla gama de proteções sociais. (HARVEY, 2005, p. 139-140).

O autor acrescenta ainda, que sem a organização da classe operária, os Estados-democráticos de bem-estar social, não existiriam “[...] os modelos adotados pelos países da Europa Ocidental e da Escandinávia, puderam ser considerados, apesar de seus problemas e dificuldades inerentes, modelos de desenvolvimento progressista [...]”. (HARVEY, 2005, p. 140).

Embora num contexto desfavorável, a organização da classe operária foi decisiva para que as conquistas reivindicatórias pudessem assumir um caráter de conquista civilizatória como já afirmavam Behring & Boschetti (2011). Essa conquista foi decisória e necessária, pois imprimiu o caráter revolucionário e de militância às organizações de classe. Na contemporaneidade temos um paralelo em relação à política neoliberal e sua forma nefasta de manifestar-se frente às forças produtivas: as relações sociais se precarizaram e os vínculos sociais se fragilizaram, houve a introdução de novas tecnologias no mercado de trabalho aperfeiçoando o processo de mecanização e substituição da mão-de-obra; a precarização dos vínculos trabalhistas deixou de se tornar nefasta, passando a ser naturalizada pela sociedade.

Essa naturalização da tragédia em massa causada pelas políticas neoliberais ganhou força, apoio e visibilidade de grande parcela da população brasileira que aceita e defende a ideia de que a liberdade econômica, é a libertação de todos os problemas sociais do país, desconsiderando estudos científicos que comprovam exatamente o contrário: aumento do pauperismo, da exclusão social e da miséria; o patrimônio público é privatizado sem discussão ampla da sociedade; a questão ambiental não é prioridade do governo (apenas as riquezas extraídas); direitos são destruídos com uma simples assinatura através das leis positivadas e a organização de classes já não tem mais a mesma efervescência de antes.

Essa é uma leitura enviesada, superficial e errônea que a sociedade faz do neoliberalismo, sobretudo das privatizações, que tem se tornado uma prática cotidiana dos últimos governos, mais contundentemente deste atual. Mudam-se os tempos, mas a natureza do capital permanece a mesma.

A discussão sobre os direitos sociais tem sido mote de constantes discussões no âmbito da política de Assistência Social no Brasil, sobretudo nos últimos anos em que a sociedade assistiu o desmonte das conquistas sociais. Um exemplo desse desmonte são os programas do Governo Federal na gestão da Presidenta Dilma Rousseff e Michel Temer (2012) Brasil Carinhoso e Melhor em Casa, ligados à Assistência Social e a Saúde. O tema é discutido pelas autoras Miotto e Dal Prá (2015) que abordam a responsabilização familiar em relação ao cuidado dos entes queridos e à educação infantil.

Ambedos os Programas ao focarem os serviços sociais colocam em movimento, de forma coordenada, os atores principais para a efetivação do processo de privatização da provisão de bem estar, que são o mercado e a família. O Programa Brasil Carinhoso abre um nicho de relações com o setor privado e público não estatal ao afirmar a possibilidade da prestação de serviços de educação infantil através de convênios. Esse recurso, já utilizado em escala crescente na política de saúde, vem reforçar a seletividade e a focalização num processo de crescente mercantilização no atendimento às necessidades humanas. (MIOTTO; DAL PRÁ, 2015, p. 7 Apud SIMIONATTO; LUZA, 2011; IAMAMOTO, 2007).

Na afirmação das autoras, pode-se perceber a forma nefasta que o governo utiliza como estratégia na distribuição dos benefícios sociais. A flexibilização do mercado econômico através da liberdade dada pelo neoliberalismo, aproxima o setor privado e transfere a este, a responsabilidade que seria estatal. Dessa forma, o que deveria ser visto como direito, uma conquista social, passa a ser considerado como um favor reiterando as práticas assistencialistas e principalmente do primeiro-damismo. Os programas destinados às famílias beneficiadas destoam da luta de classes do Serviço Social, retrocedendo à conquista do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2004. A criação do SUAS foi sem dúvidas um divisor de águas para as políticas de transferência de renda e benefícios sociais. Ter um sistema unificado que continha as informações necessárias sobre as famílias beneficiadas, orientações sobre os programas assistenciais, como o Serviço de Proteção e Atenção Integral à família (PAIF), Serviço de Proteção e Atenção Especializado às Famílias (PAIFE), que logo mais englobariam o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), só veio a agregar mais informações para os profissionais que atuam nos CRAS e CREAS.

Portanto, embora o SUAS tenha sido um avanço histórico para a política de assistência social, por ser um instrumento planejado pelo governo federal, ainda há muito que se avançar para garantir de fato a autonomia e o protagonismo das famílias. Esse é o desafio para os profissionais que estão na linha de frente dos serviços públicos: ultrapassar os limites entre a instituição e os usuários, entre o que é direito e o que pode ser feito.

Buscando contextualizar os constantes reflexos neoliberais nas políticas sociais, encaminha-se à tona a questão ambiental do país que se tornou moeda de troca para os interesses políticos e econômicos do governo. O diferencial que o Brasil possui pelas inúmeras riquezas naturais, é traduzido pela biodiversidade da floresta Amazônica, o que já ficou evidente para alguns países que possuem acordos e tratados políticos. Tais acordos são justificados pelos altos investimentos de empresas estrangeiras, que buscam extrair e aumentar suas riquezas, através da floresta. Enfoca-se uma relevante contribuição de Roy (2001) citado por Harvey (2012) ao considerar a perversidade do sistema capitalista em relação às privatizações de recursos naturais do patrimônio público que são alvos dessa política predatória, conforme afirma:

[...] A privatização, conclui Roy, é essencialmente “a transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa... Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história” [...]. (HARVEY, 2012, p. 133, Apud ROY, 2001, p. 16).

Uma situação alarmante que envolve as riquezas naturais do país sendo gerenciadas por decisões políticas e lobistas a qualquer custo. A vida animal, a fauna e flora assim como as populações da floresta, povos indígenas e ribeirinhos todos são afetados, nenhum deles e nenhuma de suas riquezas foram preservadas. Lobbies são firmados como troca de favorecimento para empresas explorarem os recursos naturais da floresta Amazônica, devastando não apenas o patrimônio nacional e internacional, mas significam corromper os cofres públicos com vendas bilionárias que não serão revertidas em políticas públicas para os povos e população atingida, será destinada para a acumulação de mais riqueza para a classe dominante. Essa é a natureza perversa do capital. Num cenário de despolitização, de negação de direitos sociais, de fragmentação das políticas públicas, o país assiste a todos esses desmandos com uma passividade tamanha que incomoda pensar no fato de se está regredindo na conquista dos direitos constitucionais.

Seguindo a discussão sobre essa polarização que tomou conta da sociedade, retruca-se ao leitor sobre uma questão salutar: *que valor as conquistas das massas representaram para a sociedade civil?* Pois diante de tamanha barbárie social e econômica as perdas para a sociedade civil, classe trabalhadora e todas as organizações sociais que lutam em defesa do patrimônio público, acesso a bens e serviços, tem causado estranhamento, quando deveria

significar o reconhecimento de que as conquistas representaram um legado de resistência e não de barganha.

Os atos discricionários do governo que extrapolam o bom senso, a organização coletiva e a construção de políticas públicas efetivas para a classe oprimida e ausência de diálogo, são consequências da ditadura ideológica que o governo tem disseminado através de um discurso vazio da sua política minimalista.

Nesse caso, especificamente as reações foram inúmeras e muitas delas irreversíveis com rebatimentos trágicos para o trabalhador. E, diante da conjuntura atual econômica e política do Brasil, a classe trabalhadora não precisa se movimentar contrária aos desmandos: as reações acontecem independente de qualquer movimento contrário a atual conjuntura política do país. A ordem é banir qualquer ato suspeito, que implique no que o governo classifica como “*balbúrdia*”⁶, generalizando não apenas a criminalização dos movimentos estudantis, mas se estende a qualquer forma de expressão popular das massas.

Tem-se presenciado o país caminhar para o que muitos estudiosos já denominam de “mal-estar social” porque é o que veementemente as políticas sociais tem se tornado, perdendo pouco a pouco o caráter de “conquista civilizatória”. Para dialogar nessa discussão, sobre a continuidade assistencialista da política social, tem-se as reflexões,

Contudo, o discurso da universalidade não foi de todo suprimido dos planos governamentais. A tensão que se estabeleceu entre a antiga prática universalista e a atual valorização das políticas focalizadas, fez com que prevalecessem três arranjos de intervenção social que atestam a diminuição da intensidade protetora do Estado: a adoção de um universalismo que deixou de ser total, para ser segmentado ou contido; de um particularismo social ou categorial que privilegia demandas de grupos específicos, em lugar de demandas de classe; e da mercantilização das políticas sociais, que debilita direitos sociais, face a empecilhos ideológicos e operacionais à concretização desses direitos. Além disso, a presença atual de fenômenos globais ausentes no passado, como o crescente envelhecimento populacional, o desemprego estrutural, a reestruturação da família e a dinâmica migratória, requerem, da política social, difíceis orientações, que continuam em aberto. (PEREIRA, 2010, p. 10).

Conforme declarado, essas transformações que ocorreram refletiram em todas as políticas setoriais e acabaram impondo limites entre o ideal e o real, ou seja: as ações continuaram a serem focalizadas e mediatizadas reduzindo o trabalho profissional a meros

⁶Justificativa dado pelo Ministro da Educação do governo Bolsonaro, [Abraham Weintraub](#), para as manifestações nas universidades. Ameaçou a suspensão de recursos destinados às universidades que estiverem promovendo tais manifestações e não alcançarem os índices preconizados pelo MEC. Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,mec-cortara-verba-de-universidade-por-balburdia-e-ja-mira-unb-uff-e-ufba,70002809579>. Acesso em 15/08/2019.

“apaga-incêndios.”⁷Paralelo às considerações de Pereira, tem-se as reflexões de Vianna⁸(2010), ao reiterar que as garantias constitucionais que imprimem a universalidade dos direitos sociais, básicos e essenciais para a população nunca deixaram de ser parcialmente⁹ universais, uma vez que não são garantidos na sua integralidade. A autora aborda o cenário político e econômico do Brasil na década de 1930 percorrendo o período de pós-ditadura militar até a promulgação da Constituição Federal de 1988. Em seus relatos, resgata o caráter assistencialista que se expandiu através do sistema de proteção social brasileiro e reflete-se até os dias atuais nas políticas públicas.

A autora acrescenta que, diferentemente do que ocorreu no sistema de proteção social americano, no Brasil o sistema agiu inversa e perversamente contra a classe trabalhadora, a exemplo, utiliza o Sistema Único de Saúde (SUS) para evidenciar sua tese: “[...] O SUS teoricamente universal, é seletivo na prática; o americano é institucionalmente seletivo [...]” (VIANNA, 2010, p. 152). Nesta afirmação, temos claro que existem critérios para atendimento da população usuária, a premissa da universalidade não garante atendimento e assistência a quem necessita; um exemplo claro são as inúmeras judicializações que se acumulam contra os municípios e estados sem previsão de resolutividade. A tendência é aumentar a fila dos processos judiciais contra os gestores públicos. Sem expressar pessimismo da situação, mas diante do que o país tem sofrido nas últimas décadas, reiteramos que as judicializações não garantem a vida do indivíduo, tampouco conseguem coibir o descaso com que tratam as políticas públicas nesse país.

Em relação às características apontadas por Vianna (2000), sobre a seletividade do SUS, a autora acrescenta que o sistema é falho. Conforme destaca: “[...] ausência de regras para o funcionamento do mercado e mecanismos para fiscalizá-lo” (VIANNA, 2000, p. 152) em suma: sem mecanismos de fiscalização do recurso público não é possível garantir lisura nos processos licitatórios, conseqüentemente os usuários do sistema, receberão, não apenas serviços de procedência duvidosa e de má qualidade, mas implica em colocar em risco iminente à saúde de toda uma população em detrimento do aumento da fatia do bolo para os mais ricos.

⁷ Referimo-nos a essa terminologia informal, que tem sido bastante utilizada em muitas políticas públicas, principalmente na área da saúde e da Assistência Social, com justificativas governamentais que o recurso está escasso.

⁸ Para maiores informações, consultar: **Americanização (perversa) da Seguridade Social no Brasil. (2000)** Vianna, Teixeira Wernec, Maria Lúcia.

⁹ Consideramos que os direitos sociais são parcialmente universais e não integralmente universais, porque ao Estado é mais vantajoso manter os que já tem e não ampliar tais direitos.

Contextualizando as reflexões das referidas autoras sobre as ingerências nas políticas sociais, sobretudo na saúde pública, acrescenta-se as considerações de Bravo (2000) ao percorrer o caminho traçado até aqui na constituição do SUS, como fruto da militância da sociedade civil e segmentos organizativos em prol de condições materiais para acesso à saúde sem restrições previdenciárias.

Destaca-se, que no contexto político dos anos de 1990, o país sofre mais intensamente as consequências nefastas da política de ajuste neoliberal que transfere responsabilidades estatais para a sociedade civil reduzindo os direitos sociais e cerceando a liberdade da população. No setor de saúde, esse reflexo tornou-se mais expressivo, tendo em vista que o acesso gratuito à saúde foi conquistado pela população brasileira, através da recusa ao modelo de Seguridade Social adotado, modificando o olhar unilateral e previdenciário com o qual estava sendo conduzida a saúde. Conforme,

A afirmação da hegemonia neoliberal no Brasil, tem sido responsável pela redução dos direitos sociais e trabalhistas, desemprego estrutural, precarização do trabalho, desmonte da previdência pública, sucateamento da saúde e educação. A proposta de Política de Saúde construída na década de 1980 tem sido desconstruída. A Saúde fica vinculada ao mercado, enfatizando-se as parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a mesma para assumir os custos da crise. A refilantropização é uma de suas manifestações com a utilização de agentes comunitários e cuidadores para realizarem atividades profissionais, com o objetivo de reduzir os custos. (BRAVO, 2000, p. 14).

Como bem destaca Bravo, o papel do Estado deixa de ser “provedor” e passa a ser “regulador das políticas sociais”. Essa ausência do Estado causou muitas consequências desastrosas aos serviços e cofres públicos, afetando as propostas coletivas, a democracia, a efetivação de direitos sociais. Esse reflexo teve proporções em todas as políticas públicas, sobretudo na educação e na saúde como sendo as mais amplas e mais acessíveis à população.

A esse respeito, é salutar destacar as considerações de Salvador (2012) sobre as transformações macrosociedade nas políticas sociais, enfatizando a necessidade de discussão do fundo público para garantia dos direitos sociais e para o financiamento de tais políticas, conforme destaca:

O fundo público tem papel relevante para a manutenção do capitalismo na esfera econômica e na garantia do contrato social. O alargamento das políticas sociais garante a expansão do mercado de consumo, ao mesmo tempo em que os recursos públicos são financiadores de políticas anticíclicas nos períodos de refração da atividade econômica. No Brasil, o fundo público ganhou contornos restritivos, tanto pela ótica do financiamento como pela dos gastos sociais, muito aquém das já limitadas conquistas da socialdemocracia ocorrida nos países desenvolvidos. Até mesmo as “reformas” realizadas por dentro do capitalismo central não lograram o mesmo êxito em nosso país, uma vez que a estruturação das políticas sociais foi

marcada por componentes conservadores, que obstaculizaram avanços mais expressivos nos direitos da cidadania. (SALVADOR, 2012, p. 2-3).

De acordo com Salvador (2012), o ajuste das políticas sociais na ideologia neoliberal se expressa pela concentração de renda via orçamento público que “[...] não se alterou no governo Lula (2013) [...]” (SALVADOR, 2012, p. 8), o que houve na realidade foi à extinção das fontes exclusivas de financiamento para as políticas sociais “[...], pois altera de forma substancial a vinculação das fontes de financiamento exclusivas das políticas da seguridade social (previdência, saúde e assistência social), educação e trabalho [...]” (SALVADOR, 2012, p. 8).

Embora a Constituição Federal de 1988 tenha representado alguns avanços para a classe trabalhadora como garantias de acesso nas políticas de saúde, educação, assistência social, dentre outras, houve uma regressão dessa conquista social com o avanço e estabelecimento da ofensiva neoliberal nos país mais intensamente na década de 1990. A política neoliberal reduz paulatinamente as conquistas sociais em detrimento de aumento e acúmulo de riquezas para o empresariado, para os ricos, para os que detêm maior concentração de riquezas.

Diante do que fora exposto, pode-se perceber que os governos não buscaram alternativa viável (e mais rentável) do ponto de vista do financiamento público que não fossem as fontes de financiamento que beneficiassem diretamente as classes mais pauperizadas, fortalecendo o ciclo do conservadorismo em relação ao assistencialismo. O autor destaca ainda que os “gastos sociais” estão aquém das conquistas sociais, ou melhor, explicitando¹⁰: “o governo só investe naquilo que lhe dá lucro, que lhe é rentável (a curto prazo) que tem valor de troca”; o que já ficou muito explícito por estudiosos que analisam criticamente a economia e o sistema de proteção social do país. A mão-de-obra do trabalhador é uma das formas mais nefastas que o capital tem para ampliar seu ciclo de exploração, não permitindo ao trabalhador possibilidades de modificar tal situação nessa sociabilidade. E, nesse ciclo de intensa exploração social de sua força de trabalho pelo seu empregador, temos, não uma via de mão dupla, mas uma única via, pois o trabalhador não vê outra saída: precisa voltar para casa, dar o sustento à sua família e reiniciar a mesma jornada novamente no dia seguinte.

¹⁰ Nossa percepção a partir da referência aos cortes, às reformas tributárias, cerceamento de direitos sociais garantidos pela Constituição Federal de 1988 e que hoje nessa atual conjuntura, se dissolveram e tendem a ficar cada vez mais reduzidos.

Sem intenção e longe de ser fatalistas, instiga-se sobre uma hipotética situação: “*quais as possibilidades reais do trabalhador realizar algum enfrentamento sem nenhuma perda (econômica, social, política) diante do seu empregador*”? *Quem lhe dará garantias de sobrevivência? Este trabalhador possui realmente condições de escolha nessa atual conjuntura?* São alguns questionamentos cruciais para uma interpretação crítica da atual conjuntura político-econômica e que precisam ser densamente discutidas, não apenas porque atinge uma parcela mais pauperizada do país, mas porque diz respeito à sociabilidade que vivemos. Uma sociabilidade consumista, exploradora e que nesse contexto abraçou o discurso do governo federal e de seus aliados, esqueceram-se tão rapidamente dos tempos árdus que o Brasil passou na ditadura militar e que estão sendo paulatinamente reavivados, que não estão se dando conta do caos que está prestes a vir.

Vê-se com grande preocupação, que os avanços da ofensiva neoliberal começam a ser vistos pelo senso comum, não mais como um perigo aos direitos sociais, mas como algo naturalizado nas próprias relações sociais. Um exemplo claro, são atos políticos que recebem apoio da opinião pública e de grande parte da sociedade como: as privatizações do patrimônio público, ora contestadas pela sociedade civil que recebem apoio maciço para explorar as riquezas do país. Nessa cadeia de troca e venda do bem público, tem-se a reforma da previdência, que tem sido o centro das discussões no país, com discursos pomposos, o governo se utiliza de artifícios nefastos para ocultar as perdas irreversíveis para a classe trabalhadora, para aqueles que estão fora do mercado de trabalho e que sofrerão as mesmas consequências.

Dessa forma, é necessário reconhecer que essas transformações societárias não são um fenômeno novo fruto dessa conjuntura, mas podem ser combatidas por essa sociabilidade a partir da resistência e resiliência a todos os ataques sofridos pelo capital e que dão sinais de que não irão se esgotar. “*Nossa escolha é a resistência: somos classe trabalhadora*”¹¹.

2.1 Serviço Social: Tempos de resistência e não de regressão

Nesse contexto de intensificação da exploração e expropriação das forças produtivas, é salutar ter rigor teórico para o pleno exercício da capacidade crítica frente aos inúmeros retrocessos sociais que tem incidido sobre a população pauperizada. Destaca-se na referida discussão, o papel do assistente social como um trabalhador que também vende sua força de

¹¹ Alusão à campanha do conjunto CFESS/CRESS pelo Dia do Assistente Social, 2019.

trabalho e, portanto, não pode ter em seu arcabouço teórico discursos rasos, vazios, sem uma análise da realidade pautada numa crítica sedimentada nas bases marxistas, necessária para compreensão e enfrentamento da contínua exploração do capital em detrimento da classe trabalhadora.

O Serviço Social atravessa um processo complexo de intensas modificações frente às crises do capital e que desafia a profissão ao que Paulo Netto (2013, p. 4) chamou de “[...] vetor da regressividade da profissão” - o assistencialismo. E, prossegue em suas análises discorrendo sobre “[...] o surgimento da profissão nas últimas três décadas desde sua institucionalização à consolidação profissional [...]”, conforme

A mencionada hipertrofia, nas condições em que se tem efetivado, tende, de uma parte, a reduzir a intervenção profissional ao exercício técnico elementar de uma assistência refilantropizada e, de outro, a reconduzir o discurso teórico profissional a âmbitos sociais microscópicos. Ou seja: de uma parte, a profissão corre o sério risco de perder o estatuto acadêmico a que se alçou com a sua consolidação, convertendo-se em profissão mera e elementarmente técnica e de segunda linha; de outra, os intentos de renovação crítico-teórica tendem a recolocar, mais sofisticadamente, os impasses e limites de uma profissão de corte “psico-social” (ou, como se disse acima, gravitando nos restritos círculos do trabalho centrado em indivíduos e com pequenos grupos) – como é verificável em significativos e recentes esforços de teorização profissional. (PAULO NETTO, 2013, p. 24).

Vive-se tempos de luta e resistência. Resistência em meio aos processos de trabalho precarizados que acabam refletindo-se nas relações sociais com os sujeitos. As múltiplas precarizações fazem com que as demandas profissionais sejam condicionadas/engessadas pela instituição a partir da concepção de contrarreformas do estado como fruto do ajuste neoliberal.

Para (DEMIER; DURIGUETTO, 2017) o capital precisa blindar, impedir qualquer movimento coletivo que se levante na instituição e coloque em perigo o que está posto. Suas regras e normas institucionais estão acima de qualquer ato que estreite as relações entre o Estado e a classe trabalhadora, ou melhor, dizendo: a ação do capital diante da articulação da classe trabalhadora, dos movimentos sociais, sociedade civil organizada, é cercear a livre manifestação do pensamento que ainda resta ao cidadão brasileiro (embora já esteja ameaçada). Uma de suas estratégias mais nefastas, se deu através de cortes no orçamento público das instituições de ensino, de fomento, dentre outros aparelhos estatais que possibilitam à população sair da inércia e do conformismo que estão disseminando.

Utilizando-se da liberdade de pensamento e manifestação, previstos na Constituição Federal de 1988 é que o conjunto CFESS/CRESS organizou diversos materiais e campanhas, fóruns de debates, encontros, dentre outros para alertar a população e principalmente os

profissionais da área sobre o repúdio e combate a qualquer forma de cerceamento que o governo vem disseminando e impondo nos órgãos públicos e para a sociedade civil organizada. Além desses materiais divulgados em meio virtual e físico, o conjunto CFESS/CRESS realizou eventos diversos e publicou material alusivo aos 80 anos da resistência e luta histórica do Serviço Social pelo fim dessas desigualdades, resgatando a construção da identidade num momento em que o país vivia (e ainda vive) um cenário político desfavorável aos direitos sociais no ano de 2017.

Essa lógica exige que o Assistente Social seja apenas um mediador de conflitos entre o usuário e a instituição, deixando de ser interventor. A função e a capacidade técnica do profissional vão além da execução de programas e projetos e deve estender-se também ao planejamento das políticas públicas. Conforme autora, o profissional deve:

[...] desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. O perfil predominante do assistente social historicamente é o de um profissional que implementa políticas sociais e atua na relação direta com a população usuária. Hoje exige-se um trabalhador qualificado na esfera da execução, mas também na formulação e gestão de políticas sociais, públicas e empresariais: um profissional propositivo, com a sólida formação ética, capaz de contribuir ao esclarecimento dos direitos sociais e dos meios de exercê-los, dotado de uma ampla bagagem de informação, permanentemente atualizada, para se situar em um mundo globalizado. (IAMAMOTO, 2000, p. 17).

Buscando uma aproximação dialogada com a fala da autora, o Assistente Social precisa se articular com todas as políticas sociais e buscar ser, o mais propositivo possível não se limitando apenas ao atendimento da população usuária no interior da instituição, mas deve atuar “extramuros” fora desse contexto de conservadorismos que cerceiam a liberdade profissional. O profissional deve “atender no chão da fábrica”, sentir a agonia do trabalhador, perceber quão perversa é essa trama que envolve a sociedade em um conformismo, não só de ideologias vazias, mas de ações minimalistas que se eternizam em meras concessões. Nesse sentido, a profissão tem buscado romper com o caráter paternalista e caritativo do Serviço Social e o divisor de águas dessa conquista é o seu projeto de profissão.

O Serviço Social Brasileiro assumiu um ideário emancipatório herdeiro da luta dos trabalhadores, calcado na contradição capital x trabalho. Como fruto dessa luta e enfrentamento da profissão, nasce o projeto ético político, representando um divisor de águas para a categoria que reitera a conquista da autonomia e do protagonismo do profissional. É um projeto que desafia a revisitar a história do Serviço Social frente à ofensiva neoliberal e as

constantes transformações societárias que vem avançando a cada dia e enfraquecem cada vez mais as formas de organização coletiva.

Esse movimento de contramão do sistema capitalista, requisita que o Serviço Social, através de diversas entidades e representações civis, busque formas de enfrentamento dessa lógica inversa e nefasta em detrimento das classes mais pauperizadas. Em um cenário de completa negação dos direitos sociais, de proposituras minimalistas e centralizadoras, o projeto ético político da profissão corre riscos, embora sua hegemonia seja aceita entre a categoria, existe uma parcela que não compreende não aceita e discorda desse projeto profissional, o que demonstra o pluralismo da classe. Afinal de contas, porque existe tanta discussão a esse respeito? O que de fato significa para o Serviço Social, o projeto ético político? Diante desta discussão (longe de ser finita) reportando à fala do autor e a fim de compreender sua propositura ao afirmar que:

[...] tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero (PAULO NETTO, 1999, p. 104-105).

Paulo Netto instiga a compreender a essência do projeto de profissão, que foi um anseio de toda uma categoria profissional que lutava (e luta) para romper com o pragmatismo e o tecnicismo, tão presentes ainda hoje. Conforme o autor, uma das bandeiras de luta da categoria seria “[...] um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais [...]”. Que desafiador! Mas não impossível, uma vez que a profissão é germinada na contradição entre capital e trabalho, pois esse compromisso com a classe trabalhadora e oprimida, precisa ser mais combativo e menos representativo.

Sua militância deve ser voltada às massas como respeito ao Código de Ética Profissional (1993), uma vez que o objeto de estudo do Serviço Social, são as expressões e manifestações da “questão social” que podem ser vistas através da pobreza, drogadição, violência, desigualdade social, dentre outras.

A seguir, traçam-se algumas aproximações conclusivas, porém inconclusas diante da conjuntura brasileira atual. Portanto, o profissional deve atuar nas consequências de tais mazelas através de uma análise de conjuntura, considerando a história da profissão e de sua recusa ao sistema que hoje está posto, sem romantismo ou fatalismo, mas através da objetivação cotidiana. O assistente social, precisa ter uma leitura sedimentada na defesa

intransigente dos direitos da classe trabalhadora evitando relativizar as constantes e nefastas transformações societárias.

Diante dessa situação, é necessário alertar a população mais pauperizada e despolitizada sobre estes avanços nefastos, o que exige consequentemente profissionais capacitados, inseridos nas políticas sociais e que compreendam que as perdas sociais e econômicas são um retrocesso social e o profissional, não pode permanecer inerte a esse processo. Nesse embate, profissional e a população usuária encontra-se num mesmo ciclo de reprodução social que visa lucros, adoecimentos, exploração do trabalhador e negação de direitos.

O Serviço Social é uma profissão com mais de 80 anos de história na militância profissional e defesa da classe trabalhadora, articulando-se a entidades classistas, movimentos sociais, associações e demais mecanismos de participação e controle social. São estratégias utilizadas para fortalecer o combate ao sistema capitalista, buscando evidenciar a luta pela socialização da riqueza produzida no país e que tem sido mal distribuída, expandindo o aumento do pauperismo e da exclusão social.

Assim, cabe à categoria se organizar politicamente para combater aos ataques contínuos do neoliberalismo, utilizando-se não apenas de ações pontuais, mas imbuídos pela militância e organização de classes, sem perder de vista a centralidade da profissão e sua defesa por uma sociedade menos desigual.

Prosseguindo com a discussão a respeito da política social e o desmonte das conquistas da categoria em defesa da população usuária dos serviços públicos, encaminha-se algumas considerações que se julga ser pertinentes para a compreensão dos rebatimentos da atual conjuntura política e econômica do país em relação ao trabalho, por ser um tema transversal da pesquisa em questão.

2.2 Breves considerações sobre o continente do labor: reflexões sobre as transformações no mundo do trabalho na América Latina¹².

As considerações sobre as metamorfoses ocorridas no continente latino-americano apresentam um cenário permeado por mudanças significativas que refletiram na forma de atuação dos movimentos sociais e outros segmentos que sofreram impactos a partir da concepção de trabalho, bem como de suas metamorfoses. Para Antunes (2011) as

¹² Baseado na pesquisa de Ricardo Antunes em sua obra “O Continente do Labor” publicado em 2011.

transformações societárias do mundo do trabalho a partir de uma concepção ampliada que considera trabalhador não apenas o proletariado, mas outros grupos étnicos, raciais e o próprio empregador que sofrem os reflexos do mundo do trabalho e que alimentam o ciclo da cadeia produtiva do capital. Enfatiza que “[...] o continente latino-americano nasceu sob a égide do trabalho [...]” (ANTUNES, 2011, p. 18); ao considerar essa concepção ampliada de trabalho o autor se refere ao estudo minucioso realizado na América Latina percorrendo a militância dos trabalhadores e sua forma de associativismo, sindicalismo, organização de classes, buscando averiguar como as metamorfoses do mundo do trabalho afetaram a concepção de trabalho diante da sociedade que vivemos.

Antunes (2011) busca situar o leitor sobre os efeitos nefastos do capitalismo diante da organização classista dos trabalhadores evidenciando as mazelas deixadas pelo capital no referido continente. Analisa a atuação dos movimentos sociais que mais se destacaram na defesa e luta da classe trabalhadora, buscando nos proporcionar condições materiais para comparar tais manifestações à realidade brasileira, desde as primeiras formas de manifestação popular através das greves gerais e o papel dos partidos políticos nesse contexto. A proposta do ensaio é indicar através da pesquisa de campo do autor respaldada por análises de outros teóricos renomados na temática, a possibilidade de: “[...] um *novo modo de vida*, alheio aos constrangimentos do capital e sua forma destrutiva [...]” (ANTUNES, 2011, p. 11)”. Ao mesmo tempo em que o autor reafirma que o continente latino-americano se entregou à servidão e ao trabalho, destaca pequenas, mas significantes mudanças em algumas sociabilidades, o que indica recusa ao sistema posto.

O autor supracitado inicia suas reflexões a partir da colonização da América do Norte que fora marcada pela criação de colônias de povoamento em comparação com as colônias de exploração ocorridas em Portugal e Espanha, advindas pela acumulação primitiva do capital (ANTUNES, 2011, p. 18).

Para o autor, as colônias de povoamento “[...] são receptoras da população europeia excedente, enredada em disputas éticas e religiosas [...]”. Por colônias de exploração, assinala que “[...] são voltadas para incrementar o processo da *acumulação primitiva do capital em curso* nos países centrais [...]”. (ANTUNES, 2011, p. 18). Nesse veio de resgate histórico sobre o panorama geográfico da América Latina, o autor denomina de “*O continente da exploração*” por ser marcado pela superexploração da força de trabalho, adquirindo algumas características, como:

Privatização, desregulamentação, fluxo livre de capitais, financeirização, terceirização e precarização do trabalho, desemprego estrutural, trabalho temporário,

parcial, aumento da miserabilidade, todas essas prerrogativas da barbárie neoliberal e de sua reestruturação produtiva passaram a caracterizar o cotidiano do mundo do trabalho. Com um processo de tal intensidade, não foram poucas as consequências nefastas para a classe trabalhadora, que sofreu inúmeras mutações e metamorfoses. (ANTUNES, 2011, p. 39).

Embora tenha afirmado que a América Latina fosse o “continente da exploração”, Antunes (2011), reitera que também fora marcado pelas revoluções (indígena, do negro, cubana, bolivariana, dentre outras). Ao atentar para o que o autor afirma, pode-se inferir que, se de um lado o capital oprime o proletariado, esse mesmo capital os obriga a buscar meios efetivos para lutar em prol de sua sobrevivência como fizeram os segmentos apontados pelo autor. Assim como ocorreu na Venezuela, Chile, Cuba, Argentina, dentre outros países que vivenciaram momentos de rebeliões e disputas na arena política tendo como mote o trabalho, com o Brasil não foi diferente. Antunes (2011), debruça-se para analisar as manifestações políticas que impulsionaram algumas transformações no mundo do trabalho como a organização sindical e de movimentos sociais, como o Movimento Sem-Terra (MST). À época em que o autor realizou sua pesquisa, houve uma mudança considerável na economia e na política brasileira e que carece de ser analisada pela perspectiva crítica, no entanto não será aprofundada tal análise, pois não é o foco central do trabalho, será debatido apenas algumas dessas transformações.

Vivencia-se nos dias atuais, que o acirramento das forças produtivas e o pauperismo do proletariado se acentuaram numa escala global, tendo em vista, o que o autor denomina de “uma nova morfologia do trabalho” (causadas pelo neoliberalismo e pela reestruturação produtiva), que não nega as lutas anteriores, mas agrega um perfil de trabalhador nessa atual conjuntura.

Um perfil de proletariado que sofre os reflexos da reestruturação produtiva, como a terceirização dos serviços em todas as esferas do governo, fragilizando não apenas as relações trabalhistas, mas intensificando essa mercantilização humana ou a *coisificação das pessoas*, em um país que agrega milhões de desempregados, que explora e expropria suas riquezas naturais sem o cuidado de preservá-las, que subjuga seu povo e o coloca numa condição de país sem perspectivas reais de superar o rótulo de um subdesenvolvimento aquém do que é desejável, simplesmente por improbidade administrativa e ingerência política. Como sobreviver a todos esses impactos tão latentes no cotidiano da população de trabalhadores, assalariados, pessoas que atuam no mercado informal ou os denominados “sobrantes”? Quais seriam as perspectivas de enfrentamento ou de superação dessa ordem, do sistema posto?

É preciso partir para o enfrentamento dos embates, pois atuar contra a lógica é ser contrário a tudo que é imposto, é romper com essa blindagem democrática que tem se instalado nas instituições públicas. A partir dessa consciência da coletividade dos trabalhadores, é possível pensar nas articulações que induzam a uma cultura da resistência política, mas que não pode jamais ser descolada do movimento da realidade. A esse respeito, Antunes (2011), apresenta a conjuntura política das primeiras manifestações sindicalistas à época, marcando um momento decisivo e histórico para as transformações no mundo do trabalho, sobretudo no Brasil.

Ao discutir sobre a presença do “*novo sindicalismo no Brasil*”¹³ destaca o aumento da classe operária e as reivindicações que os trabalhadores buscavam ser atendidas pelo governo, relembra a figura marcante de Luís Inácio Lula da Silva¹⁴, que liderou o movimento sindical através de seu ativismo frente à CUT). Nesse período, foram deflagradas algumas greves sendo estendidas também a outras categorias e segmentos trabalhistas como: bancários, professores, médicos, dentre outros, evidenciando uma ampliação das classes. A exemplo do que apontou Antunes (2011), os movimentos sindicais e demais movimentos sociais ligados às questões trabalhistas na América Latina, demonstraram avanços na caminhada árdua para assegurar que as conquistas alcançadas não tivessem retrocessos como ocorreu e ainda ocorre no Brasil.

Diferentemente do que se viveu na década de 1970, o que se presencia é um enfraquecimento da organização sindical e de classes, tendo em vista a cooptação estatal dos movimentos sociais e sindicatos classistas: o que deveria ser interesse coletivo passou a ser interesse individual, provocando um conflito de interesses pessoais, que só distanciaram ainda mais da conquista por direitos coletivos. As transformações do mundo do trabalho na América Latina foram desenhadas pelo autor através de 08 (oito) razões, que denomina como consequência da nova morfologia do trabalho que será destacado a seguir algumas para melhor compreensão do cenário:

Contrariamente à tendência já apontada, ocorre o aumento significativo de um novo proletariado fabril e de serviços, presente nas diversas modalidades de trabalho precário. São os terceirizados, subcontratados, *part-time* (tempo parcial), entre tantas outras formas assemelhadas que se expandem em escala global. Ou seja, com a desestruturação crescente do Estado de bem-estar social nos países do Norte, o aumento da desregulamentação do trabalho nos países do Sul e a ampliação do

¹³ De acordo com Antunes: [...] em outros casos, como no Brasil, esse processo teve acentuado sentido industrializante, o que acarretou uma significativa ampliação da classe trabalhadora, [...]” (ANTUNES,2011, p.38)

¹⁴ Metalúrgico e representante sindical que à época fora a voz de milhares operários e de outros segmentos de trabalhadores, sendo apontado pelo autor como representante do “*novo sindicalismo no Brasil*”.

desemprego estrutural, os capitais implementam alternativas de trabalho crescentemente "informais", de que são exemplo as distintas formas de terceirização. Em 2005, em um total de 80 milhões de trabalhadores, cerca de 60% encontravam-se em situação de informalidade no Brasil, em vários países da América Latina a situação é similar, quando não ainda mais grave. México, a Argentina e o Chile, depois da expansão do proletariado industrial nas décadas passadas, passaram a presenciar significativos processos de desindustrialização, tendo como resultado a expansão do trabalho precarizado, parcial, temporário, terceirizado, informalizado etc., além de enormes níveis de trabalhadores e trabalhadoras desempregados. Uma tendência presente no mundo do trabalho é a crescente exclusão dos jovens que atingiram a idade de ingresso no mercado de trabalho formal. Assim, em plena vigência da *sociedade do desemprego estrutural* acabam engrossando as fileiras dos desempregados e trabalhadores precarizados. O mesmo ocorre com os trabalhadores considerados "idosos" pelo capital, que, excluídos do trabalho aos 40 anos, dificilmente conseguem reingressar no mercado de trabalho. Por isso é que acabam por somar-se aos contingentes do chamado trabalho informal, aos desempregados, aos trabalhos voluntários etc. (ANTUNES, 2011, p. 47-48).

Uma realidade tão cruel que assola o país em proporções globais, que tendem a expandir-se cada vez mais de forma predatória e que não distingue classe social ou faixa etária, explora todos sem distinção. A flexibilização no mundo do trabalho criou um perfil de trabalhador que não consegue perceber o fruto do seu trabalho. A esse respeito, o autor afirma que:

Para compreender a nova forma de ser do trabalho é preciso partir de uma concepção ampliada de trabalho, que necessariamente considere a totalidade da classe trabalhadora, do enorme contingente de homens e mulheres que hoje vive da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos. Essa concepção deve incorporar também a totalidade do trabalho social, do trabalho coletivo que vende sua força de trabalho como mercadoria em troca de salário; nessa totalidade deve ser incluído o enorme contingente sobrando de força de trabalho que não encontra emprego, dada a lógica destrutiva que preside a sociedade capitalista. (ANTUNES, 2011, p. 49).

A respeito da problemática do desemprego estrutural no país, tem-se como informação ao leitor: que o Brasil possui um contingente de cerca de 33,5 milhões (trinta e três milhões e quinhentos mil) de pessoas que estavam no mercado de trabalho informal¹⁵ desempregados no país. De acordo com Antunes (2011), essa realidade não se refere apenas aos trabalhadores formais ou informais, mas compreende os milhões de desempregados do país, que devem ser considerados nessa concepção. Essa percepção das transformações societárias que ocasionaram impactos devastadores na vida dos brasileiros, não poderá ser visualizada por grande parte destes, uma vez que é necessário um exercício reflexivo crítico pela categoria e

¹⁵Disponível

em: [https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all#:~:text=Cerca%20de%2033%20milh%C3%B5es,hoje%20\(28\).](https://www.ibge.gov.br/busca.html?searchword=desemprego&searchphrase=all#:~:text=Cerca%20de%2033%20milh%C3%B5es,hoje%20(28).) PNAD, 2020. Acesso em 23/02/2021.

esse é um grande desafio da população brasileira: inserir-se como parte desse exército sobrando.

O que se vê, são inúmeras reformas sem perspectivas de melhorias para quem realmente necessita e/ou contribui com o sistema previdenciário brasileiro, restando apenas o descrédito de qualquer possibilidade ou movimento que se levante contra o governo atual. Um governo que age em uma mediocridade tão cômoda, que assusta a forma da condução de políticas públicas de geração de trabalho e renda, voltados para as classes excluídas sem nenhuma perspectiva de autonomia, no entanto perdura o caráter paternalista de dependência das benesses do Estado. Percebe-se, que permeia entre os milhares de terceirizados do Brasil, uma insegurança em relação à organização em sindicatos, associações, conselhos ou cooperativas, pois diante da atual conjuntura de desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora, é muito remota a “imparcialidade representativa” sem uma troca de interesses que motive tal representação (barganhas). Nessa disputa de “perde e ganha”, a classe mais enfraquecida vê-se diante de um deserto de incertezas e sem nenhuma direção política a seu favor. Diante desse cenário, é quase certo que o trabalhador ficará sem possibilidades reais de luta e/ou de conquista, pois o sistema tem se mostrado totalmente corrompido.

Nessa perspectiva minimalista do Estado, em atender a classe trabalhadora e oprimida, que anseia por condições básicas de subsistência, que labuta para manter o pão de cada dia e manter condições básicas de alimentação, é salutar dialogar com a teoria Malthusiana de Thomas Robert Malthus (1766-1834), filósofo iluminista que “[...] afirmava que a população iria crescer tanto que seria impossível produzir alimentos suficientes para alimentar o grande número de pessoas no planeta. Dentre suas obras, a principal foi o “Princípio da População”¹⁶[...]”. Para Malthus, o crescimento populacional se expandiria em larga escala desproporcionalmente em relação à quantidade de alimentos, ou seja: “a comida não seria suficiente para todos” era preciso diminuir o índice populacional. Uma atitude positivista, de ajustamento de conduta do cidadão, sendo dada como única alternativa capaz de solucionar o problema social. No entanto, a política de contingenciamento da população proposta por Malthus adquiriu nova roupagem, conforme apontado,

A partir da segunda metade do século XX, principalmente na década de 60, houve uma explosão demográfica, esse crescimento populacional deu início novamente às ideias de Malthus, mas com uma adaptação concernente às condições históricas, ficou denominada de Teoria Neomalthusiana, essa teoria atenta-se para o crescimento populacional decorrente dos países subdesenvolvidos, tal crescimento

¹⁶ Disponível em <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/thomas-malthus.htm>. Acesso em 04/07/2019.

provocaria a escassez dos recursos naturais, além do agravamento da pobreza e do desemprego¹⁷.

Da mesma forma como agiu Malthus em sua teoria contingencial, observa-se uma relação próxima do que tem se discutido até aqui: a exploração e o avanço do sistema capitalista, que cada vez mais oprime a classe mais pauperizada, tornando-se uma ameaça ao sistema. Traçando um paralelo entre as duas teorias de Malthus e a concepção de políticas sociais do governo, nota-se algo muito próximo e atual que está imposto a toda sociedade: a invasão da esfera privada pelo espaço público. Utilizando-se do contingenciamento populacional de Malthus, (obviamente que à época o contexto era diferente, mas a essência da teoria é a mesma) tem-se hoje no país um importante mecanismo econômico que adotou (embora reformulado) a política de controle social, o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, que adotaram e difundiram a política do “controle de natalidade e planejamento familiar no Brasil”. Ora, quais seriam as razões reais para que tais instituições financeiras se colocassem à disposição do Estado, apoiando tais práticas? Parece bem claro se tratar de acordos políticos, barganhas, lobbies ou qualquer outra designação que denote a forma nefasta do sistema capitalista impor sua forma avassaladora à sociabilidade.

Buscando enriquecer o debate, encaminha-se as considerações de Vianna (2000) ao discutir o processo de “americanização” do sistema de seguridade social brasileiro e as consequências que se alastraram por todas as políticas, sobretudo para as políticas sociais. O autor,

[...] chamou de “estatização deformada”, a superação definitiva do padrão de proteção social montado nos anos 30, foram as agências de política econômica formuladoras e/ou implementadoras de decisões relacionadas, com o processo de acumulação[...] que se especializaram na intermediação particularizada de interesses empresariais com o Estado, substituindo as arenas os canais legítimos para exercer influência, então bloqueados. (VIANNA, 2008, p. 143).

Conforme apontado pela autora, a expansão capitalista proporcionou a abertura da iniciativa privada nas esferas públicas, bem como da participação de instituições financeiras nas decisões que impactarão a vida da população, como o FMI e o Banco Mundial, ambos já citados na teoria neomalthussiana, sendo tais planejamentos adotados pela política de saúde no Brasil, Japão, dentre outros países que instituíram tais métodos de planejamento familiar, impondo maior rigor na taxa de natalidade de seus respectivos países, refletindo na elaboração e execução das políticas públicas, seguindo assim, a teoria Malthussiana em ofertar o mínimo

¹⁷ Fonte: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/thomas-malthus.htm>. Acesso em 04/07/2019.

para a população através de serviços essenciais precários, sem nenhum compromisso com a qualidade e a responsabilidade com o bem-estar geral.

Não surpreende o caráter imprimido às populações excludentes que convivem com o sucateamento do bem público sob a perspectiva de contingenciamento para melhoria dos serviços prestados. É um contraste que está longe de ser resolvido, pois o diálogo demagogo dos gestores públicos não se aproxima com a objetivação da realidade vivida pelos sujeitos.

Com o intuito de agregar mais substância a discussão sobre o trabalho, traz-se algumas das valiosas contribuições de Marx, contidas em seu livro “O Capital, volume 1” em que afirma que “[...] o trabalho é um processo entre o homem e a natureza [...]”. (MARX, 1867, p. 297). Tal afirmação tão difundida no Serviço Social não parece desconhecida, mas é preciso reafirmar suas palavras ao enfatizar que o homem possui a capacidade teleológica que o permite pré idealizar para depois contemplar seu objeto. O trabalho é, portanto, conforme declarado: “[...] uma atividade orientada [...]”. (MARX, 1867, p. 298).

Embora em tempos atuais de mudanças societárias no mundo do trabalho, tal concepção tem causado uma celeuma entre alguns teóricos da área, mas assume-se aqui a defesa pelas aproximações que Marx deixou em relação ao trabalho, o seu valor como mercadoria. Dito isto, problematiza-se, de que forma o trabalhador visualiza ou percebe o valor do seu trabalho, de sua mão de obra. A esse respeito, tem-se uma reflexão esclarecedora,

E aqui tenho eu, novamente, que vos surpreender com outro aparente paradoxo. Todos vós estais completamente convencidos de que aquilo que vendeis todos os dias é vosso trabalho: de que, portanto, o trabalho tem um preço e que, embora o preço de uma mercadoria mais não seja que a expressão em dinheiro do seu valor, deve existir, sem dúvida alguma, qualquer coisa parecida com o *valor do trabalho*. E, não obstante, não existe tal coisa como o valor do trabalho, no sentido corrente da palavra. Vimos que a quantidade de trabalho necessário cristalizado numa mercadoria constitui o seu valor. [...] O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas a sua *força de trabalho*, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se as leis inglesas, mas, desde logo, algumas leis continentais fixam o *máximo de tempo* pelo qual uma pessoa pode vender a sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo, teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda, se o operário se vendesse por toda a vida, por exemplo, convertê-lo-ia sem demora em escravo do patrão até o final de seus dias. (MARX, 1867, p. 98).

Marx volta a direcionar para o debate sobre o trabalho e seus elementos constitutivos, sendo contundente que na realidade, o que o trabalhador vende não é o trabalho, mas a força do seu trabalho que é propriedade do empregador enquanto este paga por ela. Contextualizando as declarações de Marx sobre o trabalho e seus elementos constitutivos, tem-se que destacar, que absorver a concepção de trabalho abordada por Marx é complexa e árdua, mas necessária diante da ofensiva neoliberal, que com seus desmandos arbitrários e

desumanos, tem oprimido a classe que vive do trabalho. É preciso resistência em tempos de desmontes, de insegurança social.

Diante das colocações, através das explicações e sobre as considerações de Antunes (2011) diante das metamorfoses do mundo do trabalho, entende-se que estas não se esgotam aqui, o que instiga a contextualizar os acontecimentos contemporâneos do país conforme o movimento da realidade. Em tempos de regressão das conquistas da classe trabalhadora envolvendo o comércio formal e informal, o estudo de Antunes (2011) vem adensar a necessidade da sociedade se fortalecer contra tais avanços. Assim, sendo o Serviço Social uma profissão que luta contra toda a forma de opressão, é preciso seguir adiante com a bandeira de luta em prol dos movimentos sociais e demais segmentos que se colocam contra o atual sistema. Vale enfatizar que a pesquisa do autor, convida a continuar adensando a leitura na obra e aplicá-la nas situações cotidianas a que são expostos. Observa-se a organização dos movimentos sociais da América Latina situando sobre o papel fundamental de organização e coesão de classes, lutando arduamente por melhores condições de vida e trabalho, para os que não possuem alternativas efetivas para modificar sua realidade.

Para adensar a discussão sobre a formação profissional, imbuída pelo compromisso e pela ética, a seguir explana-se o percurso político e ideológico que marcou o Serviço Social na sua gênese e na contemporaneidade através do processo de Renovação da profissão e a hegemonia do projeto ético político, apresentando também uma reflexão sobre o Processo de Renovação da profissão, revisitando alguns fatos históricos.

CAPÍTULO II

3 OS DESAFIOS DA CONSOLIDAÇÃO DO PROJETO ÉTICO POLÍTICO E DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM TEMPOS DE RESISTÊNCIA

Na proposta de retomar o processo sócio histórico do Serviço Social, o referido estudo se propõe a apresentar a discussão sobre o processo de renovação da profissão e os desafios postos na contemporaneidade, como o avanço do conservadorismo que ameaça as conquistas da categoria, como o projeto ético político e o projeto de formação profissional. Utiliza-se o resgate histórico nos anos de 1980 anos da profissão no Brasil organizado por Abramides (2016), considerando a direção social da profissão e o processo de ruptura com o conservadorismo, as determinações e os caminhos da profissão que serão analisados a partir do projeto ético-político profissional hegemônico em sua relação com as lutas sociais e os direitos dos trabalhadores. (ABRAMIDES, 2016, p. 1). A autora coloca o projeto ético político como ponto central de suas análises, embora deixe claro que analisar os 80 anos de existência da profissão a partir da perspectiva da totalidade “[...] abarca vários e significativos aspectos e riqueza de sua concepção [...]” em suas apreensões iniciais destaca alguns momentos históricos, que precisamos situar:

[...] a profissão tem cinquenta anos marcados pela ruptura com o conservadorismo (o que é considerado como avanço na história da profissão) tendo em vista o caráter capitalista através do processo de industrialização e urbanização; Até 1930 a “questão social” era vista como caso de polícia, no entanto essa situação mudou, pois houve necessidade de regular a relação entre capital e trabalho (crescimento econômico do capital) uma vez que a classe operária produz a mais-valia; A autora faz um resgate histórico sobre a criação da primeira Escola de Serviço Social em São Paulo em 1936, com esforços de jovens mulheres engajadas na militância da igreja católica; em 1972 é criado o primeiro curso de Mestrado e, em 1981 o primeiro curso de Doutorado (pioneiro na América Latina); Em 1946 é criada a ABES-Assoc. Brasileiro de Ensino em Serviço Social, hoje ABEPSS: Assoc. Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social; Em 1957 é promulgada a primeira lei de Regulamentação da profissão (hoje temos a nova lei 8.662/93.) Em 1962, forma-se o conjunto: CFAS/CRAS- Conselho Federal de Assistentes Sociais e Conselho Regional de Assistente Social. Hoje CFESS/CRESS. (ABRAMIDES, 2016, p. 456-457).

Pondera suas considerações sobre o processo de luta da profissão contra os ataques do neoliberalismo, com as constantes precarizações em todas as políticas públicas refletindo nas condições de vida da população e da classe trabalhadora. Essa disputa entre capital x trabalho implica em rebatimentos sobre a atuação profissional do assistente social e suscita a discussão sobre o projeto ético político da categoria, na atual conjuntura. De acordo com Paulo Netto

(1999, p. 15) “[...] Uma das questões centrais do projeto profissional se voltou para a luta contra o neoliberalismo, que pressupõe “um combate ético, teórico, político e prático-social ao neoliberalismo e aí reside o futuro do projeto ético-político profissional” [...].

Ao propor que o profissional busque um arcabouço sedimentado, ético, político, Paulo Netto (2015), desafia a cotidianamente romper com práticas conservadoras que resgatam o caráter assistencialista da gênese da profissão como o tomismo e o neotomismo que em suas bases possuíam “[...] cunho humanista conservador e pautava-se na naturalização do homem”, conforme,

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral. (YAZBEK, 2009, p. 4).

Yazbek (2009, p.4) reitera esse postulado da profissão ao resgatar em suas apreensões teóricas, as encíclicas papais como a “*Rerum Novarum e Quadragesimo Anno*” que tratam da “[...] questão social, com apelação para a renovação moral e doutrina social da igreja [...]”.

Entre os postulados filosóficos tomistas que marcaram o emergente Serviço Social temos a noção de dignidade da pessoa humana; sua perfectibilidade, sua capacidade de desenvolver potencialidades; a natural sociabilidade do homem, ser social e político; a compreensão da sociedade como união dos homens para realizar o bem comum (como bem de todos) e a necessidade da autoridade para cuidar da justiça geral. (YAZBEK, 2009, p. 4).

A matriz conservadora que marcou os anos iniciais da profissão, não foi completamente abandonada, ainda é perceptível entre a categoria, o resgate às práticas policiaescas e moralistas, o que sinaliza a ausência de um compromisso profissional com a população usuária, conforme previsto nos onze princípios norteadores, dentre os quais destaca-se: “[...] Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional [...]” (CFESS, 2012, p. 24).

Diante do princípio que reitera o compromisso do assistente social com a população usuária, com movimentos sociais, sociedade civil organizada, tem-se que posicionar contra o discurso do estado, que tem atribuído a culpabilização do sujeito à sua condição social. É preocupante observar que discursos dessa natureza tem se disseminado no Serviço Social, resultando no conformismo profissional aos ditames institucionais. Tem-se então, um

profissional que não prioriza mais o contato direto com os sujeitos e usuários não se preocupa em sair desse tecnicismo age, portanto, resgatando a matriz conservadora da profissão.

Para contribuir na discussão sobre o processo de renovação da profissão, é salutar apresentar algumas considerações que reafirmarão tal caráter (conservador) e a constante luta da profissão para defender o projeto ético-político. Reportando as considerações de Lima (2017), que tem como o objetivo a discussão sobre o Projeto Ético Político do Serviço Social (1993), trazendo à tona, o processo histórico de rompimento da profissão com o conservadorismo profissional, lembrando que a construção do projeto ético político está estreitamente ligada ao Movimento de Reconceituação da profissão e esta, ao Movimento Latino Americano. Destaca as teorias funcionalistas e positivistas que orientavam a prática individualista e moralista da profissão, que despolitizam as ações coletivas, tornando-se policialescas, moralizantes. Lima (2017) assinala o ano de 1965 como um período em que as primeiras iniciativas em prol do Movimento de Reconceituação da profissão se evidenciam, mesmo que timidamente. Lima destaca que: [...] as lutas sociais pela construção de uma alternativa de sociedade que superasse as desigualdades sociais e; as relações de dependência dos países latino-americanos com o imperialismo (LOPES, 1998). [...]” (1998, p. 17- 18). Tal afirmação da autora, reitera o caráter organizativo da profissão, sua luta em defesa da liberdade e da democracia.

As considerações de Lima (2017), sobre a importância do contexto histórico do Movimento Latino-Americano de Reconceituação da profissão, foram importantes e decisórias para o início das primeiras manifestações dos assistentes sociais na década de 1970 e 1980, conforme reafirma Paulo Netto (2005) enfatizando a crítica ao tradicionalismo e a luta em prol da classe trabalhadora.

Evidentemente, esse processo antagônico na profissão não ocorreu sem deixar sequelas, crises, justamente por agregar pensamentos diversos que divergem, mas que se posicionam em defesa da construção de um projeto de profissão que negue o individualismo, a usurpação de direitos adquiridos, rompendo com o voluntarismo, a filantropia, dentre outros. Destaca-se as memórias trazidas pela autora sobre o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, conhecido pela categoria como o “Congresso da Virada”. É inegável que o Congresso da Virada ocorrido em 1979 foi o divisor de águas para a materialização do movimento de ruptura da categoria com o cariz conservador. Nascia ali, em meio a efervescência de opiniões, de discussões calorosas, de insegurança pelo futuro da profissão, mas de muita emoção e coragem dos profissionais comprometidos com a luta de classe, na defesa pelo protagonismo da profissão.

Pode-se afirmar que houve uma longa caminhada rumo à materialização do Projeto Ético Político, representando avanços e significativas mudanças para o Serviço Social. Sem dúvidas, desde a efetivação do projeto ético político embasado pela Lei de Regulamentação da profissão, do Código de Ética Profissional (1993) e das Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996), a categoria tem sido chamada a refletir sobre os ideais que nortearam tal projeto, bem como sobre os avanços da ofensiva neoliberal que certamente, se expandiram e cada vez mais, tem se colocado como uma onda nefasta que oprime a classe trabalhadora. faz uma importante reflexão sobre o enfrentamento do conservadorismo na profissão,

Se o enfrentamento ao conservadorismo se hegemonizou e nos permitiu construir o Projeto Ético-Político Profissional, não significa que ele o extirpou da profissão, até porque esta se constitui, se desenvolve e se materializa em relações sociais permeadas e alimentadas cotidianamente pelas determinações sociais fundadas no pensamento conservador, já apontadas. Conforme mencionado, nossa luta contra o conservadorismo vem enfrentando, nas últimas três décadas, um contexto de forte ofensiva capitalista, no contexto de uma crise mundial, com mudanças que impactam diretamente na classe trabalhadora e nos seus projetos de superação da ordem burguesa (BOSCHETTI, 2015, p. 642).

As mudanças que Boschetti (2015), afirma serem impactantes para profissão estão permeadas no cotidiano profissional e certamente coloca em risco o projeto de profissão do Serviço Social.

[...] No campo social, a derruição do “Estado social” capitalista nos países capitalistas da Europa [...] garantidor de amplos direitos, provoca uma formidável precarização do trabalho, agudiza as desigualdades sociais, intensifica a pobreza e promove a perda de históricas conquistas sociais públicas, como trabalho, educação, saúde, aposentadoria, moradia, transporte. E, contraditoriamente, mostra que se o capitalismo precisa destruir os direitos para sobreviver, também não consegue viver sem o fundo público que o sustenta [...]. (BOSCHETTI, 2015, p. 640).

A referida autora deixa em evidencia a invasão neoliberal nas políticas sociais, Saúde, Educação, Habitação e especificamente na Assistência Social, conforme apontado. Nas demais áreas pode-se citar: mudanças no cenário político-econômico como as medidas provisórias (MP) que atacam diretamente os/as trabalhadores/as que lutam para manter seus empregos, embora com baixos salários, as reformas ministeriais nas políticas públicas, como a Saúde e a Educação. Os ataques à Assistência Social através de cortes no orçamento que beneficiaram milhões de famílias, contingenciamento na Previdência Social através da redução no número de servidores e técnicos para prestar atendimento à população, sem falar no corte do pagamento de benefícios assistenciais como o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Tem-se muitas outras situações atenuantes para pontuar sobre o sucateamento das políticas públicas e sociais, conseqüentemente como se refletem no trabalho do assistente social em meio à ofensiva neoliberal. No entanto, acredita-se já sinalizar, a onda nefasta desse sistema cruel e depredatório no qual vivemos e do qual lutamos para não consumir. Os últimos governos reforçaram esse modelo neoliberal através de inúmeros contingenciamentos no orçamento público, afetando diretamente as políticas públicas e sociais, sobretudo a saúde e a educação, as quais ofertam os serviços mais acessíveis à população. O ano de 2019 marcou o país com a eleição do atual Presidente da República Jair Bolsonaro, assumindo a marca de um governo de alianças políticas visando o crescimento da economia através de parcerias empresariais, reiterando o livre comércio, as privatizações e reformas que atingiram diretamente a população mais pauperizada. Essas medidas do governo Bolsonaro refletem no cotidiano da população que anseia por dias melhores, por oportunidades que permitam a manutenção da subsistência humana.

Como contribuição na discussão sobre a negação dos direitos sociais, o cerceamento da liberdade do indivíduo, faz-se uma breve discussão sobre a Educação Superior no Brasil que enfrenta dificuldades em sua autonomia universitária, na liberdade dos docentes e discentes em utilizar o espaço da academia para expressarem seus pensamentos.

Desta forma, o que se presencia no governo Bolsonaro é um ataque às organizações estudantis nas IES dentro e fora da sala de aula. No ambiente acadêmico, aulas foram gravadas e docentes expostos à opinião do senso comum que se massificou na sociedade civil. A imagem dos educadores foi induzida à “militantes, esquerdistas, além de declarações do então ex- Ministro da Educação Abraham Weintraub ao afirmar que as universidades eram espaços para “balburdias¹⁸”.

No Brasil, o que se presencia é um modelo de educação precarizada que não se resume a organizações de ensino privadas, pelo contrário: os gestores agem com descaso com a educação básica e superior, através da falta de investimento em material pedagógico, escassez de recursos suficientes para a permanência dos alunos na escola e na ausência de promoção de qualificação contínua para os docentes. A educação ofertada ainda está aquém da universalidade e do respeito às especificidades do sujeito, raça, etnia, condição social. Entre o necessário e o viável, os gestores das unidades de ensino optam pelo economicamente viável, causando assim o reducionismo da prática profissional com ações minimalistas.

¹⁸ Disponível em <https://www.agazeta.com.br/es/politica/da-balburdia-a-ofensas-ao-stf-por-que-weintraub-esta-a-beira-da-demissao-0620>. Acesso em 24/02/2021.

Encaminha-se como contribuição no debate sobre os rumos da educação brasileira, as considerações de Demo (2001) ao discorrer sua crítica sobre a “*Exclusão Social: Novas e Velhas Formas*”¹⁹ que apresenta sua discussão sobre a política neoliberal e os rebatimentos nas políticas sociais. Qual seria então a relação da exclusão social com os apontamentos sobre a educação?

Como ponto de partida, Demo (2001) apresenta-se em linhas gerais o fracasso neoliberal como promessa de solução de sua intervenção no mercado para as políticas sociais, apontando que houve intensas mudanças atreladas ao crescimento exacerbado da pobreza. Dito isto, ancora-se, portanto que para evitar que seja apenas mera verbalização, é necessário que haja uma mudança crucial nos discursos sobre as transformações societárias no país. O que convida a corroborar com o autor quando afirma a necessidade de mudança da qualidade humana²⁰ a partir de dois objetivos: “[...] a inclusão econômica e a inclusão política [...]”. (2001, p. 37).

A Educação seria colocada do ponto de vista do autor intrínseca à inclusão econômica, pelo fato de instigar o pensamento, a reflexão e inovação para posterior ação. Esse exercício cotidiano, só seria possível a partir da capacidade crítica do sujeito com uma densa leitura e objetivação da realidade vivida, especificamente partindo das massas, ou seja, da educação popular. A esse respeito o autor é contundente ao afirmar que,

A panacéia mais temerária estaria em duas direções: esperar que a educação, sozinha, faria toda a transformação social, coisa típica de educadores de esquerda e que superestimam a face política isoladamente; esperar a redenção do capitalismo, combinando com tranqüilidade transformação produtiva com equidade. Mesmo assim, reside aí extrema potencialidade, tornando-se a qualidade educativa popular, formal e política, o patrimônio mais decisivo da sociedade e da economia. [...] (DEMO, 2001, p. 38).

Diante do que fora exposto pelo autor, está evidente que a crítica em relação ao neoliberalismo e as políticas educacionais no país não são meros discursos extremistas, mas são sólidos ao expor a lógica mercadológica da coisa pública, nesse caso, a Educação Básica. A educação, conforme Demo (2001) tem sido colocada como uma carga ideológica centrada na libertação do homem e resolução dos problemas sociais (quicá fosse assim) mas nesse enfoque, ela estaria sendo pensada como uma pseudolibertação do indivíduo, por não atrelar à sua discussão o movimento da realidade como premissa para futuras objetivações.

¹⁹ Texto completo disponível em: *Exclusão Social: Novas e Velhas Formas* “- Debates Sociais: CBCISS, 2001.

²⁰ Para Demo (2001), a qualidade humana, seria a “[...]educação com qualidade, onde seria possível estar em meio a todas as contradições do sistema, um mínimo de competência humana[...].” (p. 36).

É salutar destacar que nesse contexto, a educação popular assumiria seu protagonismo singular provocando no sistema uma inversão política e econômica, embora não seja revolucionária, mas do ponto de vista das conquistas sociais, seria uma barreira para a ampliação do mercado. Distantes de vivenciar o retorno da consciência do pertencimento de classes como uma proposta construída coletivamente. Por outro lado, não se pode ser fatalistas e encerrar aqui, relativizando as conquistas sociais em detrimento da exploração e expropriação capitalista. A classe trabalhadora, os operários e movimentos sociais, conseguiram avanços significativos para a ruptura (ou tentativa de ruptura) com o conservadorismo nas políticas sociais. No entanto, diante da atual conjuntura política do país, tais conquistas têm sido paulatinamente regredidas e esquecidas numa proporção sem precedentes.

Dialogando com Demo (2001), encaminha-se as considerações de Dhamer (2010) ao apresentar um panorama da Educação Superior no Brasil em relação aos cursos de Serviço Social. A autora aponta o crescimento da educação mercadológica das IES privadas, demonstrando o cenário nefasto da política neoliberal no país.

[...] 91% dos cursos de Serviço Social criados a partir de 2003 são de natureza privada, mantendo a mercantilização do ensino superior desencadeada de forma acelerada desde o governo Cardoso; (ii) 60% estão inseridos em IES não universitárias, isto é, não obrigadas à realização da pesquisa. Este perfil dos novos cursos criados a partir de 2003 aponta para uma formação profissional restrita à dimensão do ensino, sem a necessária dimensão de pesquisa, conforme indicam as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABESS/CEDEPSS, 288) [...] (DHAMER, 2010, p. 323).

A Educação Superior no Brasil nas últimas décadas, tem demonstrado a precarização do ensino público e o incentivo da educação privada, em EaD. Dhamer (2010), traz à tona o crescimento da oferta dos cursos em EaD no governo Lula. Nas IES públicas, os docentes têm uma jornada de trabalho exaustiva, multiatarefados com funções que não são suas atribuições e o profissional acaba executando porque tem um compromisso com seus alunos.

Essa precarização da Educação Superior, é percebida através da falta de recursos materiais, falta de infraestrutura nas instalações, sobrecarga de trabalho sem a devida remuneração dentre outras situações que obrigam o profissional a submeter-se a tais condições.

No ensino em EaD um dado alarmante dado pela autora se refere aos TCC's, nos quais as orientações ocorrem em grupos, não há orientação individual. Pensar a orientação como um momento tão rico de trocas entre o professor e aluno, ser substituído por uma troca entre uma

reunião grupal, sem o cuidado de prestar orientações pertinentes e específicas a cada projeto, é uma perda irreparável. As consequências são desastrosas tendo em vista que não há fomento à pesquisa acadêmica, um referencial essencial para a produção dos TCC's, dos projetos de extensão e de intervenção profissional.

Busca-se de forma resumida, relacionar a Educação Básica e Superior no Brasil com a precarização do ensino num contexto mercadológico. Diante dos dados apresentados por Dhamer (2010), sobre a expansão do ensino à distância, o contingenciamento dos recursos e bolsas de pesquisa e iniciação científica (Mestrados, Doutorados e Graduação), temos um contexto de completo descaso com a educação no país.

Não apenas a população menos favorecida, mas os trabalhadores assalariados, profissionais liberais, foram duramente afetados com as medidas que retrocederam as conquistas sociais da classe trabalhadora, das instituições educacionais, associações e demais representantes em defesa dos direitos assegurados na Constituição Federal, como a educação, a saúde, habitação, dentre outros.

Embora não seja o foco de estudo, convém trazer à tona o contexto vivenciado no ano de 2020 em razão da pandemia do Coronavírus, da COVID-19 que assolou o país e o mundo, devastando milhares de pessoas.

Desde o mês de março de 2020 os noticiários veiculavam a todo instante, inúmeros óbitos, internações e atendimentos emergenciais à população com o objetivo de evitar mais perdas e dessa forma, reorganizar a logística de atendimento. Os gestores precisaram se organizar para tomada de medidas emergenciais que contivessem o avanço do vírus, estabelecendo um “pacto colaborativo interestadual”, ou seja, os estados que possuíam vagas em leitos e Unidades de Terapia Intensiva (UTI's), disponibilizavam para aqueles que estavam necessitando. No entanto, não era apenas a preocupação com leitos e UTI que inquietava toda a população, mas os próprios suprimentos para manutenção da rotina de atendimentos, como: oxigênio, máscaras, luvas, dentre outros, além de pessoal qualificado para atendimento à população.

A pandemia demonstrou que o sucateamento do Sistema Único de Saúde (SUS), o sistema público do Brasil, sobretudo, não possui condições para receber a população em situações calamitosas como essa. Uma triste realidade do sistema de saúde, que outrora já evidenciava o sucateamento da estrutura física e de recursos humanos e diante da situação atual as perspectivas de avanços foram escassas, tendo em vista que os noticiários midiáticos veiculavam cotidianamente sobre o quantitativo de mortes pelo vírus e as internações que ocorriam no Brasil, pois a população presenciou uma “corrida contra o vírus e a luta pela

vida”, familiares em desespero para salvar seus entes queridos. Em paralelo, via-se gestores dos serviços de saúde e líderes estatais praticando desvios do dinheiro público destinado para o combate ao vírus.

Foram meses de sofrimento, de solidão, de insegurança em função da pandemia e do isolamento social, necessário para a prevenção da doença. A sociedade ansiava por notícias animadoras, como a cura da doença, pois devido à inúmeras pressões populares, o governo Bolsonaro, através da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) facilitou a produção da vacina, antecipando os estudos e pesquisas necessárias, mesmo contrária ao seu posicionamento governamental, fato que desencadeou mais um desgaste na população diante da posição retrógrada do governo federal.

Diante desse “novo normal²¹” (pandemia da COVID-19), a população precisou se readaptar à nova rotina de trabalho e de estudos, aderindo paulatinamente à modalidade remota emergencial. Uma preocupação que veio somar a esse formato de ensino emergencial, representando uma ameaça real à garantia da qualidade de uma educação comprometida com a formação crítica dos alunos e profissionais.

Tal situação calamitosa do país vem reiterar a necessidade de reorganização do SUS a partir de suas capacidades estruturais e de recursos humanos, tendo em vista o processo histórico que vem se expandido ao longo dos anos, demonstrando o sucateamento dos serviços de saúde e dos bens públicos.

Esse cenário apresentado acima em relação à pandemia da COVID-19, exigiu que os profissionais lotados nos serviços de saúde se desdobrassem ainda mais para atender as demandas da população usuária. Dentre esses profissionais, está o (a) Assistente Social, sempre atuando na linha de frente quando é solicitado (a), o que exige o domínio de suas capacidades intelectivas, embora as condições éticas e certamente técnicas, não sejam adequadas a prestar um atendimento de qualidade à população nesse formato remoto.

Dessa forma, faz-se necessário à profissão, não retroceder à onda de pessimismo que se espalha com a mesma rapidez com que o projeto capitalista burguês alcança seu ápice ao aprisionar o trabalhador de uma forma cruel, exploratória, degradante, eximindo-o de alternativas menos desumanas. É uma realidade cruel e desumana, pois pensar no capitalismo de forma humanizada é negar sua natureza.

²¹ Termo utilizado pelo senso comum no período da pandemia da COVID-19.

Em tempos de cerceamento de direitos sociais, de retirada de conquistas constitucionais, através do direito positivado embora sem garantias de efetivação, significam sim, a conquista da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de subsistência. Uma conquista que possibilitou o reconhecimento e a necessidade dos direitos sociais, civis e políticos se estenderem “[...] não apenas a quem podia pagar[...]” mas para todos que vendiam (e ainda vendem) sua força de trabalho, a final de contas, a exploração do capital atingia todos os segmentos sociais.

Diante da atual conjuntura política do país, as precarizações do mundo do trabalho, como as contratações temporárias sem garantias sociais, condições insalubres para exercer suas atividades laborais, são questões caras ao serviço social e as demais profissões que precisam garantir sua subsistência, mas que implica lembrar o compromisso ético que assumiram na defesa da população excludente e que devem estar articulados à luta de classe.

Nessa perspectiva, não se pode ser fatalista ou messiânico, como enfatiza Iamamoto (2004),

[...]. De um lado o *fatalismo* inspirado em análises que naturalizam a vida social, traduzindo numa visão *perversa* da profissão. Como a ordem do capital é tida como natural e perene, apesar das desigualdades evidentes, o Serviço Social, encontrar-se-ia atrelado às malhas de um poder tido como monolítico, nada lhe restando a fazer [...] de outro lado, o *messianismo utópico*, que privilegia as intenções, os propósitos do sujeito profissional individual, num voluntarismo marcante que não dá conta do desvendamento do movimento social e das determinações que a prática profissional incorpora nesse mesmo movimento [...]. (IAMAMOTO, 2004, p. 115 - 116).

É necessário um conhecimento profícuo do profissional para que sua prática cotidiana não seja uma mera reprodução dos manuais institucionais ou que se limite às suas intenções individuais, comprometendo a objetividade do trabalho profissional. Nesse sentido, é pertinente pontuar as considerações de alguns autores sobre o processo de renovação da profissão e o projeto ético da categoria, auxiliando-nos a compreender a necessidade de defesa do projeto de profissão.

3.1 Implicações atuais do conservadorismo no Serviço Social

O contexto político-econômico vivenciado nas últimas décadas pelos assistentes sociais retoma a luta da categoria contra o avanço do conservadorismo que paulatinamente tem ganhado mais visibilidade no meio profissional e dissemina um falso dilema, (parafraseando Iamamoto 1982) ao alertar os profissionais sobre os perigos desse falso dilema no cotidiano profissional.

O processo de tentativa de ruptura do Serviço Social, conforme afirma Paulo Netto, é visto de uma forma bastante distinta do apresentado em meados de 1960 que não apresentava a pluralidade das refrações da questão social, não havia heterogeneidade nas suas discussões político-ideológicas, ou seja, não havia a clareza de um objeto de estudo, de um arcabouço politizado e compromissado com as demandas da classe. Pois seu caráter antes meramente assistencialista passa a incorporar traços de uma ruptura pela hegemonia de um projeto político que deveria dar conta da emergência da “questão social”, conforme afirmação abaixo que define a renovação do Serviço Social, como:

[...] o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo da tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimidade prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (PAULO NETTO, 1991, p. 131).

Esse processo de renovação da profissão era voltado para a busca de novos horizontes e de uma dimensão inscrita no campo teórico-metodológico que vai além de corporativismo e exclusivismo, sendo, portanto, um marco diferencial com ideais amplos e voltados para o mundo do trabalho e o mundo da cultura. O autor aponta “[...] a ênfase na análise crítica do próprio Serviço Social [...]” e diz que a profissão se coloca como objeto de pesquisa. Nesse marco, “[...] o Serviço Social explicitamente se questiona e se investiga como tal [...]” (PAULO NETTO, 2005, p. 133).

Para a profissão nessa efervescência política e social, o marco foi sem dúvida o processo de sua ruptura, conforme

É precisamente este “Serviço Social crítico” que vem redimensionando radicalmente a imagem social da profissão e hoje, é reconhecido no plano acadêmico como área de produção de conhecimento, interagindo paritariamente com as ciências sociais e intervindo ativamente no plano da formulação de políticas públicas (PAULO NETTO, 2005, p. 18).

O referido autor descreve o marco da reconceituação através da organização da categoria, pela conquista do projeto ético-político da profissão e em sua base, a reformulação do Código de Ética em 1993, fruto de lutas e incessantes discussões árduas que buscava o rompimento com o conservadorismo burguês e contra a ditadura instaurada na época.

Portanto, era sua vinculação em prol da classe trabalhadora e a defesa de seus direitos, destaca-se a essência do Projeto Ético Político, através dos 11(onze) princípios fundamentais.

I-Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática; VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero; IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as; X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS, 1993).

Essa conquista dispõe sobre os caminhos traçados pela profissão para compreender que, lidar com as refrações da questão social, é tornar-se também um sujeito de direitos na efetiva busca pelo saber teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo, inserido como profissional que busca compreender essa relação intrínseca entre interventor-mediador e usuário-sujeito (PAULO NETTO, 2005). Para reforçar essas ponderações sobre o legado da profissão rumo a reconceituação da profissão entendendo que,

O Serviço Social renovado é fruto de um conjunto de alterações na sociedade brasileira, e os Assistentes Sociais fizeram parte dessas mudanças, sendo uma referência legítima para os movimentos sociais e sindicais e para as novas gerações. Nesse processo, ampliam-se os sindicatos e a categoria se aproxima de outras profissões, estabelecendo novos vínculos e alianças sociopolíticas. A incorporação da perspectiva crítica, especialmente a de extração marxista, permitiu o salto quantitativo na análise de interpretação da sociedade burguesa, visando apreender suas contradições e romper com suas instituições. A constituição de uma massa crítica exige [...] um esforço significativo da categoria no sentido de qualificar e formar em nível de graduação, adequando-a ao perfil profissional competente, crítico e compromissado, capaz de responder ao tempo histórico em curso. (GUERRA, 2009, p. 9).

Dessa forma, pensar nas relações sociais no âmbito das políticas sociais, é ser criativo e propositivo, comprometido com o Projeto Ético Político da Profissão, disposto a inovar no ambiente de trabalho, embora existam as correlações de forças, travadas no interior da instituição, essa correlação de forças exige bastante amadurecimento do profissional e uma análise de conjuntura, para apreender a realidade.

Ao discorrer sobre a instrumentalidade no Serviço Social, Guerra (2012) apresenta as demandas institucionais nas quais o profissional utiliza-se corriqueiramente de instrumentais de cunho individual como a entrevista, deixando lacunas para o atendimento coletivo da população usuária. Guerra (2012) chama atenção para que o Assistente Social rompa essas barreiras institucionais buscando mecanismos de aproximação dos usuários das políticas sociais de forma coletiva passando a atuar mais diretamente com grupos organizados e informais, como os movimentos sociais, sindicatos, associações de moradores, dentre outros que aglomeram um perfil diversificado de usuários. Tal postura tende a ampliar o campo de atuação do Serviço Social exigindo que o mesmo utilize outras ferramentas além das corriqueiramente adotadas nas políticas, compreendendo que, [...] Os profissionais necessitam acionar instrumentos que possibilitem uma comunicação, atinjam um maior número de pessoas, dinamizem reflexões e decisões coletivas, viabilizem o repasse de informações com potencial de multiplicação muito maior do que os realizados nos grupos específicos [...] (GUERRA, 2012, p. 88).

A precarização e a regulação das forças produtivas condicionam as ações profissionais ao imediatismo, engessando e tornando escassas, mas não finitas, as possibilidades de o profissional ser propositivo e oferecer serviços que atendam às necessidades da população usuária, sobretudo em se tratando de uma população oprimida pelo capital, sofrendo suas mazelas. Essa relação está condicionada aos desmandos do capital e a qualidade dos serviços prestados, sobretudo pela falta de condições éticas e técnicas de trabalho.

O Assistente Social no exercício de suas atividades vinculadas aos organismos institucionais, estatais, para-estatais ou privados, dedica-se ao planejamento, a operacionalização e viabilização de serviços sociais por eles programados para a população. Exerce funções tanto de suporte à racionalização de funcionamento dessas entidades, como funções técnicas propriamente ditas. O assistente Social é chamado a constituir-se no agente institucional de *linha de frente*, nas relações entre a instituição e a população, entre os serviços prestados e a solicitação dos interesses por esses mesmos serviços. (IAMAMOTO, 1982, p. 113).

De acordo com Iamamoto (1982) uma das funções do Assistente Social na instituição é a de planejar e operacionalizar ações e serviços para a população. Diante do contexto de precarização e flexibilização das forças produtivas, o profissional pode atuar tanto a favor da classe trabalhadora quanto em prol do sistema capitalista, o diferencial será a sua intencionalidade, será o exercício de sua capacidade crítica, o que conseqüentemente exigirá que o profissional tome um posicionamento, uma vez que não existe neutralidade nessa disputa.

Ressalta-se que o Serviço Social sofreu transformações que contribuíram para ampliar a discussão sobre os rumos que tomaria a profissão num cenário de cerceamento e controle da ordem, de diminuição dos mínimos sociais, de redução dos direitos sociais etc. Não se pode esquecer essa história de lutas sociais que desencadearam a necessidade de *refletir os rumos da profissão, de propor modificações frente ao processo político econômico, de lutas e embates*²².

Se não houvesse uma tentativa de rompimento com a ordem burguesa, as conquistas profissionais estariam reduzidas apenas ao assistencialismo pragmático.

Há que se levar em conta o momento particular do Serviço Social, buscando a sua consolidação como profissão em uma área supostamente considerada como benemerência e desempenhando ações no sentido de organização da demanda aos serviços e benefícios oferecidos pelo aparato institucional público e privado. O debate sobre o significado das funções no trato das questões sociais, e destas com as questões estruturais e conjunturais passava ao largo das preocupações profissionais. Essas funções eram centradas de forma bastante endógena no interior do Serviço Social, nos processos e métodos de intervenção, autonomizados das instâncias institucionais, até meados da década de 1970. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p. 3).

Desde o processo de ruptura da profissão, o Serviço Social tem atuado para desligar-se do caráter de benemerência conferido na instituição da profissão, o que pode ser evidente através da consolidação do Projeto Ético Político tendo como suporte: as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, a Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética, ambos de 1993. No entanto, cabe alertar que em tempos de ofensiva neoliberal, as conquistas coletivas estão sendo ameaçadas e na gestão atual do país, esses ataques estão mais intensificados. O que pode ser visualizado através do cerceamento da liberdade de expressão das instituições de ensino superior, da organização sindical, movimentos sociais e a manifestação da sociedade civil organizada.

É, portanto, uma tarefa para o Serviço Social, se aproximar de entidades que atuam na contramão desse sistema e se colocam como apoio e disseminação da defesa de direitos, pelo fim dos ataques contra a organização de classes, como a ABEPSS, o CFESS/CRESS, a ENESSO e demais entidades que possuem tal capacidade. Ressalta-se que nessa sociabilidade, as estratégias do governo têm atacado diretamente as políticas de assistência social, saúde e educação, porque são políticas universais que atendem grande parcela da população e tornam-se alvo de constantes cortes em seu orçamento, afetando a vida de milhares de usuários. Sobretudo a assistência social, que possui uma especificidade de atender

²²Estas reflexões estão subsidiadas pelas afirmações de Yamamoto (2008, p. 421; 357) ao descrever a necessidade de afirmação dos assistentes sociais nos seus processos de trabalho, evidenciando a autonomia profissional e seu protagonismo nas políticas sociais.

“[...] àqueles que dela necessitam [...] (BRASIL, art. 203, 1998) utilizando o critério de seletividade e restrição²³ social, próprio das políticas públicas.

Essa intervenção social criada pelo Estado para atender às necessidades básicas das camadas mais vulneráveis, vem se revelando segundo Yazbek (2009, p. 132) “[...] como inoperante e incapaz [...]”. Yazbek afirmou esse caráter mínimo da assistência social enquanto política pública, pois o pauperismo aumenta cada vez mais e diminui as oportunidades à classe trabalhadora. Para as famílias atendidas pelos programas e projetos sociais, tornou-se mais complicado administrar a escassez de recursos financeiros para sua manutenção diária, cuidar da educação dos filhos, dentre outras prioridades de cada família beneficiária.

Tem-se também, o reordenamento das mudanças ocorridas na política de trabalho e emprego que tendem a manter a classe que vive do trabalho cada vez mais excluído através da flexibilização. Essa é uma realidade que milhares de famílias atendidas pelos programas e projetos sociais do governo, terão que conviver e se adaptar com tais modificações excludentes.

Essas modificações acabam fragilizando as políticas públicas e sociais e reforçando a política social, o caráter paternalista; o que se vê como uma ameaça real às conquistas da categoria que tem reafirmada a direção hegemônica. O conjunto CFESS/CRESS tem participado ativamente da luta de outras categorias e articula-se com todas as políticas públicas e sociais, intervindo pela classe trabalhadora, por seu compromisso ético. O que requisita do Serviço Social atualmente, a capacidade técnica do profissional e a necessidade de aprimoramento intelectual para que se evite o reducionismo profissional, conforme,

Reduzir o fazer profissional à sua dimensão técnico-instrumental significa tornar o Serviço Social meio para o alcance de quaisquer finalidades. Tendo como critério de verdade o êxito, a eficácia da ação prática do homem, a correspondência do pensamento com seus resultados, o alcance dos objetivos, a profissão fica restrita a uma de suas dimensões: a dimensão técnico-instrumental. (GUERRA, 2000, p. 7).

Sob o risco de a profissão não ficar “restrita à dimensão técnico-instrumental ”, conforme destacou Guerra (2000), sobre a necessidade de aprimoramento intelectual do profissional para investir em capacitações, cursos e outras estratégias como apreensão teórico metodológica e técnico operativa. Sabe-se que essa apreensão, nem sempre é viável pela forma como se apresenta o espaço institucional. Atrelado ao aporte teórico o Assistente Social ao compreender sua inserção como um trabalhador que está suscetível a adoecimentos. Este

²³ A restrição que nos referimos, diz respeito apenas a dois perfis de usuários previstos pela LOAS: idosos e pessoa com deficiência.

profissional e o usuário encontram-se num mesmo ciclo de reprodução social que visa lucros, adoecimentos, exploração do trabalhador e negação de direitos.

O saber teórico, sua articulação de classe e sua capacidade crítica, foram necessários para que o assistente social permeasse outras políticas públicas e sociais além da assistência social, demonstrando sua competência técnica. Nesse cenário sociopolítico, se fortalece a necessidade da materialização do Projeto Ético Político da categoria, apoiada pelas diretrizes do SUS na garantia de direitos à população usuária e busca democratizar esse acesso.

A relação orgânica entre o Projeto Ético- Político do Serviço Social e a Reforma Sanitária brasileira vincula-se ao horizonte social estratégico a que ambos se filiam, cujas estratégias de democratização da riqueza socialmente produzida e o acesso universal aos bens e serviços exigem tanto a resistência à sociabilidade capitalista, como o reforço ao movimento organizado dos/as trabalhadores/as. (CFESS 2010, p. 18).

A inserção dos Assistentes Sociais na área da saúde foi institucionalizada, através da Resolução do Conselho Nacional de Saúde (CNS) nº 218/1997 que institui as profissões da saúde, dentre elas, o assistente social, ficando as observações legais em relação às competências e atribuições profissionais de cada categoria. Destaca-se algumas atribuições dos assistentes sociais na saúde, a partir da regulamentação da profissão.

Apreensão crítica dos processos sociais de produção e reprodução das relações sociais numa perspectiva de totalidade; • análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país e as particularidades regionais;• compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade; • identificação das demandas presentes na sociedade, visando formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado (ABEPSS, 1996). (BRASIL, 2010, p. 32).

Com a consolidação do Projeto Ético Político da profissão, o Serviço Social tem um campo de atuação bastante amplo na política de saúde, pois as competências profissionais se coadunam com a garantia do acesso à saúde, amparado pela Constituição Federal de 1988 que em seu artigo 196 traz:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. (BRASIL, 1988).

No artigo constitucional que trata do direito à saúde, está atrelado à garantia dos demais direitos sociais e das condições econômicas da população usuária que necessita dos serviços ofertados pela política de saúde. Sabe-se que o acesso à saúde é garantido pela Constituição Federal, no entanto, o que se percebe é a falta da materialização desse direito, uma vez que o conceito de saúde é ampliado não se limitando às questões físicas do sujeito, mas leva em consideração um conjunto de ações articuladas que devem garantir melhores condições de vida à população.

O Estado omite-se de sua responsabilidade com os usuários da assistência social, habitação, educação, dentre outras áreas que exigem critérios de seletividade no acesso a serviços e direitos sociais. Através destas estratégias excludentes, os gestores utilizam-se de ingerências administrativas e acabam diminuindo as condições para que os governos e municípios, deixem de atender a quem necessita de forma mais integral, universal e com a qualidade necessária às especificidades de cada sujeito, respeitando o território, a etnia, gênero, raça, cultura.

Ressalta-se, que essa integralidade das políticas sociais não deve se dar apenas na área da saúde, mas se estende à educação e à assistência social, pois tais políticas permeiam o cotidiano da população usuária. A política de educação no país, tem sido vista apenas pelo viés mercadológico, seguindo os princípios do capitalismo. O acesso à educação está previsto na CF de 1988 do artigo 205 ao 214 descrevendo as modalidades de ensino, a gratuidade, o acesso da população a um ensino de qualidade. No entanto, diante da atual conjuntura do país presencia-se a redução do acesso e garantia ao ensino nos moldes constitucionais. A educação transformou-se numa oportunidade de o empresariado ampliar suas riquezas através da oferta dos cursos à distância, com ensino precarizado, com flexibilidade de horário, porém sem nenhuma qualidade ou fomento à pesquisa e a extensão. Dessa forma, a sociedade está refém de um governo que adota políticas minimalistas, cerceia a liberdade de expressão, o diálogo e a democracia. Almeja-se um país rico em diversidade cultural, histórica, com oportunidades para todos, respeito às escolhas de cada um.

Da mesma forma que se luta por uma educação de qualidade e acesso de todos os cidadãos brasileiros a oportunidade de um futuro com mais segurança, reitera-se na Política de Assistência Social a defesa da autonomia profissional dos gestores públicos que estão na linha de frente no atendimento aos programas de transferência de renda e benefícios assistenciais para as famílias mais pauperizadas. São esses profissionais que atuam no território dos usuários, portanto, sabem de suas necessidades, conhecem a realidade vivenciada por cada família. Os (as) Assistentes Sociais são referência para essas famílias,

atuando nos CRAS's através de atendimentos individuais e coletivos, visando assegurar os direitos de cada usuário.

No entanto, a dificuldade dos profissionais não se resume na falta de estrutura física ou de recursos humanos e materiais, mas na autonomia profissional que nem sempre é respeitada. E, essa falta de visão dos gestores públicos em relação à assistência social recai sobre as famílias atendidas por esses profissionais, que deixam de prestar bons serviços pela ausência de condições éticas, técnicas, materiais, dentre outras. É lamentável essa visão distorcida sobre os direitos sociais que ainda são tratados como um favor pelos gestores públicos, preferindo oferecer serviços ineficientes a fomentar o protagonismo e a autonomia das famílias.

Portanto, trazer à tona a extensão que tomou o avanço das políticas neoliberais sobre as políticas sociais como a saúde, a educação e a assistência social, é reiterar a necessidade de manter um posicionamento político sobre a profissão, lutando pela garantia dos direitos sociais para os usuários e pela preservação da autonomia profissional.

Partindo para a especificidade de atuação do Assistente Social, o artigo 4º da Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/1993) define as competências profissionais do Assistente Social, dentre elas destacamos: “[...] elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto à órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam de âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; encaminhar providências e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos.

Conforme Medeiros (2020), as competências profissionais do Assistente Social no exercício da docência foram recentemente discutidas pelo CFESS/CRESS no ano de 2020 fruto de intensos debates ocorridos durante o 46º encontro nacional da categoria em Brasília em 2017. De acordo com a assessora jurídica, o conjunto CFESS/CRESS solicitou um parecer²⁴ a respeito das atribuições do Assistente Social na docência do ensino Superior, sendo necessário à época, criar um Grupo de Trabalho (GT) para dar prosseguimento às discussões a respeito do tema, o que nos convida a explicitar aqui, a opinião da assessoria jurídica sobre os fatos que envolvem o exercício e a formação profissional do (a) Assistente

²⁴ Parecer Jurídico nº 25/2019-e, de 9 de setembro de 2019. “[...] Eixo “Orientação e Fiscalização Profissional” (“Aprofundar a discussão sobre as competências e atribuições privativas do/a assistente social, contemplando o material técnico sigiloso e requisições de natureza inter, multi e transdisciplinar”) [...].” (MEDEIROS, 2020, p. 9).

Social. Deixa-se registrado que a referida discussão não será tratada com o devido afinco por não ser objeto de estudo específico, mas que agrega informações relevantes para nossa investigação e merece ter destaque.

[...] como conclusão, o parecer Jurídico nº 39/91 decidiu pela inexigibilidade do registro do/a professor/a, com duas ressalvas: a primeira de que, caso professor/a voluntariamente se inscreva no conselho, estará sujeito/a ao cumprimento das obrigações decorrentes de tal inscrição; a segunda de que, caso o/a professor/a, além da atividade de magistério, desenvolva atividade como de supervisão acadêmica ou “extra-acadêmica”, mantém-se exigência do registro profissional [...]. (MEDEIROS, 2020, p. 89).

Diante da exposição do referido parecer, várias situações foram identificadas e discutidas com o rigor necessário ao exercício profissional a partir da Lei nº 8.662/93, como resultado de uma pesquisa realizada pela assessora jurídica do CFESS com recorte para “[...] os pareceres cujo objeto refere-se diretamente ao debate sobre a matéria dos incisos V, VI, VII e IX do art. 5º da Lei nº 8.662/1993 nos termos aqui mencionados [...]” (MEDEIROS, 2020, p.87). A partir das análises apuradas após exposição dos referidos pareceres, chegou-se a uma conclusão a respeito do exercício profissional do Assistente Social enquanto docente, a qual iremos evidenciar para conhecimento de causa da comunidade acadêmica a respeito da legislação que regulamenta a profissão.

Após analisar todos os argumentos e fundamentos jurídicos, extraio que: a) em relação à supervisão acadêmica ou de campo (art.5º, inciso VI, Lei nº 8.662/1993), o entendimento pacificado é de obrigatoriedade do/a profissional constituir-se assistente social, portanto, é exigível a inscrição profissional perante o Conselho Regional de Serviço Social com jurisdição em sua área de atuação, b) no campo do magistério, nos termos estabelecidos em lei (art.5º, inciso V, Lei nº 8.662/1993) e compreendendo a indissociabilidade entre teoria e prática na profissão, o exercício docente constitui atribuição privativa de assistente social, porém, entendendo a controvérsia e fragilidade jurídica da questão, especialmente no que se refere à aplicação da lei, não cabe fiscalização do exercício profissional docente, tampouco obrigatoriedade de sua inscrição no Conselho Regional, devendo essa tratativa dar-se sobretudo no campo de intervenção política dos CRESS. (MEDEIROS, 2020, p. 105).

Por ser uma discussão salutar, porém instigante, diante dos fatos expostos pela assessoria jurídica do CFESS/CRESS, o referido documento exige uma leitura árdua, compreendendo o movimento da dialética, das transformações societárias que refletem nas relações sociais dos sujeitos. As atribuições privativas do Assistente Social não devem apenas constar como um manual de boas práticas institucional, mas devem configurar o exercício crítico da postura profissional defendido pelo conjunto CFESS/CRESS. O Relatório²⁵ com as

²⁵ Disponível em: <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Relatorio-46nacional2017Final.pdf>>. Acesso em 2020.

informações detalhadas sobre o processo de consulta aos respectivos pareceres encontra-se disponível para acesso à comunidade profissional e externa.

O percurso da trajetória profissional alinha-se na perspectiva de rompimento com a ordem vigente e a recusa ao autoritarismo instaurado nessa sociabilidade. Diante de algumas evidências que atingem a parcela mais pauperizada do país, o Serviço Social é desafiado a manter-se resistindo aos desmontes subsequentes da ordem burguesa. Na contramão de um sistema desigual que propõe o mínimo para os mais pobres e abundância para os mais ricos, destaca-se algumas medidas adotadas para fortalecer o sistema capitalista:

- *Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019-Modifica o sistema de previdência social, estabelece regras de transição e disposições transitórias, e dá outras providências.* Através dessa PEC, o sistema de seguridade social corre riscos reais de dissolução, o que já está sendo materializado através das reformas propostas e aprovadas pelo governo.

- *LEI Nº 13.840, DE 5 DE JUNHO DE 2019 - para dispor sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas e as condições de atenção aos usuários ou dependentes de drogas e para tratar do financiamento das políticas sobre drogas.*

Faz-se referência, à exclusão do capítulo II, Seção I- **que exclui, veta a participação da sociedade civil no conselho**, um retrocesso para as famílias, usuários, que a partir dessa lei estarão reféns dos desmandos desse governo. O conjunto CFESS/CRESS, manifestou-se através de nota de repúdio ao Decreto 9.926/2019 do Governo Federal, que excluiu as vagas destinadas a especialistas e integrantes da sociedade civil no Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (CONAD).

- *Contingenciamento dos gastos públicos em todas as áreas.* No entanto, a Assistência Social, Educação e Habitação, foram algumas políticas que sofreram mais drasticamente com a medida por se tratar de políticas universais, amplas, embora seletivas, a medida visa aumentar os recursos do governo através da exploração da classe trabalhadora. Na educação, 100% dos recursos estão contingenciados: bolsas permanência, de pesquisa, dentre outras (INESC²⁶, 2019). Esses cortes não se restringem apenas à Educação Superior, mas também à Educação Básica, através da falta de concursos públicos, materiais didáticos para o ensino fundamental e infantil. É uma completa ditadura ideológica que se apropria das camadas mais pauperizadas em detrimento da acumulação de riquezas.

²⁶ Instituto de Estudos Socioeconômicos.

Em se tratando do descaso com a educação no Brasil é salutar apresentar em breves linhas, as reflexões críticas de Evangelista (2016), ao apresentar as *4 faces da docência* vistas pelo panorama capitalista burguês com seu sistema nefasto, que induz a adoção de políticas enviesadas, descoladas da realidade.

Evangelista (2016) cita os 4 tipos de docente que discorrera no estudo: “[...] **professor reconvertido; desqualificado; responsabilizado; “eadeizado”** (EVANGELISTA, 2016, p. 1). As discussões partem de suas considerações sobre o olhar que o senso comum teceu a respeito da docência no Brasil, partindo desse olhar unilateral. A autora apresenta algumas situações vexatórias que expuseram os professores a atos violentos, excludentes, desqualificando assim o trabalho docente. Como a autora cita em seu estudo “[...] um avanço orquestrado por interesses privados do capital com alto nível manipulatório da opinião pública e negociações espúrias do interesse público no Congresso Nacional [...]” (2016, p. 2).

Em síntese, as discussões de Evangelista (2016) são contundentes, pois a mesma traz uma riqueza de detalhes que não podem se perder na história, que devem ser levados em consideração nas análises sobre a política educacional no país. Medidas truculentas como essas, requerem das instituições públicas, dos profissionais, movimentos sociais, dentre outros segmentos, uma postura crítica e comprometida com a população assumindo a linha de frente na defesa dos direitos conquistados, que atualmente está ameaçada e usurpada. Boas intenções, não garantem comida na mesa do trabalhador, só passam de falácias, a rede de mentiras que se criou desde o fortalecimento das ideias liberais no Brasil, reforça o discurso falacioso dos últimos governos e do atual, sobre os direitos sociais.

A militância do Serviço Social tem sido bastante evidente, em relação à defesa dos direitos da classe trabalhadora e do seu projeto de profissão, sendo ambos indissociáveis, uma vez que é através da garantia do acesso às políticas sociais, que a profissão luta e consolida seu projeto profissional. O Projeto Ético Político da categoria tem buscado se fortalecer no meio profissional, pois embora seja hegemônico não é homogêneo. Uma parcela dos assistentes sociais não reconhece o projeto ético político como consolidação dos embates na arena de lutas, na recusa ao assistencialismo e ao primeiro-damismo, no exercício e autonomia profissional. O que se vê é uma apatia que tomou conta de alguns profissionais fadados ao comodismo institucional e que não participam ativamente das diversas campanhas e eventos da categoria.

Em tempos árdios e de uma política reformista, os assistentes sociais precisam resistir e essa resistência se dá no chão da fábrica, no contato direto com os usuários, rompendo os muros da universidade, buscando fortalecer sua identidade profissional ao reafirmar que é

“assistente social”. É desafiador, mas é compensador quando se visualiza a materialização de nossas ações, abandonando o pragmatismo e visando a transformação; não se omitir quando a classe trabalhadora ficar à mercê das escassas benesses, mas prontamente estar dispostos e preparados para sua defesa.

Traça-se em linhas gerais o processo de renovação da profissão frente os avanços do conservadorismo, apresentando o contexto sociopolítico do país envolvendo os ataques da ofensiva neoliberal e a adoção de medidas de contingenciamento como resposta às pressões populares.

3.2 O Processo de formação profissional do Assistente Social à luz das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996

Desde a inserção do (a) aluno (a) na academia, a abordagem sobre o processo de institucionalização da profissão geralmente é discutido nos primeiros semestres do ano letivo, no entanto o enfoque é mais aprofundado em relação à Lei de Regulamentação da Profissão e ao Código de Ética, ambos de 1993 e as DC da ABEPSS (1996) que acabam sendo menos discutidas e a sua importância não é abrangida amplamente, o que afasta a comunidade acadêmica dos aportes legais que subsidiam o Projeto Ético Político da Profissão. É certo que os anos iniciais dos cursos acadêmicos, requerem a compreensão sobre o seu processo de formação, sua institucionalização, a corrente filosófica na qual é ancorada a profissão, dentre outros aspectos legais.

Em relação ao Serviço Social, é salutar que as discussões sejam articuladas durante todo o processo de formação acadêmica, não deixando que a exposição sobre os aportes legais da profissão seja enfatizada apenas em algumas disciplinas, o que geralmente acontece na graduação. Essa fragmentação de conteúdos acarreta mais dissensos no meio profissional do que convergências, isso ocorre porque os saberes não estão coesos, alinhados, pelo contrário, os discursos versam sobre pensamentos individualizados, de cunho pessoal, opiniões valorativas, sem possibilidade de propor um ensino articulado com os aportes legais que solidificam a profissão. Hegemonicamente só há uma postura a ser defendida: a postura crítica pautada pela liberdade, democracia, defesa dos direitos humanos, pluralismo, dentre outros.

A formação profissional do assistente social na perspectiva crítica, tem sido uma exigência do conjunto CFESS-CRESS desde a conquista da categoria na década de 1990, mais precisamente através dos amparos legais que subsidiam o Projeto Ético Político da

profissão: a Lei de Regulamentação da Profissão (1993), o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996). Para melhor compreensão sobre as referidas análises, encaminha-se as especificidades de cada Núcleo de Fundamentação da formação profissional, conforme:

Com a proposta de aproximar cada vez mais o processo de formação da realidade da vida social, um elemento central é a nova organização da lógica curricular, cujo pressuposto está centrado na afirmação de um conjunto de conhecimentos indissociáveis, dispostos em núcleos de fundamentação, a saber: 1- Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2-Núcleo de fundamentos da particularidade da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; 3- Núcleo de fundamentos do trabalho profissional. (KROPF, 2020, p. 4 Apud ABEPSS, 1996).

A importância da autora em dar evidência às Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, só vem agregar mais relevância social à pesquisa, suscitando a defesa pela formação profissional comprometida com os princípios éticos do Serviço Social. Desta forma, o Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social diz respeito à centralidade do ser social, a totalidade, orientados pela categoria historicidade, bases do materialismo histórico-dialético. O Núcleo de Fundamentos da Particularidade da Formação Sócio - Histórica da Sociedade Brasileira se relaciona com os aspectos que envolvem a sociedade brasileira, a partir da concepção da totalidade, sem perder de vista que as relações sociais, estão sob o prisma do capitalismo. O Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional diz respeito à constituição da profissionalização do assistente social, reafirmando a hegemonia crítica da corrente marxista.

Em relação aos “tópicos de estudo” tem-se a referência as matérias e às disciplinas que estão assim distribuídas: disciplinas, seminários temáticos, oficinas/laboratórios e atividades complementares, as disciplinas são as seguintes: Sociologia, Teoria Política, Ciência Política, Economia Política, Antropologia, Psicologia, Formação Sócio- Histórica do Brasil, Direito e Legislação Social, Política Social, Desenvolvimento Capitalista e Questão Social, Classes e Movimentos Sociais, Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos do Serviço Social, Trabalho e Sociabilidade, Serviço Social e Processos de Trabalho, Administração e Planejamento em Serviço Social, Pesquisa em Serviço Social, Ética Profissional²⁷. (ABEPSS, 1996, p. 12-13). Em relação aos “Princípios” das DC da ABEPSS (1996) temos:

1. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares - tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo; 2. Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da

²⁷ ABEPSS, 1996. DC para o curso de Serviço Social.

realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social; 3. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade; 4. Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; 5. Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade; 6. Padrões de desempenho e qualidade idênticos para cursos diurnos e noturnos, com máximo de quatro horas/aulas diárias de atividades nestes últimos; 7. Caráter interdisciplinar nas várias dimensões do projeto de formação profissional; 8. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão; 9. Exercício do pluralismo como elemento próprio da natureza da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas, em luta pela direção social da formação profissional, que compõem a produção das ciências humanas e sociais; 10. Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; 11. Indissociabilidade entre estágio e supervisão acadêmica e profissional. (ABEPSS, 1996, p. 5 - 6).

O que fica evidente com as respectivas informações sobre os Princípios das DC da ABEPSS (1996) é a necessidade das IES adotarem uma postura crítica, pautada pelo compromisso com as classes subalternas, excluídos do sistema atual. Além de articularem-se para cumprir os princípios postos pelas DC da ABEPSS de 1996, não devendo ser visto como uma imposição, mas como um rigor necessário para a defesa do Projeto Ético Político e o Projeto de Formação Profissional que está em constante ameaça. Conhecer e aplicar princípios e diretrizes que nortearão a postura profissional é o dever de todo profissional que se identifica como Assistente Social.

A ABEPSS elencou as recomendações sobre o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) deixando explícito que o estágio é uma atividade intrínseca à formação profissional do (a) aluno (a), indissociável da articulação teoria-prática, devendo ser respeitada a carga horária prevista pela PNE de 2010 de 3.000h²⁸, devendo ser cumprida até 15% da carga horária total.

A PNE (2010) também reitera a importância de as disciplinas estarem articuladas à formação profissional do (a) aluno (a) conforme os núcleos de fundamentação da formação profissional. Daí a importância das IES buscarem uma sintonia com as DC da ABEPSS de 1996, evitando o risco de cair no pragmatismo e no tecnicismo, num ensino fragmentado e sem solidez capaz de assegurar uma direção política que compreenda o movimento da sociedade. Em relação ao TCC, as orientações da ABEPSS são para que haja uma sistematização dos conhecimentos adquiridos “[...] preferencialmente geradas a partir da

²⁸ Conforme PNE, 2010, p. 29.

experiência de estágio[...]” (ABEPSS, 1999²⁹, p.8). Torna-se essencial que seja desmistificado o mito de que “na prática, a teoria é outra”³⁰, tão comum durante e após a graduação, pois essa discussão deve permear os espaços acadêmicos e profissionais. O estágio é um momento de descobertas, de ansiedade, de insegurança, de sentimentos abstratos que se materializam com a inserção do (a) aluno (a) no campo de estágio. Mas também é um momento de troca, de aprendizado, de inquietações que aproximam sujeito e profissional, propiciando um amadurecimento intelectual.

Elenca-se aqui um ponto crucial para que as pesquisas produzidas durante o período acadêmico suscitem ao (a) aluno (a) uma vivência necessária com o ensino, a pesquisa e a extensão. A produção acadêmica no Serviço Social precisa ser mais evidenciada do ponto de vista da totalidade, o que tem sido uma exigência durante a finalização do curso. No entanto, essa não é uma postura hegemônica entre os profissionais, o que se justifica em razão dos cursos aligeirados e na modalidade à distância, sem coesão com as exigências do CFESS-CRESS/ABEPSS.

Em relação às Atividades Complementares, as orientações da ABEPSS de 1996 trazem a informação de que “[...] devem corresponder a até 5% da carga horária total do curso [...].” (ABEPSS, 1996, p. 15). Para maiores esclarecimentos, seguem as respectivas atividades acadêmicas que podem ser consideradas como atividades complementares,

[...] atividades de pesquisa e extensão, produção científica, visitas monitoradas, monitoria, participação em encontros, seminários e congressos com apresentação de trabalho. As atividades formativas básicas têm por objetivo dar relevância às atividades de pesquisa e extensão, afirmando a dimensão investigativa como princípio formativo e como elemento central na formação profissional e da relação entre teoria e realidade [...]. (ABEPSS, 1999, p. 15).

Em relação às atividades descritas acima, o objetivo é suscitar a dimensão investigativa da profissão, mas nem sempre o resultado é alcançado. Não se pode afirmar empiricamente, mas diante da fragilização de alguns conteúdos, tais atividades acabam perdendo o caráter investigativo por participações rasas, preocupando-se apenas com a conclusão da carga horária estipulada pela instituição. Tal postura formal não pode ser entendida como culpabilização do (a) aluno (a) ou da instituição, mas deve ser analisada através da intencionalidade de ambos. Nesse caso, a participação discente tem um peso maior se comparada ao do (a) docente, pois recai sobre o (a) aluno (a), a disseminação do

²⁹ Extraído do documento: Comissão de Especialistas do Serviço Social, 1999.

³⁰ Mais informações sobre esse “jargão”, consultar Yolanda Guerra.

conhecimento profissional, o amadurecimento intelectual, a vivência acadêmico-profissional, dentre outros aspectos que implicam em sua escolha.

Através da exposição dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, torna-se mais evidente que o Serviço Social se consolida como uma profissão que atua diretamente no combate às desigualdades sociais buscando materializar os direitos sociais que foram abruptamente usurpados pelo capitalismo. É sobre a questão social que a profissão tem se debruçado para combater as desigualdades sociais que permeiam a institucionalização da profissão desde os seus primórdios atuando contra a caridade tão presente na história do Serviço Social. Daí decorre a importância dos (as) profissionais estarem articulados quanto às DC para o curso de Serviço Social, analisando as exigências necessárias para que o Assistente Social atue criticamente contra o ensino mercadológico, desqualificado, sem fomento ao ensino, à pesquisa e a extensão.

As diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social no país, devem ser analisadas e discutidas pelo corpo docente e discente nas IES, evitando assim, o desconhecimento e o distanciamento por parte da comunidade acadêmica sobre os parâmetros que regem a profissão.

Conforme visto, as DC da ABEPSS de 1996 estão em completa sintonia com as bandeiras de luta da categoria, como a qualidade na formação profissional do Assistente Social; a defesa por uma educação gratuita e acessível a todas as pessoas; à democratização das informações de interesse da população usuária; a recusa aos ditames autocráticos e nefastos do sistema capitalista; recusa e repúdio à discriminação, racismo, xenofobia, abuso sexual, dentre outras frentes da categoria. Por esta razão, torna-se imprescindível que os cursos de graduação e pós-graduação em Serviço Social estejam alinhados com tais diretrizes.

Assim, reitera-se a importância dos (as) Assistentes Sociais manterem-se em coesão diante das investidas do capital, buscando o amadurecimento intelectual e crítico através das discussões da categoria, de densas leituras, do apoio incondicional do conjunto CFESS/CRESS, dentre outros.

Atrelada a discussão sobre o processo de formação profissional do Assistente Social, especificamente diante da situação pandêmica que o país está vivendo, temos um grande desafio para manter a defesa por uma educação acessível a todos, gratuita e de qualidade, traços que na atual conjuntura não podem ser materializados, conforme afirmação.

Essa explicitação do decreto de 2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, nos desautoriza a caracterizar o atual ensino remoto de educação a distância. Então, o que estamos fazendo? Se não é educação e se não podemos

chamar de aula gravações de vídeo, *power point*, palestras em plataformas virtuais sem interação, sem olho no olho, sem expressões de dúvida e questionamentos, o que estamos fazendo? O esvaziamento do sentido didático-pedagógico do processo de ensino-aprendizagem deve ser questionado. Atividades remotas síncronas que sequer garantem a presença dos discentes do outro lado da tela do computador ou do celular, que não envolvem avaliação (como algumas resoluções determinam), que não têm cobrança de presença, que não têm interação, que não têm participação efetiva, dada as limitações tecnológicas, não devem ser caracterizadas como aulas. (FARAGE, 2020, p. 57).

A afirmação da autora representa o anseio de grande parte dos (as) profissionais da educação que tem compromisso com seus usuários, com a sociedade civil que acredita numa educação libertadora capaz de incentivar a consciência crítica da população. E, no caso do Serviço Social temos situações que não compactuam com as novas exigências do mercado, como o estágio curricular obrigatório que deve ser cumprido rigorosamente na modalidade presencial, além da supervisão sistemática do (a) profissional.

Como herança histórica desse legado profissional, encaminham-se algumas informações relevantes fruto de uma densa pesquisa bibliográfica sobre a formação profissional utilizando como fonte de estudo a análise de documentos publicados pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, como Portarias, Resoluções e as Diretrizes Curriculares (1996) que embasam o processo de formação dos Assistentes Sociais, conforme declaração:

Reconhecemos, neste resgate da trajetória histórica dos últimos vinte anos da formação na área, um conjunto dialético de configurações, polêmicas e resistências empreendidas pela profissão, que evidenciam a busca incessante pela garantia do Projeto Profissional, mediante um conjunto de ações as quais se propõem a enraizar as DCs; manter a capacidade político-organizativa da profissão; e, acima de tudo, sintonizar esse Projeto com a direção social da formação. No seu conjunto, ele se traduz num dos mais importantes legados dos últimos vinte anos do Serviço Social no Brasil, portanto, recuperá-lo para apreendê-lo na sua totalidade é fundamental, pois nos permitirá avaliar os erros e acertos empreendidos nesse tempo histórico, projetando o futuro que, certamente, já nos impõe uma agenda de renovação das lutas pela formação de qualidade: desafio presente e futuro da profissão e de todos os que se opõem a uma educação mercantilizada e alinhada, exclusivamente, aos interesses do capital. (LEWGOY; MACIEL, 2016, p. 45- 46).

Conforme afirmam as autoras, o projeto de profissão dos assistentes sociais é o legado deixado pela categoria para que a direção política seja mantida conforme os princípios éticos defendidos pelo conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS, sobretudo num cenário de mercantilização do ensino superior e expansão dos avanços da política de ajuste neoliberal. Na referida produção, as autoras resgatam a construção intelectual do Serviço Social nos 20 anos do seu projeto profissional, destacando a situação adversa do país sobretudo os reflexos na política de educação.

Através de uma pesquisa bibliográfica envolvendo a formação profissional, destacando as conquistas do conjunto CFESS/CRESS como: *a aprovação das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996* (embora não tenha sido aprovado conforme deliberação da categoria, mas através de uma estratégia do Conselho de Educação omitindo pautas importantes), *o Código de Ética Profissional e a Lei de Regulamentação da Profissão de 1993*, aprovados após a década de 1980.

Portanto, a formação profissional não pode caminhar numa direção contrária àquela defendida pelo conjunto CFESS/CRESS através da articulação política que a profissão possui, da criticidade e do compromisso com a população usuária, bem como da defesa de um ensino presencial, da pesquisa e da extensão, da socialização da riqueza, da negação ao preconceito e a discriminação, dentre outras bandeiras de luta que a profissão milita.

Dando prosseguimento à pesquisa, apresenta-se a seguir as informações sobre as respectivas IES, a partir do histórico institucional onde constam as informações básicas.

Nesse momento, faz-se necessário apresentar o PPC de cada IES e em um segundo momento serão analisados os dados de cada instituição com a finalidade de dar maior subsídio para as considerações. A apresentação dos dados institucionais é uma oportunidade para se debruçar sobre a construção dos referidos PPC's, a luz dos eixos de análise deste estudo envolvendo os núcleos de fundamentação da formação profissional, nova lógica curricular e o estágio curricular e a supervisão acadêmica.

CAPÍTULO III

4 REVISITANDO E REFLETINDO SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS

Neste capítulo aborda-se a discussão sobre o percurso metodológico da pesquisa e os aportes teóricos que subsidiaram o trabalho, seguido pelos seguintes tópicos: descrição metodológica, a construção metodológica da pesquisa e apresentação do percurso metodológico das IES pesquisadas.

4.1 Descrição metodológica

Para dar seguimento ao caminho percorrido durante a realização da investigação, busca-se organizar o trabalho de forma a garantir uma compreensão sobre os resultados alcançados com a pesquisa. Desta forma, o trabalho foi dividido em duas partes, sendo a primeira descrevendo os procedimentos metodológicos necessários para o andamento da pesquisa. O segundo momento, se refere à apresentação esmiuçada de cada matriz curricular enfatizando os pontos a serem analisados através de uma tabela expositiva e de reflexões críticas que contribuam para a discussão sobre a necessidade da articulação dos PPC's com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Entende-se, que é necessária a descrição metodológica do trabalho, pois diante da necessidade de organização do trabalho, acrescenta-se o planejamento das atividades antes e durante a construção do trabalho. Como importante instrumento nas políticas públicas, apropriou-se desta ferramenta, pois se acredita que embora haja um roteiro prévio, nada substitui a sua importância. Conforme aponta a autora,

[...] retoma-se o planejamento para desvendar algumas de suas faces ocultas e de suas armadilhas, muito claras no planejamento tradicional, como o mito do instrumental técnico neutro, o mito do técnico planejador, o mito da previsão do futuro, etc., para inscrevê-lo como um exercício de liberdade e participação, necessário aos que governam e aos que não governam. (BARATA, 2009, p. 7).

A importância da pesquisa acadêmica tem contribuído, não apenas para a Ciência e a Tecnologia, mas compreende outras áreas do saber que exigem rigor técnico e fidelidade na análise das evidências. É necessário, portanto que o pesquisador tenha tal conhecimento para não colocar em risco o objeto de sua pesquisa, tampouco se imbuir de valores do senso

comum que certamente comprometerão sua pesquisa. A esse respeito, uma breve explicação do conceito atribuído à pesquisa.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da Ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação. Ou seja, nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática. As questões da investigação estão, portanto, relacionadas a interesses e circunstâncias socialmente condicionadas. São frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos. (MINAYO, 2001, p. 5).

Conforme dito acima, a relação da pesquisa com a vida cotidiana dos sujeitos tem fortes laços que se metamorfoseiam através das constantes indagações suscitadas pela comunidade local, por acadêmicos, enfim, as questões cotidianas relacionadas ao trabalho ou à vida em comunidade se conectam diretamente com a pesquisa social, uma vez que cabe a ciência buscar respostas para tais questionamentos.

Ressalta-se, que o estudo em questão, segue o rigor preconizado pelos órgãos de interesse e fomento à pesquisa primando pela ética, compromisso e responsabilidade em colaborar para a ampliação do acesso a informação. Conforme os autores que destacam a importância da pesquisa qualitativa, tendo em vista que:

A análise qualitativa de dados é um fenômeno recentemente retomado, que se caracteriza por ser um processo indutivo que tem como foco a fidelidade ao universo de vida cotidiana dos sujeitos, estando baseada nos mesmos pressupostos da chamada pesquisa qualitativa. Segundo André (1983) ela visa apreender o caráter multidimensional dos fenômenos em sua manifestação natural, bem como captar os diferentes significados de uma experiência vivida, auxiliando a compreensão do indivíduo no seu contexto. (ALVES; SILVA, 1992, p. 1).

E ainda se destaca a declaração dos autores a seguir para referenciar a escolha da técnica de pesquisa,

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto [...]. (FONSECA, 2002, p. 32 Apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 37).

Ressalta-se a importância da pesquisa nas ciências sociais, trazendo as considerações de Baptista (1999) que aborda a temática sobre “[...] ‘o falso dilema’ do confronto entre as técnicas qualitativas e quantitativas de pesquisa, sendo quase sempre enfocadas como perspectivas aparentemente opostas e até excludentes [...]”. (COSTA, 2019 Apud

BAPTISTA, 1999, p. 31). É importante levar em consideração a importância da abordagem a ser utilizada na pesquisa, evitando o risco de cair no relativismo acadêmico. Paralelo as considerações de Baptista (1999), encaminha-se a fala de Martinelli (1999) sobre a pesquisa qualitativa, considerando a objetividade do sujeito e do seu objeto “[...]. O pesquisador é integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações [...]”. (MARTINELLI, 1999, p. 35). Desta forma, a autora reafirma o rigor teórico e o compromisso profissional do pesquisador com seu objeto, mantendo uma relação dinâmica que propicie a interação e a criticidade necessárias ao estudo.

Em relação à pesquisa em Serviço Social, destaca-se que houve um aumento na produção teórica tanto na graduação quanto na pós-graduação, segundo pesquisa realizada através das dissertações e teses do Serviço Social, tendo em vista a necessidade de material teórico para dar subsídios à comunidade acadêmica. Conforme,

[...] Resgata nesse debate a ‘guerra das ciências’ travada entre físicos e matemáticos com analistas do social, desconsiderando a dimensão científica da pesquisa no âmbito social. Analisa o crescimento da produção científica no Serviço Social através das dissertações e teses dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social, para tanto comenta análises de Yamamoto, Silva e Silva e Carvalho, indica a necessidade da constituição de política de pesquisa a orientar a comunidade epistêmica em Serviço Social, que deve se articular em rede de núcleos de pesquisa [...] (SPOSATI, 2007, p. 1).

O rigor técnico e a ética profissional devem caminhar juntos na produção científica, evidenciando o compromisso da profissão com seus usuários. A profissão vem se reafirmando enquanto campo do saber, necessitando assim estar imbuída de aportes teóricos capazes de responder aos questionamentos cotidianos. Sobre a pesquisa em Serviço Social, tem-se a afirmação,

Na área do Serviço Social, a pesquisa é a pedra angular das produções científicas que, por sua vez, renovam a dinâmica e os conteúdos da formação acadêmica e profissional e, conseqüentemente, possibilitam a inserção e impactos na sociedade [...] “a pós-graduação cumpriu um papel de monta na constituição da vertente crítica do Serviço Social brasileiro, [...] colocando-o como interlocutor reconhecido no campo das ciências sociais” [...] (CARVALHO; et al, 2020, p. 19 Apud GUERRA, 2020, p. 126).

Tendo em vista que o tema proposto para o estudo, baseia-se em arcabouço teórico fundamentado por dados coletados em documentos através da pesquisa bibliográfica, em razão da sua aplicabilidade em escolas e universidades entre os estudantes e pesquisadores, como um meio de acesso menos burocratizado que pode se utilizar de recursos dinâmicos e

fáceis de serem acessados como: documentos públicos, artigos disponibilizados em periódicos, monografias, teses, dissertações em meio físico ou digital, revistas, dentre outras ferramentas.

A pesquisa bibliográfica também pode ser compreendida como pesquisa teórica conforme definem os autores: “[...] seus objetivos mais comuns são compreender e discutir a revisão de literatura sobre o tema de pesquisa [...]” (COSTA, 2019 Apud APOLINÁRIO Apud TACHIZAWA; MENDES, 2010, p. 64). De acordo com os autores, a aplicabilidade da pesquisa bibliográfica se justifica pela possibilidade de ampliar o arcabouço teórico debruçando-se em uma diversidade de documentos que, indicarão se o caminho traçado se alinha à discussão da proposta e, se de fato existe coerência nas hipóteses levantadas durante o planejamento da investigação.

É salutar deixar evidente, que há uma diferenciação entre pesquisa bibliográfica e levantamento bibliográfico. Parafraseando (GIL 2001, p. 61), o levantamento bibliográfico faz parte da pesquisa bibliográfica, sendo, portanto, uma delimitação do tema a ser analisado. A escolha do tema em sua maioria pode ser bem amplo e o levantamento bibliográfico contribui para a escolha dos métodos e referenciais teóricos utilizados.

Adensando a exposição sobre a pesquisa bibliográfica, tem-se como necessidade evidenciar a importância de articulação entre a educação e a pesquisa como indissociáveis no processo de conhecimento, uma vez que sem arcabouço teórico ou uma aproximação com a realidade posta, nossa experiência como pesquisadora será unilateral e não dará respostas suficientes para os questionamentos surgidos antes e durante a aplicação da pesquisa.

Conforme afirma a pesquisadora,

Ambos mediam o conhecimento e promovem a aprendizagem. O ensino se faz entre outros modos, no ato de pesquisar. Pesquisar se faz no ato de aprender. Ambos tem seus próprios caminhos, mas se entrecruzam na busca de conhecimento.(APOLINÁRIO, 2010, p. 69 Apud NOVIKOFF, 2010, p. 213).

É preciso que haja motivações pessoais ou profissionais que instiguem a capacidade crítica para desvendar a realidade vivida a partir de tais inquietações, seja em razão de estática ou incômodo por parte do pesquisador sobre o tema levantado, o que levará a uma tomada de decisões sobre a iniciativa para a investigação. Além da pesquisa bibliográfica, o estudo utilizou-se da técnica de pesquisa documental, conforme,

Pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas ciências sociais, na investigação histórica, a fim de

descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências [...] (PIANA, 2009, p. 122).

Após reiterar o caráter científico da pesquisa documental, a autora traz elementos que nos embasam quanto a escolha da técnica de pesquisa tendo em vista que os documentos acessados para realização das análises foram fontes fidedignas, de acesso livre. A pesquisa documental possibilita ao/a pesquisador (a) conhecer os acervos bibliográficos das instituições investigadas.

Conforme autor,

[...] Na medida em que estamos tratando de análise em pesquisa qualitativa, não devemos nos esquecer de que, apesar de mencionarmos uma fase distinta com a denominação "análise", durante a fase de coleta de dados a análise já poderá estar ocorrendo [...]. (GOMES, 2001, p. 68).

O autor faz um alerta em relação ao equívoco que comumente acontece na academia sobre a pesquisa documental, uma fase tão importante que é a fase de análise de dados. A partir do momento que se depara com o objeto de investigação acaba-se relacionando teleologicamente todas as possibilidades que poderão ser utilizadas durante a execução da pesquisa. Para o autor, a pesquisa documental apresenta algumas vantagens, a saber:

A pesquisa documental apresenta uma série de vantagens. Primeiramente, há que se considerar que os documentos constituem fonte rica e estável de dados. Como os documentos subsistem ao longo do tempo, tornam-se a mais importante fonte de dados em qualquer pesquisa de natureza histórica. Outra vantagem da pesquisa documental está em seu custo. Como a análise dos documentos, em muitos casos, além da capacidade do pesquisador, exige apenas disponibilidade de tempo, o custo da pesquisa torna-se significativamente baixo, quando comparado com o de outras pesquisas. Outra vantagem da pesquisa documental é não exigir contato com os sujeitos da pesquisa. É sabido que em muitos casos o contato com os sujeitos é difícil ou até mesmo impossível. Em outros, a informação proporcionada pelos sujeitos é prejudicada pelas circunstâncias que envolvem o contato. É claro que a pesquisa documental também apresenta limitações. As críticas mais frequentes a esse tipo de pesquisa referem-se à não-representatividade e à subjetividade dos documentos. São críticas sérias; todavia, o pesquisador experiente tem condições para, ao menos em parte, contornar essas dificuldades (GIL, 2002, p. 46-47).

Conforme dito pelo autor, as vantagens da técnica de pesquisa escolhida proporcionam debruçar sobre os documentos a serem analisados, buscando compreender nas entrelinhas, o objetivo proposto. Por outro lado, a limitação do pesquisador em não manter contato direto com os sujeitos, exige do pesquisador um esforço intelectual para expor suas análises a partir dos documentos selecionados.

No entanto, a análise documental na pesquisa social possibilita ao pesquisador apresentar dados fidedignos de fontes primárias confiáveis, que serão publicizadas ao leitor e

à comunidade em geral, tornando-se uma oportunidade para que a instituição pesquisada seja evidenciada pela relevância social da pesquisa.

Desta forma, compreende-se que as técnicas de pesquisa por si só não conseguem responder aos questionamentos postos, dependendo da intencionalidade do (a) pesquisador (a), do seu compromisso e ética profissional, tais requisitos farão toda diferença na condução da investigação.

4.1.1 A construção metodológica da pesquisa

Diante dos procedimentos metodológicos, tem-se como ponto de partida, a utilização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) de Serviço Social das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do estado do Tocantins. A priori, busca-se identificar nos referidos documentos oficiais, a coerência em relação aos pressupostos legais do Projeto Ético Político da profissão, a sua construção e a reavaliação de acordo com os amparos legais do conjunto CFESS/CRESS. Para dar consistência à nossa investigação e rigor teórico, foi salutar compreender o método histórico dialético o qual considera-se capaz de responder as demandas postas em discussão.

[...] A necessária recorrência ao método dialético, próprio do movimento da realidade, não é arbitrária. Trata-se de uma atitude adotada pelo pesquisador que é sensível à necessidade de captar a realidade em seu movimento, por meio das contradições que a dinamizam numa perspectiva de totalidade, que não significa querer dar conta de tudo, mas de discernir entre o essencial, o fator predominante, e o acessório, os elementos secundários (GUERRA, 2016, p. 5- 6).

Conforme apontado por Guerra (2016), o pesquisador precisa questionar as razões pelas quais está pesquisando aquele/este objeto, qual a relevância social da pesquisa para a população usuária e principalmente qual método de análise irá utilizar. São perguntas disparadoras que necessitam ser dirimidas, para que se consiga aproximar da totalidade necessária. Para que tenha êxito nessa pesquisa, nos debruçou-se na busca por estudos, teses, dissertações e demais fontes de pesquisa que no indicasse um caminho traçado, mas não inacabado.

Os estudos iniciaram-se pela Revista *Temporalis* nº 14, ano VII de Julho a Dezembro de 2007 que destaca como tema central: “*Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação.*” A Revista *Temporalis* é uma publicação semestral da ABEPSS e que teve forte influência no estudo e nos resultados obtidos como embasamento teórico. Os três primeiros artigos tratam do tema de nossa investigação e implicaram em rico

conhecimento e desvelamento da realidade a ser pesquisada, pois trata-se de um estudo macro que foi realizado em 2006 pela ABEPSS. No período compreendido entre a pesquisa de campo da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), o país estava sofrendo os reflexos da política de ajuste neoliberal e a política de educação também foi fortemente afetada.

A partir de uma ampla discussão da categoria sobre o processo de construção das Diretrizes Curriculares e sua implementação, nasce o documento já amplamente conhecido “Currículo Mínimo para os Cursos de Serviço Social” aprovado em 1996³¹. No entanto, a proposta encaminhada pela ABEPSS ao Conselho Nacional de Educação, sendo esta enquadrada apenas no ano de 1999, no entanto, a proposta original sofrera alterações no processo de aprovação em 2001, demonstrando assim, tamanha insatisfação pela categoria de Assistentes Sociais.

Esse processo árduo que implicou em significativas perdas para a profissão e demonstrou um descaso do governo com uma proposta séria e compromissada da ABEPSS, na tentativa frustrada de superar a expansão mercadológica das instituições de ensino superior no Brasil que não possuíam critérios regulamentados pela ABEPSS, pelo compromisso com a qualidade e responsabilidade do ensino ministrado a futuras e futuros profissionais. Dessa forma, a leitura reflexiva deste periódico retrata a trajetória de luta do Serviço Social para fincar suas bases críticas teórico-metodológicas e ético-políticas como afirmação da escolha por uma formação balizada pela defesa da classe trabalhadora, pelo compromisso com uma educação desmercantilizada e pautada no acesso à população que vive em condições menos favorecidas, pelo compromisso ético dos profissionais que atuam diretamente com o ensino superior, movimentos sociais, educação popular na disseminação de uma cultura livre de valores e discriminação social de classe, de pertencimento.

Para subsidiar a escolha do método de pesquisa, busca-se a discussão baseada nas ideias de Kosik (1976) que justifica a essencialidade do método, compreendendo a sua totalidade. A discussão da categoria totalidade na filosofia clássica alemã foi elaborada para distinguir os conceitos polêmicos da dialética e da metafísica. Kosik (1976) refuta a ideia de que a compreensão dos processos evolutivos da realidade pode ser compreendida apenas pelas manifestações fenomênicas, causais. No entanto, considera que: “[...] do ponto de vista da totalidade compreende-se a dialética da lei e da causalidade dos fenômenos, da essência interna e dos aspectos fenomênicos da realidade, das partes e do todo, do produto e da

³¹ Dados da ABEPSS registrado na apresentação da Revista Temporalis nº 14.

reprodução e assim por diante [...]” (KOSIK, 1976, p. 33). Conforme declarado pelo autor, Marx também corroborou com tal conceito, mas sob um novo olhar construiu a dialética materialista.

É preciso que o pesquisador compreenda o caminho percorrido pela categoria da totalidade, para que não faça leituras equivocadas, vazias e unilaterais do conceito, o que tem se tornado bastante corriqueiro nas pesquisas acadêmicas. O uso do conceito tem se banalizado entre acadêmicos e profissionais que subjagam um saber profundo da categoria totalidade sem uma precisa e profícua leitura. É sobre essa utilização acrítica que Kosik nos chama atenção ao discorrer sobre os riscos de se submeter a “[...] uma exigência *metodológica* e a uma regra metodológica de investigação.” (KOSIK, 1976, p. 34). Em sua abordagem sobre a filosofia materialista, Kosik nos instiga a questionar a realidade não apenas como um requisito obrigatório, uma rotina habitual, pragmática, mas a partir de perguntas norteadoras, como: “o que é a realidade?” (KOSIK, 1976, p. 34). Esmiuçando um pouco mais nossa capacidade, vemos que é preciso sair da nossa zona de conforto, do comodismo academicista que é apresentado e, que se aceita sem muita argumentação, um conceito descolado de uma realidade concreta que parece se expandir entre os profissionais, pesquisadores e demais estudiosos.

Tem-se a partir destas sucessões, um ponto de partida para nos instigar a não sermos meros reprodutores de informações, de abordagens conceituais, mas assumir nosso papel enquanto sujeitos partícipes de um processo em construção, que se metamorfoseia e precisa ser revelado com concretude. Kosik (1976) alerta a não reproduzir os discursos sobre os conceitos de *totalidade* a partir da acumulação de todos os fatos, o que é um equívoco. Do ponto de vista que não é possível essa compreensão racionalmente, seria negar a história e sem história, não existe sujeito, não há movimento dialético. (KOSIK, 1976, p. 35).

Considera-se que o estudo não pode ser iniciado, sem tais abordagens sobre a concepção da categoria totalidade e da concreticidade para dar base sólida ao trabalho, portanto, o objetivo com a pesquisa acadêmica é evitar tais equívocos tão rotineiros na academia, que tendem a nos deixar a ideia erroneamente disseminada sobre uma realidade que não considera as transformações societárias como produto das relações sociais e acaba reduzindo o trabalho profissional. A constante argumentação do que está posto deve ser questionada, instigada, refutada, enfim, não se deve aceitar uma realidade da forma como se apresenta, sem levar em consideração as contradições.

De acordo com Paulo Netto (2011) “[...] para Marx, o método não é um conjunto de regras formais que se “aplicam” a um objeto que foi recortado para uma investigação

determinada, nem menos ainda, um conjunto de regras que o sujeito que pesquisa escolhe, conforme sua vontade[...].” (PAULO NETTO, 2011, p. 52). Está evidente aqui, a importância de compreender a amplitude do método em Marx, capaz de nos direcionar ao movimento da realidade e amparar nosso objeto de investigação, evitando equívocos e recortes desnecessários antes e durante o processo de pesquisa.

Diante do contexto socioeconômico e político que o país atravessa, é necessário imbuir de um arcabouço teórico capaz de nos direcionar as possibilidades de transformação e rompimento com a ordem vigente.

Em tempos de retrocessos das políticas públicas e sociais, é preciso seguir adiante na contramão do sistema, o que requer dos profissionais e das categorias representativas, um compromisso com a população usuária na defesa dos seus direitos. A política de contingenciamento proposta pelo atual governo refletiu na qualidade dos serviços prestados e ofertados pelas políticas públicas e sociais, com destaque para a política de educação por se tratar do órgão responsável pela efetivação das Diretrizes Curriculares, tendo como direcionamento do projeto de formação profissional do assistente social, as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, objeto da referida pesquisa, que tem uma concepção diferente da concepção do MEC.

É salutar destacar aqui, o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS em relação à qualidade do ensino, da importância da oferta de uma educação gratuita, acessível e que não seja exploratória. A educação tem se tornado uma moeda de troca por diplomas, desprezando seu caráter baseado nos princípios éticos e responsáveis pela formação de um sujeito capaz de tomar suas decisões sem partidarismo, mas com responsabilidade e criticidade. Sendo assim, o conjunto CFESS/CRESS lançou uma campanha em 2014 em relação às consequências nefastas com a modalidade do ensino à distância, reiterando seu compromisso com a formação do Assistente Social.

É fundamental ressaltar ainda que a precarização do processo formativo não atinge somente os/as graduandos/as em serviço social na modalidade de EaD, mas também aqueles/as que cursam a formação presencial. Contudo, face às peculiaridades do EaD, como a massificação do ensino no que diz respeito ao quantitativo de matrículas em tal modalidade de ensino, a ausência de vivência acadêmica, de contato direto e presencial com um corpo docente amplo e da inexistência da relação ensino, pesquisa e extensão, aprofunda-se a fragilização do processo formativo e, logo, de assistentes sociais qualificados/as de forma a atender aos princípios e valores inscritos no Código de Ética Profissional de 1993. (BRASIL, 1993)³².

³² Cartilha CFESS/CRESS. “Entre a incompatibilidade entre Graduação à Distância e Serviço Social”, 2014, p. 11-12.

Nesse sentido, apresenta-se a seguir um breve histórico sobre as IES e seus respectivos PPC's, a fim de responder à nossas inquietações iniciais.

4.1.2 Apresentação do percurso Metodológico das IES

A escolha das respectivas IES, se deu através da seleção das instituições que ofertam o curso de Serviço Social no estado do Tocantins na modalidade presencial-modular, semipresencial e à distância, totalizando 5 instituições. O estudo envolve a análise dessas 05 (cinco) IES do estado do Tocantins, trazendo à tona cursos públicos presenciais (estadual e Federal) e privados (presencial - modular, semipresencial e à distância). Em relação à ética da pesquisa, informa-se que não foi necessário submeter o trabalho ao Comitê de Ética por se tratar de uma pesquisa documental, mantendo o mesmo rigor científico.

A proposta inicial é aprofundar os conhecimentos teóricos sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 com recorte para os PPC's do curso de Serviço Social, partindo do princípio da hegemonia profissional que é pautada pelo materialismo histórico dialético.

A discussão sobre as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, em relação às matrizes curriculares dos cursos de Serviço Social no estado do Tocantins conforme os respectivos PPC's, vem demonstrar a necessidade dessa pesquisa documental com vistas a contribuir para a discussão outrora retomada sobre a reformulação necessária de cada PPC. Desde a inserção na academia, as abordagens sobre o processo de institucionalização da profissão devem ser discutidas à luz das DC da ABEPSS (1996).

Num primeiro momento, precede-se leitura e posterior análise de cada PPC com sua matriz curricular, buscando identificar parâmetros e aspectos em conformidade com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996. Os referidos documentos, foram extraídos diretamente da página das instituições, com exceção de duas IES devidamente identificadas, nos Apêndices I e II. Os PPC's estão disponibilizados no corpo do trabalho conforme Anexos I, II, III, IV e V.

Para melhor compreensão dos aspectos destacados, construiu-se uma tabela constando os resultados da investigação que foram analisados tendo como auxílio o documento da Comissão de Especialistas do Serviço Social, produzida em 1999 destacando a sintonia entre os eixos de formação e a relação intrínseca do Projeto Ético Político da categoria.

No referido documento, as autoras defendem uma postura crítica profissional, que envolve a direção social e política do Serviço Social diante do avanço da política neoliberal,

de discursos ideológicos, conservadores, nefastos e sobretudo, a defesa de uma falsa liberdade, que retira paulatinamente direitos sociais, civis, políticos, direitos humanos.

Dessa forma, esclarece-se, que a postura crítica que o conjunto CFESS/CRESS se posiciona, está contrária a toda forma de violação de direitos, seja em relação aos direitos inalienáveis, como o direito à vida, seja em defesa dos grupos historicamente excluídos da sociedade, seja em defesa de políticas públicas que atendam as populações mais fragilizadas e com menos possibilidades de acesso. O Serviço Social se mantém em defesa da educação pública, gratuita, de qualidade, sem excluir e nem ser excluído da agenda política ou de discussões pertinentes à sua área de conhecimento.

Este estudo envolve conforme citado anteriormente, na metodologia da pesquisa 05 (cinco) IES do estado do Tocantins, em uma diversidade, trazendo à tona cursos públicos presenciais (estadual e federal) e privados (presencial - modular, semipresencial e à distância).

As IES citadas são ITOP, UNIP, UNOPAR, UFT e UNITINS, sendo que será apresentado as particularidades de cada curso, mediante os PPC's, sem fazer uma análise do estudo neste momento, deixando esta etapa para ser feita posteriormente.

4.2.1 Faculdade ITOP

A Faculdade ITOP, mantida pelo INSTITUTO TOCANTINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PESQUISA LTDA, com finalidade lucrativa, com sede e foro na cidade de Palmas (TO), inscrito no CNPJ do Ministério da Fazenda sob o nº. 07.919.717/0001-80, foi credenciada pela Portaria MEC 1.449 de 11/11/2008 Publicação no Diário Oficial Nº 231, de 27/11/2008 e recredenciada pela Portaria Nº 432, de 29 de abril de 2015. DOU nº 81 de 30/04/2015. Iniciou suas atividades em 09/02/2009, com os cursos de Bacharelado em Administração, autorizado pela Portaria Nº. 1.016 de 04/12/2008, Publicação no Diário Oficial Nº. 238 de 08/12/2008, curso de Bacharelado de Ciências Contábeis, autorizado pela Portaria Nº. 1.017 de 04/12/2008, Publicação no Diário Oficial Nº. 238 de 08/12/2008 e Curso de Licenciatura em Pedagogia, autorizado pela Portaria Nº. 1.052 de 11/12/2008, Publicação no Diário Oficial Nº. 142 de 12/12/2008³³.

Na apresentação do site da instituição, nota-se que a alimentação das informações solicitadas não condiz com a busca do leitor. A exemplo na aba “institucional” os marcos regulatórios dos cursos da instituição encontram-se visíveis, mas não estão disponíveis

³³ Conforme informações do PPC do curso de Serviço Social da instituição de 2020.

quando acessados, o que dificulta o repasse de informações tanto para a comunidade acadêmica quanto para os visitantes. Assim, os dados documentais pesquisados foram fornecidos pela coordenação do curso, através do PPC, cujos objetivos são:

Geral

- Formar Assistentes Sociais com valores e princípios respaldados no projeto ético-político da profissão, críticos e capazes de desenvolver a sua práxis profissional, pautados nas dimensões teórico- metodológicos, ético- políticos e técnicos- operativos no enfrentamento às expressões da questão social.

Específicos

- Proporcionar a formação profissional com base nas dimensões: teórico- metodológica e ético-política numa perspectiva de compreensão da condição da existência humana, como ser social, no contexto histórico, sociocultural e das relações sociais de produção;
- Oportunizar estudos sobre o Serviço Social no contexto da sociedade burguesa para a compreensão do caráter contraditório de sua prática profissional quando atua no conjunto das relações sociais diante dos interesses antagônicos entre as classes sociais;
- Propiciar vivências com as questões sociais vinculadas ao trabalho do Assistente Social nas instituições públicas, privadas e não governamentais por meio do estágio supervisionado para a reflexão da realidade social tendo como base a relação teoria e prática;
- Assegurar condições de discussões/debates sobre a formulação e implementação das políticas sociais no Brasil e no Estado do Tocantins, que visam responder às demandas, frutos da relação exploração do trabalho no modo de produção capitalista.

Perfil do Egresso

O Curso de Bacharelado em Serviço Social da Faculdade – ITOP em consonância com as Diretrizes Curriculares (Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de março de 2002) busca formar um profissional que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento, com capacidade de promover o exercício

pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho³⁴.

Ressalta-se que no referido PPC de 2020 “[...] alguns cursos da instituição como o de Serviço Social, constavam com o processo de reconhecimento em andamento”. Embora seja de conhecimento público a regularidade do curso, mas não estava disponível no site da instituição os documentos comprobatórios.

Tabela 1- Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional

NÚCLEO	DISCIPLINAS
<p>I. Núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético- políticos para conhecer o ser social;</p>	<p>Ciência Política; Teorias Sociológicas; Filosofia; Desenvolvimento Capitalista e Questão Social; Economia Política e Serviço Social; Questão Social e Serviço Social; Psicologia Social; Trabalho e Sociabilidade; Gerontologia Social; optativas.</p>
<p>II. Núcleo de fundamentos da formação sócio histórica da sociedade brasileira, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais;</p>	<p>Direito e Legislação Social; Identidades Culturais; História Política do Brasil; Política Social e Serviço Social I; Política Social e Serviço Social II; Direitos Humanos; Habitação e Questão Urbana; Meio Ambiente e Território Amazônico; Infância e Adolescência; Gênero Etnia e Minorias.</p>

³⁴ Informações retiradas do PPC do curso, tendo em vista que site do documento está em anexo.

<p>III. Núcleo de fundamentos do trabalho profissional, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado.</p>	<p>Introdução ao Serviço Social; Fundamentos Históricos; Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM) I; Fundamentos Histórico, Teóricos e Metodológicos (FHTM)II; Fundamentos Histórico, Teóricos e Metodológicos (FHTM) III; Comunicação e Expressão; Metodologia Científica; Ética e Serviço Social; Movimentos Sociais e Serviço Social; Serviço Social e Processo de Trabalho; Estágio Supervisionado I; Estágio Supervisionado II; Estágio Supervisionado III; Estratégias e Técnicas da Ação Profissional I; Pesquisa em Serviço Social I; Planejamento, Gestão, Avaliação e Serviço Social; Pesquisa Social II; Estratégias e Técnicas da Ação Profissional II; Análises de Indicadores Sociais; Trabalho de Conclusão de Curso; Seguridade Social.</p>
--	--

Tabela 2- Matriz Curricular da Faculdade ITOP

Primeiro Semestre			
Disciplina	Horas	Requisito	Privativa
Ciência Política	68		
Comunicação e Expressão	68		
Filosofia	68		
Introdução ao Serviço Social	68		X
Teorias Sociológicas	68		
Subtotal	340h		
Segundo Semestre			
Disciplina	Horas	Requisito	Privativa

Desenvolvimento Capitalista e Serviço Social	68	Introdução ao Serviço Social	X
Direito e Legislação Social	68		
Economia Política e Serviço Social	68	Desenvolvimento capitalista e Questão Social	X
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I	68	Introdução ao Serviço Social	X
Metodologia Científica	68		
Subtotal	340h		
Terceiro Semestre			
Disciplina	Horas	Requisito	Privativa
Trabalho e Sociabilidade	68		
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social II	68		
História Política do Brasil	68		X
Identidades Culturais	68		
Questão Social e Serviço Social	68		X
Subtotal	340h		
Quarto Semestre			
Disciplina	Horas	Requisito	Privativa
Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológico do Serviço Social III	68	FHTM II	X
Política Social e Serviço Social I	68	Economia Política e Serviço Social	X
Psicologia Social	68		
Serviço Social e Processo de Trabalho	68	Questão Social e Serviço Social	X
Ética e Serviço Social	68	FHTM III	X
Subtotal	340h		
Quinto Semestre			

Disciplina	Horas	Requisito	Privativa
Direitos Humanos	68	FHTM III; Trabalho e Sociabilidade; Ética e Serviço Social; Serviço Social e Processo de Trabalho.	X
Estágio Supervisionado I	68	Sociabilidade e Serviço Social e Processo De Trabalho; FHTM III	X
Estratégias e Técnicas da Ação Profissional I	68	FHTM III; Trabalho e Sociabilidade; Economia Política e Serviço Social I	
Pesquisa Social e Serviço Social I	68	Política Social e Serviço Social I	X
Política Social e Serviço Social II	68		X
Subtotal	340h		

Fonte: PPC da ITOP, 2019.

4.2.2 Faculdade UNIP

A seguir, será abordada uma breve apresentação da Universidade Paulista (UNIP), que está registrada sob o nome de pessoa jurídica: *Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo* (ASSUPERO). A universidade está implantada no estado do Tocantins em seis cidades, sendo: Guaraí, Porto Nacional, Paraíso do Tocantins, Colinas, Palmas e Araguaína, em Palmas possuem três polos instalados. Iniciou suas atividades educacionais através do ensino presencial em 1988 e no ano de 2004 ofertou os primeiros cursos na modalidade EaD, conforme afirmação abaixo.

A Universidade Paulista (UNIP) reconhecida pela Portaria nº 550/88, iniciou suas atividades em 9 de novembro de 1988 na cidade de São Paulo, sendo parte de um dos maiores grupos de educação do Brasil: *o Grupo Objetivo*. Integra ainda, junto com outras instituições de ensino, o Grupo “*Aqui Você Pode*”, com forte atuação nacional. Em 2004, a UNIP foi credenciada para ofertar cursos superiores na modalidade de Educação a Distância (EAD) pela Portaria MEC nº 3.633 de 09/11/2004, publicada no DOU em 10/11/2004, e reconhecida pela Portaria MEC nº 188 de 03/02/2017, publicada no DOU em 06/02/2017³⁵.

De acordo com informações do site oficial da UNIP, a instituição possui hoje no Brasil dezoito cursos na modalidade de Bacharelado e Licenciatura, na modalidade de ensino Superior de Tecnologia, vinte e seis cursos. O quadro docente do curso de Serviço Social é

³⁵Informação extraída do site oficial da Universidade. Disponível em http://www.aquiyoucpode.com.br/unip/index.php?option=com_content&view=article&id=24&Itemid=218. Acesso em 02/01/2020

composto por mais de cem professores/tutores, no entanto, destes, apenas 18 são da área do Serviço Social. Em relação à qualificação profissional, o quadro docente destaca: *um Doutor, onze Mestres e seis Especialistas em Serviço Social*. Os demais profissionais dividem-se entre as seguintes áreas de conhecimento: *Letras/Português/Inglês; Pedagogia/Licenciatura Plena; Medicina Veterinária/Engenharia da Produção; Direito; Psicologia; Ciências Econômicas, Ciências Biológicas e Ciências da Computação; História/Direito; Português; Matemática; Administração; Educação Física e Geografia*. Outra área de avaliação e destaque da referida instituição de ensino diz respeito à pesquisa acadêmica, conforme destaque,

A UNIP tem, atualmente, 68 grupos de pesquisa cadastrados no CNPq, cobrindo as áreas de Ciências Exatas, da Saúde, Humanas, Sociais e Jurídicas; • De 2005 a 2011, a UNIP apresentou 51.981 produtos científicos; • A UNIP apoia programas de incentivo à pesquisa docente e discente, participação em reuniões científicas nacionais e internacionais e incentivos à publicação; • Pesquisas da UNIP recebem apoio de agências de fomento – FAPESP, CAPES, CNPq – e desenvolvem-se em colaboração com cientistas da América Latina, Estados Unidos, Europa e Japão. Entre estas, salientam-se as pesquisas desenvolvidas sobre plantas medicinais do Amazonas, conduzidas pelo Dr. Drauzio Varella e colaboradores, as pesquisas sobre Superdotados, lideradas pela Dra. Christina Cupertino, que representa o Brasil em associações internacionais sobre o tema, assim como pesquisas em Engenharia da Produção que geraram patentes e equipamento para uso de pessoas deficientes; • Encontram-se em desenvolvimento na UNIP, atualmente, 494 pesquisas; • A Universidade Paulista - UNIP - além dos cinco mestrados acadêmicos, com 6 áreas de concentração e 13 linhas de pesquisa, teve também reconhecido pela CAPES o Programa de Doutorado em Comunicação, o Programa de Doutorado em Engenharia de Produção, o Programa de Doutorado em Patologia Ambiental e Experimental e o Programa de Doutorado em Odontologia³⁶.

Em relação à pesquisa acadêmica, pede-se atenção para a divulgação das pesquisas realizadas pela instituição que ainda são desconhecidas da população externa e da comunidade acadêmica. Tendo em vista as informações fornecidas pelo site, é necessário destacar nossa preocupação pela área do Serviço Social, a qual não foi feita nenhuma referência.

Tem-se como objetivo maior na exposição do histórico institucional, informar ao leitor o perigo da expansão mercadológica do ensino superior sobretudo na modalidade EaD. Uma estratégia que tem alcançado milhares de pessoas que não dispõem de tempo e/ou recursos materiais para ingressar numa universidade pública e presencial. O que acaba sendo um fator decisivo para a expansão do mercado educacional, preocupado em garantir uma formação profissional superficial sem bases sólidas, profissionais são formados numa perspectiva de ajustamento, sem o cuidado de uma leitura conjuntural da realidade e colocam em evidência o

³⁶ Extraído do site: https://www.unip.br/Ead/institucional/dados_institucionais. Acesso em 02/01/2020.

compromisso da categoria profissional que se opõem contra esse modelo de oferta educacional.

Conforme informações do site da universidade, não constam nos Atos Regulatórios da instituição, a Regulamentação do curso de Serviço Social. Na realidade constam dados de outros estados da federação, com exceção do Tocantins. O estado mais próximo é o estado de Goiás e a capital Brasília, com seus polos.

Objetivos do Curso

O curso de Serviço Social da universidade UNIP, tem por finalidade formar Assistentes Sociais competentes e comprometidos com o planejamento, a implementação, a coordenação e a avaliação de políticas e projetos sociais junto a indivíduos, grupos, comunidades e instituições. Como profissional indispensável ao atendimento dos grandes desafios da atualidade brasileira, a formação do Assistente Social implica a compreensão crítica dos problemas sociais e suas relações com movimentos e demandas populares. Além dessa compreensão, ao Assistente Social cabe *o domínio de um conjunto de teorias, métodos e procedimentos para ação nos processos sociais.*

Atividades Principais

- Promoção da prevenção, integração social e ampliação da cidadania;
- atenção, em especial, às camadas pauperizadas da população, garantindo a realização de direitos sociais e os acessos aos serviços básicos de Saúde, Educação, Previdência Social, Habitação;
- elaboração e execução de projetos sociais nas áreas pública e privada;
- consultoria em trabalhos e ações sociais;
- atendimento à população em ações de assistência social não-paternalista.

Mercado de trabalho

O (a) Assistente Social tem um mercado de trabalho bastante diversificado, atuando em órgãos públicos, hospitais, centros de saúde, varas da infância e da juventude, sindicatos, entidades filantrópicas, organizações não-governamentais, abrigos, creches, associação de moradores, empresas, consultorias.

O (a) Assistente Social tem sido solicitado para trabalhar em equipes multiprofissionais em diferentes contextos na medida em que o olhar desse profissional aprofunda o conhecimento do social em outras áreas.

Matriz Curricular

- Ação Social junto à Criança, Adolescente e Terceira Idade
- Administração e Planejamento Social
- Antropologia e Cultura Brasileira
- Atividades Complementares
- Ciências Sociais
- Comunicação e Expressão
- Consultoria em Trabalho Social
- Desenvolvimento Sustentável (optativa)
- Educação Ambiental (optativa)
- Direito Constitucional
- Educação Inclusiva
- Elaboração de Projetos de Pesquisa
- Estágio Curricular
- Estatística
- Estudos Disciplinares
- Ética Profissional
- Filosofia, Comunicação e Ética
- Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social
- História do Pensamento Filosófico
- Homem e Sociedade
- Interpretação e Produção de Textos
- Introdução à Educação a Distância
- Introdução ao Pensamento Sociológico
- Legislação Social e Previdenciária
- Libras (optativa)
- Marketing Pessoal (optativa)
- Metodologia do Trabalho Acadêmico
- Métodos de Pesquisa

- Monitoramento e Avaliação em Serviço Social
- Movimentos Sociais Contemporâneos
- Observação Orientada
- Participação e Controle Social
- Perspectivas Profissionais em Serviço Social
- Políticas Sociais em Saúde, Educação e Habitação
- Princípios Básicos de Administração
- Princípios Gerais da Economia
- Projetos Sociais no Terceiro Setor
- Projetos de Pesquisa em Contextos Específicos
- Psicologia do Desenvolvimento: Ciclo Vital
- Psicologia dos Grupos e Subjetividade
- Relações Étnico-Raciais no Brasil
- Serviço Social e a Questão Social
- Serviço Social e Realidade Regional
- Serviço Social em Equipe Multidisciplinar
- Serviço Social Integrado
- Serviço Social Interdisciplinar
- Serviço Social: Surgimento e Institucionalização no Brasil
- Supervisão da Formação Profissional
- Supervisão de Intervenção Profissional
- Supervisão do Estágio Acadêmico
- Teoria Geral do Serviço Social
- Teoria Política
- Tópicos de Atuação Profissional
- Trabalho de Conclusão de Curso
- Trabalho de Pesquisa em Serviço Social

Carga Horária: 3.000 horas

Duração: 3 anos e meio, aulas presenciais e semi-presenciais.

4.2.3 Faculdade UNOPAR (Universidade do Paraná)³⁷

A Unidade UNOPAR Palmas iniciou suas atividades em 2017, a faculdade conta atualmente com aproximadamente 2.100 alunos que aproveitam a proximidade com os corredores de ônibus e principais vias de Palmas para acessar a unidade com facilidade. A UNOPAR- Palmas potencializa o aprendizado com laboratórios de solos, elétrica, pneumática e hidráulica, estética e qualidade de vida, visagismo, multidisciplinar I e II, laboratório de informática, de arquitetura e de enfermagem³⁸”.

Conforme a página do curso, a instituição define o perfil de profissional inserido no curso de Serviço Social, a saber:

A formação do Assistente Social deve ser de cunho humanista, dessa forma, uma das características fundamentais para a escolha da profissão é ter interesse em atuar frente à realidade social, principalmente no que diz respeito às vulnerabilidades. Ter uma atitude crítica, reflexiva e propositiva, além de compreender a importância do respeito frente às diferenças de cunho social também são características importantes para quem está pensando em cursar o **bacharelado em Serviço Social**³⁹.

A instituição possui as áreas de formação em Bacharelado, Tecnólogo e Licenciatura, os cursos são ofertados na modalidade à Distância e Presencial. Em relação aos objetivos do curso, segue: “[...] formar profissionais com sólidos conhecimentos teórico-práticos, capacidade de examinar, analisar e interpretar a sociedade capitalista – base estrutural da produção da “questão social” e suas expressões –, assumindo as responsabilidades pertinentes à profissão, com uma visão crítica e analítica e o compromisso com a justiça, a ética e a cidadania, capazes de colaborar ativamente para o desenvolvimento e a transformação da realidade social que estiver inserido. Destacamos alguns objetivos específicos da instituição:

- Situar historicamente o ser social, apreendendo os elementos de continuidade e ruptura no processo de constituição e desenvolvimento da sociedade capitalista;
- Dotar o aluno de formação intelectual, cultural e ética, capacitando-o para a intervenção propositiva na realidade social;
- Formar profissionais comprometidos com os valores éticos, que possam contribuir e ampliar direitos sociais de usuários e comunidades;

³⁷ As informações sobre o histórico da instituição e a matriz curricular foram extraídas do PPC do curso enviado via email.

³⁸ Informações extraídas do site oficial da universidade sobre a história da instituição. Disponível em <https://www.unopar.com.br/unidade/palmasto-ii4179037u-taquaralto>. Acesso em 10/01/2020.

³⁹ Fonte da própria Universidade. Disponível em <https://www.unopar.com.br/curso/servico-social-bacharelado>. Acesso em 10/01/2020.

- Permitir ao futuro profissional aproximar-se dos elementos constitutivos do serviço social;
- Desenvolver habilidades que permitam ao aluno identificar as manifestações da “questão social” peculiares à realidade brasileira;
- Oportunizar a compreensão da categoria trabalho como eixo central da produção e reprodução da vida social, fundamentado na formação da linguagem da consciência, da sociabilidade e da liberdade.

Perfil do Egresso

Partindo do princípio de que o aluno ingressa na Educação Superior principalmente para ter empregabilidade, o Curso de Serviço Social por meio do seu Modelo Acadêmico KLS (Kroton Learning System) preocupa-se com a formação do profissional-cidadão competente e capacitado a ingressar, manter-se e ascender no mercado de trabalho. A proposta de organização curricular é realizada a partir da determinação de competências e habilidades, as quais, por sua vez, afirmam que estão de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Serviço Social.

Para ter acesso às atividades e demais eventos pertinentes ao curso, o aluno deve se cadastrar na plataforma AVA, onde encontrará ferramentas para acesso à suas demandas, a saber: *“Teleaulas; Materiais de apoio; Webaulas; Fórum de discussão das disciplinas com os professores, tutores e seus colegas do curso; Sala de tutor – para participar e tirar suas dúvidas com os tutores a distância e ainda obter orientações.”*

Tabela 3- Matriz Curricular da Faculdade UNOPAR

1º SEMESTRE

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	20
HOMEM, CULTURA E SOCIEDADE	60
METODOLOGIA CIENTÍFICA	60
PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS	60
RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR I	60
Carga Horária Total	320

2º SEMESTRE

ÉTICA, POLÍTICA E CIDADANIA	60
FILOSOFIA	60
PSICOLOGIA SOCIAL	60
SOCIOLOGIA	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR II	60
Carga Horária Total	300

3º SEMESTRE

ACUMULAÇÃO CAPITALISTA E DESIGUALDADE SOCIAL	60
ESTATÍSTICA E INDICADORES SOCIAIS	60
FORMAÇÃO SOCIAL, HISTÓRICA E POLÍTICA DO BRASIL	60
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL I	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR III	40
Carga Horária Total	280

4º SEMESTRE

ANTROPOLOGIA	60
CIÊNCIA POLÍTICA	60
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO SERVIÇO SOCIAL II	60
SOCIOLOGIA CRÍTICA	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR IV	40
Carga Horária Total	280

5º SEMESTRE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO EM SERVIÇO SOCIAL	60
COMUNICAÇÃO NA PRÁTICA DO ASSISTENTE SOCIAL	60
ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL I	150
ÉTICA PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL	60
FUNDAMENTOS DAS POLÍTICAS SOCIAIS	60
FUNDAMENTOS HISTÓRICOS, TEÓRICOS E METODOLÓGICOS	60

DO SERVIÇO SOCIAL III	
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR V	40
Carga Horária Total	490

6º SEMESTRE

ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL II	150
GESTÃO SOCIAL E ANÁLISE DE POLÍTICAS SOCIAIS	60
INSTRUMENTALIDADE EM SERVIÇO SOCIAL	60
PESQUISA SOCIAL	60
POLÍTICAS SETORIAIS	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR VI	40
Carga Horária Total	430

7º SEMESTRE

DIREITO E LEGISLAÇÃO	60
ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL III	150
SERVIÇO SOCIAL E PROCESSO DE TRABALHO	60
SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE, PREVIDÊNCIA SOCIAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR VII	40
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO I	60
Carga Horária Total	430

8º SEMESTRE

ECONOMIA POLÍTICA – (Optativa) / Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Optativa)	60
MOVIMENTOS SOCIAIS	60
SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO	60
TERCEIRO SETOR, MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE	60
SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR VIII	40
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO II	60
Carga Horária Total	340

ATIVIDADES CURRICULARES ACADÊMICAS	2300
ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO	450

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	120
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	70
ATIVIDADES COMPLEMENTARES - ESTUDOS DIRIGIDOS	80
Carga Horária Total do Curso	3020

Fonte: PPC da UNOPAR 2020.

Sobre as demais informações da instituição, faremos uma explanação com mais detalhamento após a análise dos dados, tendo em vista que exige uma reflexão crítica dos tópicos apresentados.

4.2.4 Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Com a finalidade de situar o leitor sobre o processo de institucionalização da UFT no campus de Miracema, será feito um breve resgate sobre a implantação da universidade. A universidade do Tocantins (UNITINS) foi criada no ano de 1990 sendo implantada no modelo *multicampi* nas cidades de Arrais, Guaraí e Tocantinópolis. Em Miracema, as atividades iniciaram em 1992, na ocasião fora criado apenas o curso de Administração e posteriormente após três anos, o curso de Matemática. O processo de transição incorporou outros cursos como *Normal Superior*, e *Pedagogia* em 2000, tendo o apoio da comunidade local e sociedade civil para que a Universidade não fosse extinta, houve o processo de federalização da instituição, ocorrido em 2003⁴⁰.

Miracema primeira capital do estado, agora estava esperançosa em oferecer mais oportunidades para seus munícipes através de uma universidade pública, gratuita e na própria cidade.

4.2.5 O processo de federalização e a criação do curso de Serviço Social

A Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares da Universidade do Tocantins, mantida pelo estado do Tocantins. Em relação à pesquisa de opinião realizada junto à comunidade interna e externa sobre a proposição de um novo curso

⁴⁰ Informações retiradas do PPC do curso de Serviço Social da UFT, 2010. Para maiores informações, ler o documento na íntegra.

de graduação a comissão recomendou a criação do Curso de Serviço Social, uma vez que este possibilitaria um aproveitamento maior do corpo docente existente no campus.

A partir destas recomendações, o Conselho Diretor do Campus Universitário de Miracema aprovou a indicação ao CONSEPE da criação do Curso de Serviço Social a ser implantado a partir do ano de 2007/1. Para tanto instituiu uma comissão⁴¹ responsável pela elaboração do Projeto pedagógico do Curso de Serviço Social. Conforme Resolução nº 10/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) o curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema, dispõe da seguinte forma sua estrutura: O curso de Serviço Social da UFT campus de Miracema oferece por anos 80 vagas, sendo 40 por semestre. Na sua primeira avaliação, o curso recebeu nota 4 do MEC em 2011. A modalidade adotada é presencial, no período matutino e noturno, totalizando uma carga horária de 3.255h/aulas, com duração do curso de 4, 5 anos (9 semestres).

O curso de Serviço Social embasado nos pressupostos contidos em suas diretrizes curriculares não concebe uma divisão entre teoria e prática. Porém, de acordo com a estrutura curricular é possível apontar as disciplinas que são trabalhadas em campos de estágio como: Estágio e Supervisão Acadêmica I, Estágio e Supervisão Acadêmica II, Estágio e Supervisão Acadêmica III, Estágio e Supervisão Acadêmica IV, Serviço Social e Processo de Trabalho, Fundamentos do Controle Social e também as disciplinas de Pesquisa em Serviço Social I, II e III.

Objetivo Geral e Objetivos Específicos do Curso

Objetivo Geral

- Formar profissionais com competências e habilidades capazes de analisar, propor, intervir, gerir, executar e avaliar políticas sociais em âmbito público e privado, atendendo às demandas sociais existentes e emergentes.

Seguem alguns objetivos específicos:

- Preparar o aluno para compreender o contexto sócio-político e econômico no âmbito internacional, nacional e amazônico, subsidiando a sua intervenção na realidade social.

⁴¹ Esta Comissão foi composta pelos professores Márcio Antônio Cardoso de Lima (Presidente), José Carlos da Silveira Freire, Antônio Miranda de Oliveira e Mariléa Borges de Lima, esta última integrante do Campus Universitário de Tocantinópolis.

- Respalda o ensino da prática nas dimensões técnico-instrumental, teórico-intelectual, investigativo-formativo por meio de mediações entre ensino, pesquisa e extensão.
- Articular as diferentes áreas do conhecimento, por meio do caráter interdisciplinar, possibilitando a compreensão das implicações da prática profissional no contexto das relações de classe e redefini-las para efetivação dos direitos sociais.

Competências e Habilidades Gerais (selecionamos algumas)

- Apreensão crítica do processo histórico como totalidade; investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
- Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
- Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando *as novas articulações entre público e privado*.

Perfil do Egresso

O Curso de Serviço Social prepara os profissionais para atuarem nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para seu enfrentamento. Dotado de formação intelectual e cultural generalista crítica com capacidade de inserção criativa e propositiva no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho e, sobretudo, comprometido com os valores e princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social.

Segue abaixo a grade curricular, distribuída conforme orientação dos Núcleos de Fundamentação:

Tabela 4- Distribuição de disciplinas por Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional

Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional	Disciplinas	Carga Horária
---	-------------	---------------

	Sociologia I	60 h/a
	Sociologia II	60 h/a
Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológico da Vida Social	Ciência Política	60 h/a
	Filosofia	60 h/a
	Economia Política e Serviço Social	60 h/a
	Psicologia Social	60 h/a
Núcleo dos Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira	Antropologia	60 h/a
	Formação Social, Econômica e Política do Brasil.	60 h/a
	Formação Social, Econômica e Política da Amazônia.	60 h/a
	Análise da Realidade Social	60 h/a
	Questão Social e Serviço Social	60 h/a
	Política Social I	60 h/a
	Política Social II	60 h/a
	Movimentos Sociais e Serviço Social	60 h/a
	Direitos Humanos e Serviço Social	30 h/a
	Estatística I	30 h/a
	Estatística II	30 h/a
	Direito e Legislação Social	60 h/a
	Serviço Social e o Conceito de Família	60 h/a
Fundamentos do Controle Social	30 h/a	
Cultura Brasileira e Questão étnico-racial	60 h/a	
Núcleo dos Fundamentos do Trabalho Profissional	Introdução ao Serviço Social	60 h/a
	Fundamentos Históricos e teórico-Metodológicos do Serviço Social I	60 h/a
	Fundamentos Históricos e teórico-Metodológicos do Serviço Social II	60 h/a
	Fundamentos Históricos e teórico-Metodológicos do Serviço Social III	60 h/a
	Metodologia do Trabalho Científico	60 h/a
	Pesquisa em Serviço Social I	60 h/a

	Pesquisa em Serviço Social II	60 h/a	
	Pesquisa em Serviço Social III	60 h/a	
	Ética e Serviço Social	60 h/a	
	Gestão e Planejamento em Serviço Social	60 h/a	
	Serviço Social e Processo de Trabalho	60 h/a	
	Magistério e Supervisão em Serviço Social	60 h/a	
	Estágio e Supervisão Acadêmica I	135h/a	
	Estágio e Supervisão Acadêmica II	135h/a	
	Estágio e Supervisão Acadêmica III	135h/a	
	Estágio e Supervisão Acadêmica IV	135h/a	
Oficinas	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo I	60 h/a	
	Oficina de Instrumental Técnico-Operativo II	60 h/a	
	Oficina de Projetos Sociais	60 h/a	
	Trabalho de Conclusão de Curso I	60 h/a	
	Trabalho de Conclusão de Curso II	60 h/a	
Optativas	Optativas (Tópicos em Política Social)		
	Política de Assistência Social	60 h/a	
	Política de Previdência Social	60 h/a	
	Política de Trabalho, Emprego e Renda	60 h/a	
	Política Agrária	60 h/a	
	Optativas (Seminário Temático)		
	Direitos da Criança e do Adolescente no Brasil	60 h/a	
	Gênero e Classe Social	60 h/a	
	Povos Indígenas do Tocantins	60 h/a	
	Sexualidade, corporalidades e Direitos	60 h/a	
	Indústria Cultural, Questão Social e Serviço Social.	60 h/a	
	Serviço Social no Campo Sócio-Jurídico	60 h/a	
	Libras	60h/a	

Em relação à organização das disciplinas, o PPC rege a sua estrutura-curricular, conforme: “[...] é composta por disciplinas de 60 h/a o que equivale a quatro (4) créditos e disciplinas de 30 h/a que equivalem a dois (2) créditos”. Para o professor cumprir a carga horária de 60 h/a e 30 h/a, será necessário ministrar 80% da carga horária das disciplinas na modalidade presencial⁴² e outros 20% na modalidade semipresencial⁴³. As disciplinas privativas deverão ser ministradas por docentes com formação em Serviço Social, devido ao conteúdo específico e garantido na lei que regulamenta a profissão (Lei de Regulamentação da Profissão – nº8662/93) e o Código de Ética Profissional (1993).

4.2.6 Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS)

A história da Universidade do Tocantins inicia-se em fevereiro de 1990 por meio do Decreto 252/90⁴⁴. A Lei 326/91, de outubro de 1991, estruturou a Universidade do Tocantins na forma de autarquia. A Lei 872/96 de novembro de 1996 determinou o processo de extinção da autarquia e no mesmo ano, pela Lei 874/96, de novembro de 1996, foi autorizada a criação da então Fundação Universidade do Tocantins – UNITINS, como uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado, tendo sede e foro em Palmas, capital do Estado.

Para um melhor atendimento da população do Estado, a UNITINS se articulou para a implantação de centros de extensão nos municípios de Arraias, Guaraí e Tocantinópolis, incorporando as faculdades de Araguaína e Porto Nacional e com o tempo estabeleceu em seu sistema multicampi os Centros Universitários de Arraias, Araguaína, Colinas, Guaraí, Miracema do Tocantins, Paraíso, Palmas, Tocantinópolis e Porto Nacional, destacando-se como instituição de ensino superior no âmbito regional. Em 2000, a UNITINS iniciou novo processo de adequação com a criação da Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT.

Novamente foi necessário alterar legalmente a estrutura da UNITINS – Fundação, e assim foi ditada a Lei 1.160/2000, de 21 de junho de 2000. Com a transferência de parte de seu patrimônio à UFT, além de seus alunos e cursos regulares, a UNITINS assumiu uma nova realidade acadêmica e física. Para tanto, com o Decreto 1.672/2002, em 27 de dezembro de 2002, e também a Lei 1.478/2004, de junho de 2004, que incluiu novos rumos à instituição,

⁴² De acordo com o Regimento Acadêmico da UFT entende-se como modalidade presencial – atividade desenvolvida por meio de contato direto entre docentes e discentes em ambiente específico.

⁴³ Semipresencial – entendida como atividade desenvolvida por meio de contato direto, bem como, aquela intermediada por mídias específicas.

⁴⁴ Extraído do site da instituição: <https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>. Acesso em 21/03/2020.

outras modalidades de cursos superiores, retirou da sua estrutura os campi universitários e as escolas isoladas; incumbiu-a da Coordenação Estadual da Pesquisa Agropecuária; atribuiu a ela a responsabilidade de organizar e realizar, direta ou indiretamente, os concursos para provimento dos cargos do Poder Executivo⁴⁵.

Objetivo Geral

Habilitar profissionais capazes de intervir nas expressões da questão social que decorrem da reprodução das relações sociais capitalistas, apropriando-se das matrizes teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas, objetivando a garantia dos seus direitos sociais do cidadão.

Objetivos Específicos:

Elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social; promover a participação dos usuários nos espaços de decisões das políticas sociais; planejar, organizar e administrar políticas sociais; formular propostas de políticas públicas voltadas a implementação dos direitos humanos; realizar pesquisas que subsidiem na formulação e implementação de políticas públicas e ações profissionais; prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às Políticas Sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais; orientar a população na identificação dos meios de defesa e efetivação de direitos; Realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria do Serviço Social; Incentivar a prática da postura investigativa por meio de atividades de ensino que permitam a construção do conhecimento e fomento à pesquisa, à iniciação científica e a extensão.

Competências e Habilidades

Gerais

A formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico metodológica e ético política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à: compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento sócio

⁴⁵ Extraído do site: <https://www.unitins.br/nportal/portal/page/show/historico>. Acesso em 21/03/2020.

histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;

- identificação das demandas presentes na sociedade, visando a formular respostas profissionais para o enfrentamento da questão social;
- utilização dos recursos da informática.

Específicas

A formação profissional deverá desenvolver a capacidade de: • elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos na área social: contribuir para viabilizar a participação dos usuários nas decisões institucionais;

- planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- realizar pesquisas que subsidiem formulação de políticas e ações profissionais;
- prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, empresas privadas e movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais e à garantia dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;
- orientar a população na identificação de recursos para atendimento e defesa de seus direitos;
- realizar visitas, perícias técnicas, laudos, informações e pareceres sobre matéria de Serviço Social.

Perfil do Egresso

Bacharel em Serviço Social será um profissional capaz de apreender as expressões da questão social, com capacidade crítica e propositiva para atuar na execução de propostas de políticas públicas voltadas à superação dos problemas sociais na promoção dos seus direitos humanos e na democratização da sociedade brasileira.

De acordo com o PPC do ano de 2020 havia 141 alunos matriculados em 2019 de um total de 761 alunos, destes 19% são oriundos do campus de Palmas- TO. A forma de ingresso dos alunos se deu através do vestibular convencional da própria universidade, sendo um percentual de 75% e, os outros 25% entraram através do Sistema de Seleção Unificada (SISU/ENEM). A UNITINS realizou uma atualização minuciosa em relação às informações dos cursos, docentes, discentes, o que sinalizou a preocupação e o compromisso da instituição com a qualidade do ensino. Num contexto de pandemia mundial, as aulas presenciais deram lugar às tele aulas, ao ensino remoto, engessando assim a dinamicidade e a criatividade profissional. O fato da universidade não se conformar com a rotina remota, dando início à

uma atualização nos documentos institucionais, como os PPC's, sinaliza seu compromisso ético com o público, com a comunidade local.

A universidade demonstrou compromisso com a comunidade acadêmica ao informar a realização da primeira reunião do CONSEPE sobre a validação de todos os PPC's da instituição, que ocorreu por videoconferência, conforme notícia extraída do próprio site⁴⁶.

Ressalta-se que na ocasião da investigação do referido PPC, havia apenas a matriz curricular referente ao ano de 2018, no entanto numa busca pela atualização de algumas informações que não estavam disponíveis no referido documento, nos deparamos com uma nova versão do PPC referente ao ano de 2020 disponível na página da instituição, desta forma precede-se à atualização conforme tabela abaixo.

Tabela 5. Estrutura Curricular Atualizada (2020)

Código	Disc. 1º Período	Pré-Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001001	Leitura e Prática de produção textual		60 h		
016001006	Formação Sócio-Histórica e Política do Brasil		60h		
016001007	FHTM I		60h		
016001004	Fundamentos da Filosofia		60h		
016001005	Fundamentos da Antropologia		60h		
Código	Disciplina	Pré- Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001013	FHTM II	016001007	60h		
016001009	Metodologia do Trabalho Científico		60h		
016001010	Fundamentos da Sociologia		60h		

⁴⁶<https://www.unitins.br/nPortal/portal/noticias/details/2824-2020-3-17-membros-do-consepe-se-reunem-para-validar-reformulacoes-dos-ppcs-dos-cursos-de-graduacao>. Acesso em 18/03/2020.

016001011	Ciência Política		60h		
016001012	Questão Social I		60h		
Código	Disc. 3º Período	Pré- Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001019	FHTM III	016001013	60h		
016001008	Fundamentos da Economia Política		60h		
016001015	Psicologia Social		60h		
016001016	Questão Social II		60h		
016001017	Política Social I		60h		
Código	Disc. 4º Período	Pré-Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001032	Movimentos Sociais e Serviço Social		60h		-
016001020	Processo de Trabalho no Serviço Social				
016001021	Política Social II	016001017	60h		
016001022	Seguridade Social: Saúde		60h		
016001014	Ética Profissional	016001007 016001019 016001013	60h		
Código	Disc. 5º Período	Pré- Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001025	Seguridade Social: Assistência Social		60h		
016001026	Estágio Supervisionado em Serviço Social I	016001014	60h	225h	
016001028	Processo de Trabalho no Serviço Social II	01601020	60h		
016001029	Pesquisa Social I	016001020	60h		
016001030	Planejamento em Serviço		60h		

	Social				
Código	Dic. 6º Período	Pré-Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001031	Seguridade Social: Previdência		60h		
016001018	Direitos Humanos e Cidadania		60h		
016001035	Pesquisa Social II	016001020	60h		
016001036	Estágio e Supervisão Acadêmica II	016001026	60h	225h	
016001024	Método Crítico Dialético		60h		
Código	Dic. 7º Período	Pré-Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001033	Estatística Básica		60h		
016001038	Política de Habitação e meio ambiente		60h		
016001039	Política Social: Questão Agrária e Serviço Social		60h		-----
016001040	Infância e Adolescência: questões contemporâneas		60h		
016001041	TCC I	016001035	30h	30h	
Código	Dic. 8º Período	Pré-Requisito	C/h	Prática	Extensão
016001042	TCC II	016001041		60h	
016001044	Gênero, raça/etnia e sexualidade		60h		
016001045	Disciplina Optativa		60h		
016001043	Envelhecimento Humano e Serviço Social		60h		
			240h		
	C. H ESTÁGIO I e II	450h	60h		
	ATIV. COMPLEMENTARES	150h	60h		

	Disciplinas	2.400h	60h		
	TOTAL GERAL DA MATRIZ	3.000h	60h		
DISCIPLINAS OPTATIVAS					
Código	Disciplinas	C/h	Prática	Extensão	---
	Serviço Social no campo Sociojurídico	60h			---
	Política de Educação e Serviço Social	60h			---
	Política de Saúde Mental e Serviço Social	60h			---

Fonte: PPC da UNITINS, 2020, p. 74-76.

Em relação ao corpo docente, temos a seguinte atualização:

Tabela 6- Distribuição do corpo docente por titulação

Titulação	Quantitativo	Percentual
Especialista	04	15%
Mestre	14	54%
Doutores	08	31%
Total	26	100%

Fonte: PPC da UNITINS, 2020, p.166

As demais informações sobre a universidade serão apresentadas a seguir, no capítulo que trata das análises de cada matriz curricular e dos PPC's das cinco IES.

4.2.7 As Diretrizes Curriculares da ABEPSS à luz dos PPC'S do curso de Serviço Social no estado do Tocantins: Uma reflexão crítica

Este item de fundamental importância deste estudo, traz algumas reflexões pertinentes ao objeto de pesquisa em tela, ou seja, o processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins através dos PPC's das IES. Com o objetivo de responder aos questionamentos feitos na introdução do trabalho a respeito das convergências e/ou divergências nos PPC's dos cursos de Serviço Social da cinco IES do estado do Tocantins,

apresenta-se a seguir dois quadros comparativos para posterior reflexão. A metodologia utilizada foi bem dinâmica, buscando atender aos tópicos mais instigantes que dizem respeito diretamente à formação profissional do Assistente Social.

Deixa-se ciente, que em virtude da alteração de alguns PPC's procurou-se readequar os dados em consonância com as reflexões iniciadas anteriormente com vistas a evitar equívocos, o que é passível de acontecer, pois estamos lidando com a dinamicidade dos fatos e, destes com nosso objeto de pesquisa. Ressalta-se que os dados expostos nos dois quadros são apreensões das análises contidas em cada documento das IES.

Quadro 1: Demonstrativo das principais características do curso de Serviço Social das IES

IES	ANO DE CRIAÇÃO	TIPO	MODALIDADE	CH	CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO	QUANTIDADE DE SEMESTRES ATIV. COMPLEMENTARES
ITOP	2013	Privada	Presencial	2.448h	450h	8 120h
UNOPAR	2017	Privada	EaD/ Semi-presencial	3.020h	450h	8 150h
UFT	2007.2	Pública	Presencial	3.255h	540h	9 135h
UNIP	2018	Privada	Presencial	3.600h (3.000h)	450h	8 150h
			EaD e Flex	3.040h		
UNITINS	2016	Pública	Presencial	2.400h	450h	8 150h

Fonte: COSTA (2021).

Das cinco IES pesquisadas apenas duas são públicas: UFT e UNITINS. A UFT possui 9 semestres, enquanto as demais possuem 8. Em relação às demais IES presenciais, a UFT possui a carga horária de curso mais extensa, no entanto em relação à carga horária do estágio curricular, possui destaque. Sobre a carga horária das atividades complementares, a UFT já deixou em evidência que está em processo de revisão do seu PPC e conseqüentemente, tais dados sofrerão modificações conforme preconiza a ABEPSS (1996).

A UFT possui o curso de Serviço Social público mais antigo do estado do Tocantins, com quase uma década à frente da UNITINS que é o curso mais novo, o que a coloca como protagonista da formação em Serviço Social pública e gratuita nesta região, trazendo uma forte influência no ensino, na pesquisa e na extensão, destacando-se das demais IES. Tem-se ainda na faculdade ITOP o curso de Serviço Social privado mais antigo em funcionamento, a UNIP possui o curso de Serviço Social mais recente do estado entre os pesquisados.

A UNOPAR chegou ao Tocantins logo após a faculdade UNIP se instalar, a carga horária da UNIP varia conforme a modalidade de ensino (se presencial ou à distância) o que provoca a princípio uma certa confusão, mas são dados extraídos da página do curso que já foi atualizada esse ano de 2021. Ambas as IES atendem ao disposto pela ABEPSS (1996) em relação à carga horária do curso, de estágio e das atividades complementares. As respectivas IES são privadas e ofertam cursos na modalidade à distância, não coadunam com as DC da ABEPSS de 1996 em sua totalidade, há fragmentação nos conteúdos comprometendo os aportes legais que garantem a integralidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A faculdade ITOP possui redução na carga horária de atividades complementares, fato este que já fora discutido no item que trata das análises das IES. A intenção ao expor os dados das cinco IES não foi para tecer algum juízo de valor a respeito da dinâmica de funcionamento das atividades acadêmicas de cada instituição, mas sim para tornar cada IES que oferta o curso de Serviço Social no estado do Tocantins em evidência, buscando conhecer a proposta pedagógica e as convergências e divergências encontradas durante a pesquisa documental. A partir dos resultados obtidos, a investigação seguiu seu curso natural ao esmiuçar cada detalhe que divergia ou convergia com as DC da ABEPSS de 1996, com o documento elaborado pela Comissão de Especialista do Serviço Social (1999) e com o conjunto CFESS/CRESS. No Serviço Social defende-se uma formação pautada pela teoria social crítica capaz de compreender o movimento da realidade, tendo em vista as constantes transformações societárias que estamos sujeitos.

A seguir, apresenta-se o quadro 2 no qual descreve-se alguns requisitos que se julga serem essenciais para uma posterior reflexão.

Quadro 2- Eixos e Indicadores das IES de acordo com as DC da ABEPSS de 1996

EIXOS DE ANÁLISE	INDICADORES	IES
1. NUCLEOS DE FUNDAMENTAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	1. Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social.	UFT⁴⁷ ITOP, UNITINS
	2. Presença de interdisciplinaridade no projeto de formação profissional.	UFT, ITOP, UNITINS, UNOPAR, UNIP
	3. Compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional.	UFT, ITOP, UNITINS
	4. Atende aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional	UFT, UNITINS, ITOP
	5. O significado do Serviço Social no seu caráter contraditório, expresso no confronto de classes vigentes na sociedade e presentes nas instituições, o que remete também à compreensão das dinâmicas organizacionais e institucionais nas esferas estatais e privadas.	UFT, ITOP, UNITINS
	6. Os diferentes projetos políticos existentes na sociedade brasileira: seus fundamentos, princípios, análise de sociedade, estratégias e programáticas.	UFT, ITOP, UNITINS
	7. A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho.	UFT, ITOP, UNITINS

⁴⁷ Reitera-se que no curso de Serviço Social da UFT encontra-se em processo de aprovação o seu novo PPC de 2019-2020 (2021).

	8.	
	9. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais.	
	10. A postura investigativa é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social.	UFT, ITOP, UNITINS
1. NOVA LÓGICA CURRRICULAR DC 1996	1. Adequação às DC da ABEPSS 1996.	UFT
	2. DC de 2002 do MEC.	ITOP
	3. PPC atualizado em 2020.	UNITINS
	4. PPC em processo de atualização	UNITINS,
	5. Garantia de integralização dos componentes curriculares e equivalência de acordo com a nova proposta.	UNOPAR
		UFT
	6. Articulação do ensino, pesquisa e extensão.	UNITINS
		UFT ITOP
	7. Fragmentação no processo de ensino-aprendizagem conforme PPC;	
	8. Horas de atividades complementares: <ul style="list-style-type: none"> • 150h • 135h • 120h 	UNITINS, UFT, ITOP
	UNOPAR	
	UNIP	
	UNITINS UNIP UNOPAR	
	UFT ITOP	
	9. Articulação das dimensões teórico-	UFT

	metodológica, ético-política e técnico-operativa, conforme PPC.	UNITINS ITOP
	10. Matérias, Seminários, Oficinas, Disciplinas Básicas inclusas no Currículo ⁴⁸	UFT ITOP UNITINS UNOPAR UNIP
	11. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado.	UFT UNITINS ITOP
	12. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor.	UFT ITOP UNITINS
	13. Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expressa na possibilidade de definição de disciplinas e ou outros componentes curriculares tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares - como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.	UFT ITOP UNITINS UNOPAR UNIP
	14. Indissociabilidade nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão.	UFT, ITOP, UNITINS
	15. Adequação da estrutura curricular de acordo com as DC da ABEPSS de 1996.	UFT
	16. Menção às DC do MEC/ 2002.	ITOP UNITINS
2. ESTAGIO CURRICULAR/ SUPERVISÃO DE	1. 30h de aulas teóricas e 105h de aulas práticas por semestre, 30h de supervisão	UFT

⁴⁸ Considerando a totalidade dos conteúdos apresentados.

ESTÁGIO	acadêmica por semestre.	
	2. 100h de Supervisão de Campo e 30h de supervisão acadêmica.	ITOP
	3. 450h de Supervisão de Campo e 60h de supervisão acadêmica.	UNITINS
	4. Não há informação sobre a metodologia adotada em sala de aula e a Supervisão de campo.	UNOPAR
	5. Informação sobre as áreas de atuação profissional em relação aos campos de estágio.	UNOPAR UFT UNIP UNITINS ITOP
	6. Divisão dos campos de estágio por área de atuação.	UFT
	7. Cumprimento dos pré-requisitos da disciplina de Estágio.	UFT UNITINS ITOP
	8. O curso de Serviço Social possui Regulamento e Política de Estágio.	UFT UNITINS ITOP
	9. Não apresenta no PPC discussão sobre a política de Estágio.	UNOPAR UNIP
	10. O PPC é genérico em relação ao Estágio Curricular, não descreve a documentação necessária a ser utilizada em campo. Faz referência a alguns documentos.	ITOP UNIP UNOPAR UNITINS
	11. Supervisão sistemática no campo de estágio;	ITOP UNITINS UFT
	12. Indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio.	UNITINS UFT ITOP
	13. Conclusão do estágio: • 4 semestres	UFT

	<ul style="list-style-type: none"> • 3 semestres • 2 semestres • Sem Informação da quantidade de Semestres 	ITOP UNOPAR UNITINS UNIP
--	---	---

Elaboração: COSTA, 2021.

Tendo em vista a proposta de discutir os eixos de análise conforme os núcleos de fundamentação da vida profissional, destacados no quadro 1: Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, Nova Lógica Curricular das DC de 1996 e Estágio Curricular/Supervisão de estágio.

Dando início às análises do quadro 2, três IES coadunam em relação aos requisitos da “Formação Profissional” demonstrando o compromisso com a qualidade de um ensino pautado pelo Projeto Ético Político da categoria. Em relação à categoria “**Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional**”, o PPC das respectivas IES: UFT e UNITINS encontram-se articuladas com as exigências das DC da ABEPSS de 1996. A faculdade ITOP apresenta em seu PPC as exigências das DC de 2002, conforme destaque no quadro 2; Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social; presença de interdisciplinaridade no projeto de formação profissional; compreensão da ética como princípio que perpassa toda a formação profissional; necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio. Tais requisitos são essenciais para a formação crítica pautada pela teoria social, hegemonicamente reconhecida pelo conjunto CFESS/CRESS desde o rompimento do Serviço Social com o conservadorismo.

Conforme visto no Quadro 2, observa-se, que apenas as 3 IES: UFT, ITOP e UNITINS buscaram uma coesão e articulação com os pressupostos indicados pela ABEPSS (1996) em relação aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, sejam eles: Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social; Núcleos de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. A respeito do Núcleo de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, as instituições que ofertam o curso de Serviço Social devem demonstrar de acordo com as DC de 1996 a capacidade crítica a respeito da constituição do ser social, a configuração da sociedade burguesa e o trabalho como eixo central. (ABEPSS, 1996). As disciplinas e demais atividades próprias de cada IES devem caminhar nessa direção, conforme orientações da ABEPSS buscando um alinhamento com cada núcleo respeitando as exigências do conjunto CFESS/CRESS. A organização curricular não pode ser tida como um simples planejamento

burocrático, mas acima de tudo deve-se considerar o diálogo pautado pela ética, pela criticidade, pelo pluralismo, dentre outros.

O Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira diz respeito às constantes transformações sociais, econômicas e políticas que perpassam o cotidiano das relações sociais. (ABEPSS, 1996). Os discursos devem observar se há consistência teórica e profícua análise de conjuntura dos fatos narrados, o pluralismo deve ser evidenciado nas disciplinas, na pesquisa e na extensão. A sociedade burguesa com suas transformações políticas, sociais e econômicas deve ser analisada pelo prisma da dialética de Marx que compreende o movimento da sociedade, sua mutabilidade.

As “tão conhecidas” competências teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa compreendem o terceiro núcleo de nossa abordagem: Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional. Este núcleo possui relação com a capacidade investigativa, formativa, os instrumentais utilizados pelo (a) assistente social em seu cotidiano, bem como de sua intencionalidade. (ABEPSS, 1996). O profissional precisa ter domínio de tais capacidades para decidir sobre qual estratégia utilizará em sua intervenção profissional, o que torna o conjunto dos três núcleos importantes e essenciais para a práxis profissional.

A ausência de tais categorias em relação as demais IES, não pode ser considerada como recusa ao projeto de formação profissional, tendo em vista que a realidade não é estática e pode sofrer modificações ao longo do percurso metodológico. No entanto, cabe expor que a partir da leitura realizada nos referidos PPC's algumas instituições não explicitaram em seu discurso metodológico articulação com os núcleos de fundamentação da formação profissional.

Com relação aos **Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional**, a articulação e indissociabilidade entre o projeto político e a formação profissional do Assistente Social, é que as DC da ABEPSS de 1996 se consolidam ancoradas pelo compromisso com uma formação crítica e pautada pelo materialismo histórico dialético.

A formação profissional, assim como a produção do conhecimento no serviço social, deve ir para além da perspectiva teoricista vazia de base concreta e também da mecânica utilização de técnicas, da dimensão estritamente operacional e compreender de fato quem são os sujeitos sociais para os quais a ação profissional volta-se e quais são as condições que se objetivam em seu cotidiano dadas as condições históricas vivenciadas. É nessa direção que os conteúdos necessários à formação profissional do assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996), nos remetem ao conjunto de conhecimentos organizados em três núcleos de fundamentação, intrinsecamente, vinculados: teórico-metodológicos da vida social; particularidade da formação sócio

histórica da sociedade brasileira e fundamentos do trabalho profissional [...] (FORTUNA; GUEDES, 2020, p. 25).

Conforme reafirma a autora, os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional da ABEPSS de 1996 devem ser parâmetros para a produção de conhecimento da profissão, representando um marco histórico para o Serviço Social. Percebe-se pelos documentos analisados nas IES: UNIP e UNOPAR, que essa articulação com as DC está enviesada e, descoladas da totalidade, representando um risco iminente de retorno ao pragmatismo.

Para Fortuna e Guedes (2020), só é possível captar as determinações sócio históricas, a partir da categoria mediação. Tal capacidade pode conduzir as demandas postas no cotidiano profissional do Assistente Social a partir de ações objetivas, concretas e não apenas na subjetividade do sujeito. São ações mediadas pela intervenção profissional, dotadas de conhecimento forjado pela concentricidade do materialismo histórico dialético, que conduzirão a postura profissional para além de sua intencionalidade.

A formação profissional deve apreender as três dimensões: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa, a partir da compreensão de tais dimensões, o profissional evita equívocos na intervenção profissional. É sobre esse conhecimento que a ABEPSS busca difundir no meio profissional, a necessidade de constante aprimoramento intelectual condensado pela teoria crítica, diante das adversidades postas pelo avanço neoliberal, sobretudo no mundo do trabalho, aproximar-se desse conhecimento crítico, é tarefa árdua, complexa, no entanto não está num plano subjetivo. Pode materializar-se, basta que os profissionais possuam tal capacidade crítica, o que só pode ser possível com a recusa intransigente do retorno ao conservadorismo.

A materialização de que as práticas conservadoras nunca foram abandonadas em definitivo por uma parcela dos profissionais, é percebida através de discursos vazios sem fundamentação científica e/ou crítica sobre o caráter das políticas sociais estarem voltados para o assistencialismo através de políticas de continuísmo patriarcal. A benemerência praticada anterior ao Movimento de Reconceituação do Serviço Social (1965-1975) se espalha nos tempos atuais do século XXI através de discursos voltados para o voluntariado exacerbado, conclamando a sociedade civil para assumir responsabilidades atribuídas ao poder público.

Em relação à matriz curricular, a Faculdade ITOP apresenta a incorporação dos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, bem como as disciplinas distribuídas em cada eixo. A carga horária das disciplinas é assim distribuída: *36 disciplinas obrigatórias*

de 68h/a, totalizando 2.448h/a; 03 estágios curriculares de 130h/a, totalizando 390h/a; disciplina optativa de 68h/a; 120 horas de atividades complementares. Total de 3.026/a⁴⁹.

Deixou-se registrado que há uma incongruência em relação a informação citada acima, em se tratando da carga horária do Estágio Curricular Obrigatório, uma vez que na distribuição da matriz curricular, permanece a carga horária de 150h, conforme informado. Portanto acatou-se o que rege a matriz curricular, considerando que houve um equívoco na ocasião da redação.

A matriz curricular da UNOPAR é de 8 semestres, divididos conforme carga horária semestral, atividades curriculares e acadêmicas, Estágio Curricular Obrigatório, Trabalho de Conclusão de Curso, Atividades Complementares, Estudos Dirigidos, totalizando uma carga horária de 3.020 h. As competências e habilidades da UNOPAR, demonstram a reflexão sobre a variedade e a mutabilidade de demandas sociais e profissionais para atuar na área de formação, adequando-se à complexidade e velocidade das informações e às mudanças no mundo e domínio de ferramentas e instrumentos para o desempenho de soluções eficazes para os objetivos de mercado⁵⁰.

Em relação à estrutura do curso, a instituição informa que:

[...] envolve um total de 08 (oito) semestres. A estrutura do curso de Serviço Social - Bacharelado na modalidade de educação a distância conta com **recursos multimidiáticos** pelos quais se promove a interação, comunicação, troca de ideias e experiências entre os sujeitos envolvidos, tendo como foco a sua formação. Para garantir a comunicação entre alunos, professores e tutores na modalidade a distância, o desenho do curso propõe o seu desenvolvimento tendo como base uma metodologia interativa e problematizadora. (UNOPAR, 2020, p. 9).

A instituição UNIP em seus documentos do curso de Serviço Social não apresenta a ementa das disciplinas cursadas, o que dificulta nossa análise sobre a coerência com os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional para o curso de Serviço Social das IES. No entanto, a exposição das disciplinas apresentadas em sua matriz curricular indica uma linha de pensamento que é mais distante das recomendações da Comissão de Especialistas da ABEPSS (1999) ancoradas pela vertente social crítico-dialética.

Em sua matriz curricular, totaliza uma carga horária de 3.000 horas num período de três anos e meio (3,5) através de aulas presenciais e semipresenciais. Conforme descrito em seu PPC, a instituição oferta o curso de Serviço Social nos seus polos de ensino distribuídos

⁴⁹ Extraído diretamente do Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social. Disponível em www.faculdadeitop.edu.br.

⁵⁰ Esta e outras informações sobre o histórico da instituição e a matriz curricular foram extraídas do PPC do curso enviado via email.

em algumas cidades do estado, sendo o polo de Brasília-DF/GO, como referência para o estado do Tocantins.

Na UNIP, durante nossa investigação através dos documentos legais disponibilizados pela instituição como marco regulatório do curso, não estava explícito a defesa hegemônica do conjunto CFESS-CRESS pela corrente marxista. Dentre os 11 princípios do Código de Ética Profissional do Assistente Social, destaca-se: “[...] Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero [...]”⁵¹.

A hegemonia profissional pelo materialismo histórico dialético, se justifica por ser capaz de compreender o movimento da sociedade e suas transformações. O posicionamento político contra o sistema capitalista vigente se reafirma cotidianamente através da recusa pelos ditames arbitrários e nefastos que atingem a população. Portanto, através dos dados expostos pela instituição, o desafio pela defesa do Projeto Ético Político se faz tão necessário quanto a revisão do PPC do curso de Serviço Social, uma vez que se indicou alguns caminhos que devem ser trilhados pelo corpo docente a fim de dar embasamento teórico - crítico para os alunos, forjando seu caráter numa formação comprometida com a defesa dos direitos da população usuária.

A lógica mercantilizada e aligeirada do ensino à distância se contradiz quanto aos princípios do Projeto Ético Político do Serviço Social que assegura o compromisso com uma educação de qualidade, crítica, capaz de fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão como tripés da universidade, uma realidade que se materializa no ensino presencial.

A instituição UNITINS, demonstra na documentação do curso de Serviço Social uma organização curricular ao apresentar as referidas disciplinas distribuídas pelos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional no ano de 2020, seguindo as orientações da ABEPSS de 1996.

O curso de Serviço Social da UFT iniciou em 2007.2, com um PPC, tendo necessidade eminente de modificações. Em 2010 foi aprovado o Projeto Pedagógico do curso de Serviço Social da UFT tendo em vista a necessidade de adequação com as diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996, conforme documento,

[...] Vale ressaltar que o atual Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Serviço Social da UFT, aprovado em 2007, não destoa totalmente da proposta preconizada pela ABEPSS/MEC, pois o mesmo defende uma formação condizente com os parâmetros filosóficos estabelecidos nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS. Contudo, a

⁵¹ Disponível em: http://www.cresspr.org.br/site/wp-content/uploads/2010/08/CEP_CFESS-SITE.pdf. Acesso em 15/01/2021.

proposta do PPC de 2007 não incorpora as principais alterações trazidas pelas Diretrizes Curriculares de 1996, no tocante à estrutura curricular e ao formato das disciplinas e conteúdos específicos da formação em Serviço Social. Ficando o PPC de 2007, amarrado à estrutura curricular das Diretrizes da década de 1980, hoje superada em nível nacional [...] (UFT, 2010, p. 12).

O curso se iniciou ofertando 80 vagas sendo 40 para o turno matutino e 40 para o período noturno, de forma intercalada por semestre, pois as aulas iniciaram-se em agosto de 2007. O PPC do curso apresenta sua organização “didático-pedagógica” composta por: conselho diretor, direção do campus, coordenação acadêmica. A organização do PPC do curso obedece aos conteúdos dos Núcleos de Fundamentação, tendo ainda os seguintes componentes curriculares: “[...] (disciplinas, seminários, oficinas e atividades complementares) que constituem a nova proposta de formação profissional do Curso de Serviço Social da UFT [...]” (UFT, 2010, p.32).

A UFT é uma universidade multicampi, estando os seus sete campi universitários localizados em regiões estratégicas do Estado do Tocantins, o que propicia a capilaridade necessária para que possa contribuir com o desenvolvimento local e regional, contemplando as suas diversas vocações e ofertando ensino superior público e gratuito em diversos níveis. (Araguaína, parceria UFT/UFU) (UFT, 2010, p. 9-10).

Conforme estrutura curricular da universidade, a exigência é que o/a docente ministre 80% da carga horária das disciplinas de forma presencial e os outros 20% na modalidade semipresencial. A carga horária total do curso é de 3.255 horas, sendo 135h de atividades complementares e 540h de estágio supervisionado. O PPC traz a estrutura curricular do curso especificando as disciplinas de caráter privativo (ministradas apenas por Assistentes Sociais), assim como a disciplina de Supervisão de Estágio e Supervisão Acadêmica, respeitando as legislações da profissão, como a Lei de Regulamentação e o Código de Ética Profissional de 1993.

De acordo com o documento produzido pela Comissão de Especialistas do curso de Serviço Social de 1999 a carga horária das atividades complementares atende às recomendações da ABEPSS referente ao ano de 1996 e da Política Nacional de Estágio (PNE, 2010), assim como a carga horária total do curso, pois é importante informar que foram feitas adequações necessárias ao PPC da instituição tendo em vista que alguns pontos estavam em contrariedade ao que dispunha a ABEPSS, conforme informação anteriormente exposta neste estudo.

Portanto, as análises sobre os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional reiteram o compromisso da UFT, ITOP e UNITINS em relação a coesão com os princípios e

diretrizes para o curso de Serviço Social dispostos pela ABEPSS (1996). Pensar a formação profissional sem o cuidado de relacionar o projeto ético-político e as transformações societárias que avançam e se espalham no cotidiano profissional, evidenciando os reflexos da política nefasta do capitalismo, é negar a essência da profissão e a luta de classes.

Em relação ao eixo da **Nova Lógica Curricular das DC de 1996** as “Competências e Habilidades” que dizem respeito à postura do profissional frente às demandas institucionais, precisam ser mais enfatizadas nos PPC’s analisados das duas IES já citadas (UNIP e UNOPAR) pois conforme as DC de 1996 explicitando a direção social e política da categoria.

Destacou-se, que conforme o PPC do curso de Serviço Social da Faculdade ITOP, a instituição ainda não desenvolve projetos de extensão universitária, mas deixa evidente em seu compromisso que irá:

- a) Implementar programas de extensão buscando a integração contínua ensino/pesquisa, tendo em vista a responsabilidade social e ambiental da Faculdade ITOP.; b) Acompanhar e avaliar, de forma contínua e sistemática, as ações de extensão da Faculdade ITOP; c) Incentivar a implantação de programas e projetos voltados para a educação continuada⁵².

A extensão é um dos tripés da universidade e parte indissociável da pesquisa e do ensino, no entanto até o ano de 2019 o curso de Serviço Social não desenvolvia ações de extensão, parte integrante da formação acadêmica. Propicia ao (a) aluno (a) uma vivência mais próxima ao cotidiano universitário e à comunidade local. Em relação à pesquisa acadêmica, a instituição reforça o compromisso com os grupos de pesquisa existentes⁵³ e que são mantidos com recursos próprios, através de bolsas de iniciação científica para discentes e docentes.

Para desenvolver a política de pesquisa no âmbito institucional, as ações acadêmico-administrativas da Faculdade ITOP estimula a articulação da Pesquisa com as várias áreas do conhecimento, assim como o fortalecimento das áreas específicas, de forma integrada aos projetos pedagógicos dos cursos de graduação e às atividades de extensão da Faculdade, ocorrendo por meio da manutenção de Grupos de Estudo e com a solicitação de credenciamento da instituição no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq (em análise pelo CNPq). A pesquisa na Faculdade ITOP é realizada por docentes e técnicos administrativos e por alunos, através do Programa de Iniciação Científica - PROIC. Essas pesquisas são divulgadas no meio acadêmico (por meio da Revista Científica Online MULTIDEBATES – publicada semestralmente; e do Encontro de Iniciação Científica - anualmente). Há estímulo a professores e alunos com o programa de bolsas de Iniciação Científica (a alunos) e incentivo aos professores orientadores, mantidos com recursos próprios, o que possibilitam práticas inovadoras na Pesquisa. (ITOP, 2019).

⁵² Extraído do PPC do curso de Serviço Social da ITOP, referente ao ano de 2019.

⁵³ Desconhecemos quais são os grupos de pesquisa que a instituição ITOP se refere em relação ao Serviço Social, pois não encontramos material público a ser pesquisado.

Reitera-se que durante a referida pesquisa, os grupos de pesquisa da instituição não foram informados no PPC e na página do curso, razão pela qual não temos condições para inferir alguma consideração a respeito da produção científica, o que nos limita apenas a deixar registrado que toda informação para a comunidade acadêmica e externa deve ser publicizada e amplamente divulgada. A faculdade ITOP reitera o compromisso do corpo docente em prestar atendimento de qualidade aos discentes em suas atividades curriculares e extracurriculares e que todos possuem experiência no magistério⁵⁴. Embora a instituição deixe evidente a experiência dos docentes, a disciplina de Magistério ou equivalente, não é ofertada na grade curricular do curso.

Considerando a Lei Nº 8.662 de 7 de junho de 1993, que dispõe sobre a profissão de Serviço Social e o seu Artigo 5º, inciso V, explicita constituir atribuição privativa do Assistente Social “assumir, no magistério de Serviço Social tanto a nível de graduação como pós graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimento próprios e adquiridos em curso de formação regular⁵⁵”.

No PPC do curso de Serviço Social da UNIP não há informações sobre a extensão universitária ou quais são os projetos de pesquisa e grupos de estudo vinculados ao CNPq que demonstrem o compromisso da instituição com o tripé: ensino, pesquisa e extensão. As informações estão publicizadas diretamente pela página da universidade e, em meio físico através da secretaria do curso em seus polos de ensino. Consta a citação no PPC do curso sobre o tópico “*Prática*”, que descreve quais serão as atividades desenvolvidas pelos alunos, a saber: “[...] Projeto de Extensão de Serviços à Comunidade: Centros Sociais, Hospitais, Organizações Não-Governamentais; Grupo de Estudos em Direitos Sociais e Sujeitos Coletivos – DSSC; Monitoria; Iniciação Científica.[...]”⁵⁶. No entanto não há registro público sobre o detalhamento de tais informações devido à ausência da ementa das disciplinas na página do curso, bem como maiores informações ao aluno sobre a iniciação científica.

Em visita ao site da ITOP, identificou-se o curso de “Contabilidade para Iniciantes⁵⁷” como proposta de curso de Extensão. Da mesma forma, o site não descreve detalhes sobre a Iniciação Científica deixando lacunas sobre a política de extensão acadêmica. A página da universidade divulgou uma notícia sobre a articulação da faculdade com uma “Clínica Serviço Atendimento ao Paciente” (SAP) em que alunos de um curso de graduação realizaram

⁵⁴ PPC ITOP, 2010, p. 106.

⁵⁵ Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/nota-abepss-2014-inscricao-docente.pdf>. Acesso em 20/02/2021.

⁵⁶ Informações extraídas da página do curso de Serviço Social da UNIP. Disponível em: https://www.unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/servico_social.aspx. Acesso em 15/01/2021.

⁵⁷ Disponível em <https://www.faculdadeitop.edu.br/cursos-de-extensao>. Acesso em 26/02/2021.

atendimentos em virtude do “Setembro Amarelo⁵⁸”, intitulado de “projeto de extensão.” A ausência de informações por parte da instituição sobre a política de extensão e dos grupos de pesquisa ligados ao Serviço Social, nos limita a afirmar se de fato há uma política de extensão interna. A instituição acrescentou às *Competências e Habilidades* o termo “*Atitudes*,” sendo a inclusão do termo “Atitudes” divergente das exigências da ABEPSS de 1996.

Não há descrição no PPC da ITOP sobre os grupos de pesquisa e extensão vinculados ao Serviço Social, deixando apenas a informação de que existem os respectivos grupos cadastrados no CNPq.

Quanto à extensão do curso de Serviço Social da UFT, a instituição demonstra compromisso e responsabilidade para propiciar ao (a) aluno (a) projetos de extensão universitária que coadunem com as disciplinas propostas pelo curso, alinhadas com as exigências das DC da ABEPSS (1996), a saber:

Metodologia do Trabalho Científico; b) Pesquisa em Serviço Social I; c) Pesquisa em Serviço Social II; d) Pesquisa em Serviço Social III; e) Estágio e Supervisão Acadêmica I; f) Estágio e Supervisão Acadêmica II; g) Estágio e Supervisão Acadêmica III; h) Estágio e Supervisão Acadêmica IV; i) Trabalho de Conclusão de Curso –TCC I; j) Trabalho de Conclusão de Curso – TCC II (UFT, 2010).

Percebe-se, que a instituição busca constante articulação com a estrutura curricular do curso, além de promover a aproximação da comunidade externa com a comunidade acadêmica, como legado da política de extensão universitária da UFT.

A dinâmica da UFT tem sido modificada a partir das necessidades dos discentes, docentes e técnicos administrativos visando uma convivência mais integrada entre todos. Em relação à vida acadêmica, destaca-se a militância do movimento estudantil da UFT bastante presente através do Diretório Central dos Estudantes (DCE) e dos Centros Acadêmicos (CA) dos sete câmpus. Vale ressaltar que frequentemente o site da universidade veicula notícias a respeito da produção científica e da inovação científica de seus pesquisadores.

A UFT ainda faz parte do Centro de Pesquisas Canguçu é localizado no sudoeste do Tocantins nas confluências do Parque Nacional de Araguaia, na Ilha do Bananal. O CPC gera oportunidade para diversas produções científicas, dissertações e teses de mestrado e doutorado. O trabalho no Canguçu é conduzido em parceria com as instituições de pesquisa nacionais e internacionais que incluem o Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas da Universidade de São Paulo (IAG/USP), a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), a Universidade

⁵⁸ Disponível em <https://www.faculdadeitop.edu.br/noticia-59-projeto-de-extens-o-da-faculdade-itop>. Acesso em 26/02/2021.

Luterana do Brasil (CEULP/ULBRA), a Universidade Federal do Tocantins (UFT), e a Universidade de New Hampshire (UEA), entre outras (UFT, 2019, p. 20).⁵⁹

Portanto, as considerações produzidas até aqui demonstraram o compromisso da UFT em defesa do ensino, da pesquisa e da extensão, buscando adotar tecnologias que atendam às demandas para o crescimento do estado, contribuindo com a economia, com a produção de equipamentos para auxiliar outras instituições a manterem a qualidade do atendimento à comunidade. Ao mesmo tempo em que investe na pesquisa acadêmica, na qualificação docente, na estrutura física de suas instalações. A UFT tem buscado aproximar a comunidade do Câmpus através de parcerias e convênios com instituições públicas e privadas, oferecendo assim, oportunidades para a comunidade externa adentrar ao espaço acadêmico.

As atividades de extensão universitária da UNITINS, são definidas de acordo com a Política Nacional de Extensão universitária (Forproex /2012) com 8 áreas temáticas, a saber: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção; Trabalho⁶⁰. As modalidades de extensão universitária são compostas por: programas, projetos, cursos e oficinas, prestação de serviços e produtos acadêmicos (UNITINS, 2020, p. 142).

Em relação ao corpo docente, a UNOPAR descreve

Professores Especialistas – Docentes titulados com formação na área do curso e em áreas afins de acordo com as disciplinas que compõem a matriz curricular, com titulação que privilegia mestres e doutores. Eles são responsáveis por: ministrar as teleaulas; selecionar, planejar e desenvolver o conteúdo das aulas; elaborar, redigir o material de apoio e da aula atividade; acompanhar a aula-atividade e participar no planejamento, na organização e na orientação das atividades de estágio e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), quando houver. Você terá contato com o docente por meio das teleaulas ao vivo e aulas-atividade, que ocorrem semanalmente no polo de apoio presencial, por meio das vídeo aulas gravadas e disponibilizadas no AVA, da leitura das web aulas, participação nos fóruns de discussão e Sistema de Mensagens, também disponibilizados no AVA “Colaborar”, onde você irá realizar as atividades previstas em seu curso.⁶¹ (UNOPAR, 2020, p. 11).

Conforme nota da ABEPSS, o conjunto CFESS/CRESS reafirma a importância do (a) profissional do Serviço Social assumir o magistério e esse despertar para a docência parte na graduação com oportunidades nos espaços sócio ocupacionais, como a Supervisão Acadêmica, os grupos de pesquisa e extensão. Outra oportunidade, são os encontros e congressos da categoria que fomentam e instigam tanto estudantes quanto profissionais para o

⁵⁹ Embora ainda não seja oficial o PPC 2019 da UFT, as informações contidas são verídicas e de domínio público, disponibilizadas no site da Universidade. Nossa intenção foi evidenciar a importância do fomento à pesquisa.

⁶⁰ Extraído do PPC do curso, da UNITINS 2020, p. 142.

⁶¹ Extraído do PPC da UNOPAR, 2020, p.11.

exercício do magistério. Assim, acredita-se que é necessário que fique explícito que é a intencionalidade em exercer a profissão que prima pelo compromisso com as classes subalternas, pauperizadas em defesa dos direitos humanos e sociais.

Diante das informações pertinentes ao curso de Serviço Social da UNOPAR, será dado enfoque à discussão iniciada sobre o PPC do curso. A priori, a intenção é identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual do curso de Serviço Social da UNOPAR em relação às exigências da ABEPSS (1996). Como parte do tripé universitário, a pesquisa na instituição abrange Ciências Humanas, Ciências Biológicas e da Saúde e Ciências Agrárias, as linhas de pesquisa também abrangem as mesmas áreas. Da forma como se apresenta tem-se a evidente preocupação sobre o processo de formação profissional do/a acadêmico/a em relação à teoria social crítica, hegemonicamente defendida pelo conjunto CFESS/CRESS.

O corpo docente da UFT conta com 16 docentes com titulação de Mestre e Doutor, no entanto pelo compromisso com a formação profissional dos acadêmicos, no ano de 2019 a instituição organizou seu Plano de Qualificação e Formação Docente (PQFD) ficando assim a atualização: 22 docentes compondo o colegiado de Serviço Social, destes 19 possuem formação básica em Serviço Social sendo 8 Mestres e 12 Doutores; 1 docente com formação em Ciência Social com Doutorado e 2 Historiadores, 1 com Mestrado e 1 com Doutorado⁶².

Nos quatorze anos desde sua criação e sendo a pioneira na oferta do curso de Serviço Social na modalidade presencial e pública, um curso adolescente em sua trajetória, a UFT possui notoriedade no contexto da região norte. Tendo em vista ser tão recente o seu processo de federalização, a instituição buscou adequar-se aos requisitos legais para manter a qualidade do ensino, investindo e incentivando o processo de qualificação profissional do corpo docente. Consequentemente, a comunidade acadêmica e local é que ganharão com o legado deixado pela UFT, através do Curso de Serviço Social no município de Miracema e entorno. Vale destacar seu protagonismo nas cidades circunvizinhas que possuem alunos (as) que estudam na instituição e rompem barreiras para permanecer até a conclusão do curso, tendo assim, incentivo através das bolsas de iniciação científica, como os projetos de extensão e de pesquisa.

Em consulta ao site da UNITINS, verificou-se que o corpo docente do curso de Serviço Social possui 20 professores, destes 4 são Especialistas, 14 Mestres e 8 Doutores. Um investimento na qualificação do corpo docente da instituição, buscando aprimoramento

⁶² Informações extraídas do PQFD da UFT, 2019, p. 23.

intelectual e coesão com a política pedagógica do curso. O processo de qualificação docente deve ser visto pela comunidade acadêmica como uma troca de saberes e aprendizado com vistas a garantir a qualidade do ensino.

O corpo docente da UNIP na modalidade presencial possui 15 profissionais graduados em Serviço Social com titulação de Mestre (9), (6) Especialista e nenhum Doutor. No ensino Digital (EaD) e Flex, são 7 Mestres e 4 Especialistas, também não há Doutor com formação na área do Serviço Social. Vale ressaltar que deste quantitativo, 3 são Mestres em Serviço Social (Fundamentos e Prática Profissional, Política Social) e 1 graduada em Letras com Mestrado em Serviço Social, Questão Social e Direitos Sociais, na modalidade presencial. Em relação ao ensino EaD e Flex, temos apenas 2 Mestres e 1 Especialista em Serviço Social do Trabalho. O que fica explícito com essas informações é a preocupação com a formação profissional do Assistente Social frente aos avanços nefastos do capitalismo. A defesa da ABEPSS e do conjunto CFESS/CRESS por uma formação de qualidade e comprometida com os princípios do Código de Ética Profissional de 1993, tem se fortalecido nas discussões dos Grupos de Trabalhos (GT's) com as Oficinas Itinerantes da ABEPSS que tem instigado os profissionais sobre seu agir profissional, sobre a unidade teoria-prática.

Levando em consideração as categorias de análise das DC da ABEPSS de 1996, percebe-se que não há enfoque nas habilidades e competências do (a) aluno (a) diante do que está explícito no PPC da UNIP, o que reforça a preocupação da instituição em inserir os (as) alunos (as) no mercado de trabalho e não o de orientar para uma formação crítica.

Dessa forma, observou-se que a precarização do ensino à distância não é apenas uma forma mercadológica da expansão capitalista, mas representa um retrocesso no avanço das conquistas sociais, dentre elas a educação pública, gratuita e de qualidade.

A faculdade ITOP possui um corpo docente composto por 5 Mestres, 2 Doutores e 2 Especialistas. Apenas os Doutores atuam em regime integral, os demais desempenham suas funções em regime parcial. A docência exige uma dedicação para além da sala de aula, propiciando aos discentes um acompanhamento capaz de dirimir dúvidas e proporcionar debates para instigar a capacidade crítica dos (as) alunos (as). No entanto a ITOP deixa explícito no PPC do curso o compromisso com a qualidade do ensino, com o acompanhamento dos (as) alunos (as) através de diversas ferramentas extra sala de aula através de monitorias, orientação via web, dentre outros recursos.

A seguir, aborda-se brevemente sobre as Atividades Complementares das IES para tecer as análises ao final da exposição do estudo. A carga horária das Atividades Complementares da UNITINS é de 150h, cumprindo a exigência de até 5% da carga horária

total do curso: “[...] O curso de Serviço Social está organizado com um total de 3.000 horas. Sendo 2.400 para as disciplinas [...] ”conforme preconiza a ABEPSS (1996)”.

As Atividades Complementares da UNIP totalizam 240h tanto na modalidade presencial quanto Digital (EaD) e Flex⁶³. Na modalidade Digital (EaD) e Flex, o curso totaliza uma carga horária de 3.040h. Em relação ao ensino presencial a carga horária é de 3.600h (3.000h) conforme dados da página do curso.

São consideradas na UNOPAR as Atividades Complementares: “[...] estágio curricular não obrigatório, visitas técnicas, monitoria acadêmica, programa de iniciação científica, participação em cursos, seminários, palestras, conferências e outros eventos acadêmicos”[...] (UNOPAR, 2020, p. 27), a instituição também faz referência aos “Estudos Dirigidos” através do sistema AVA. Reitera-se que todas as atividades descritas pela instituição devem ser supervisionadas e acompanhadas pelo (a) docente envolvido no processo acadêmico.

As Atividades Complementares da UFT foram aprovadas pelo colegiado do curso e totalizam 135h, conforme apresentado no quadro 2, sendo obrigatória a participação e o envolvimento dos discentes. Podem ser consideradas atividades complementares: [...]“monitoria, visitas monitoradas, viagens técnicas, iniciação científica, pesquisa de campo, projetos de extensão, participação em seminários, publicação de produção científica e outras atividades definidas no plano acadêmico do curso”[...] (UFT, 2010, p. 122). Um leque de oportunidades que propiciam ao corpo discente um amadurecimento intelectual, um despertar para a consciência crítica e o interesse pela pesquisa acadêmica.

A faculdade ITOP deixou evidente que as Atividades Complementares oferecidas à comunidade acadêmica são as seguintes:

[...]a) Participação em eventos internos e externos à Instituição de Educação Superior, tais como semanas acadêmicas, congressos, seminários, palestras, conferências, atividades culturais; b) Integralização de cursos de extensão e/ou atualização acadêmica e profissional; c) Participação em iniciação científica, assim como de monitoria [...]. (ITOP, 2019, p. 61).

Deixando enfatizado que cada atividade desenvolvida pelos (as) alunos (as) será devidamente supervisionada pela Coordenação do curso, respeitando as deliberações do NDE/ Colegiado do curso.

A estrutura curricular apresentada pela UFT traz as alterações da proposta da ABEPSS de 1996, destacando quais as disciplinas que sofreram mudanças. Tal readequação curricular

⁶³ A página do curso apresenta a Grade Curricular da forma como descrevemos, para dar veracidade às informações, segue o endereço: https://unip.br/cursos/graduacao/tradicionais/servico_social.aspx. Acesso 20/02/2021.

demonstra o compromisso do corpo docente com os princípios norteadores da profissão e a preocupação com uma formação pautada pela ética, pelo aprimoramento intelectual constante e pela afirmação da teoria social crítica pautada no materialismo histórico dialético.

A seguir apresenta-se o quadro constando as alterações feitas na primeira versão do PPC da UFT e as novas adequações.

Quadro nº 3: Demonstrativo das alterações dos PPC's da UFT 2007

DISCIPLINAS CURRÍCULO 2007/2	DISCIPLINAS CURRÍCULO NOVO	JUSTIFICATIVA
Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social I	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social I (FHTM I)	A substancial mudança trazida pelas diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social é a da superação da fragmentação entre história, teoria e método do Serviço Social.
Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social II	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM II)	No atual currículo ainda prevalece essa separação. Há as disciplinas de história do Serviço Social e fundamentos teórico-metodológicos I, II e III.
Fundamentos Teóricos Metodológicos do Serviço Social III	Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social (FHTM III)	A Reformulação com vistas a atender à solicitação das Diretrizes Curriculares substitui as disciplinas de História do Serviço Social, História do Serviço Social na América Latina e no Brasil e as disciplinas de Fundamentos Teóricos Metodológicos I, II e III pelas disciplinas de FHTM I, II e III
História do Serviço Social		
História do Serviço Social na América Latina e no Brasil		A Reformulação do projeto se fundamenta nas diretrizes nacionais e define como eixos fundantes da

<p>Psicologia Social- disciplina optativa</p> <p>Disciplinas Optativas</p>	<p>Trabalho e Sociabilidade Questão Social</p> <p>Psicologia Básica</p> <p>Disciplinas Optativas- Seminários Temáticos</p>	<p>formação profissional: o Trabalho e a Questão Social que estão na centralidade do debate da categoria profissional.</p> <p>Diferentemente, o atual currículo não contempla em suas disciplinas básicas a discussão acerca do Trabalho e da Questão Social, essa última entendida como objeto de intervenção do Serviço Social. Portanto, há necessidade de inserção das disciplinas de Trabalho e Sociabilidade e também a disciplina de Questão Social, componentes básicos do currículo trazidos pelas Diretrizes Curriculares de 1996.</p> <p>A disciplina de Psicologia Social está inserida na estrutura curricular como disciplinas básicas e não como optativa distribuída na estrutura curricular de 2007/2.</p> <p>A proposta de Reformulação ofertará as disciplinas optativas em formatos de Seminários Temáticos e Tópicos Especiais em Política Social.</p> <p>Traz intrínseca a concepção de que as disciplinas optativas devem tratar de temas atuais da profissão, como por exemplo, a política de Assistência social que nem sequer é mencionada no atual currículo.</p> <p>Portanto, a presente proposta avança</p>
--	--	--

		no sentido de também deixar em aberto a possibilidade de oferta de outras temáticas referentes às disciplinas optativas além daquelas elencadas na estrutura curricular. Ver 4.3.8 Estrutura Curricular.
<p>Estágio Supervisionado I – 90 h</p> <p>Estágio Supervisionado II – 90 h</p> <p>Estágio Supervisionado III – 120 h</p>	<p>Tópicos Especiais em Política Social</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica I – 105 h</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica II – 105 h</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica III – 105 h</p> <p>Estágio e Supervisão Acadêmica IV – 105 h</p> <p>Total= 420 horas (Prática)</p> <p>O Art. 1º, Parágrafo único da Resolução CNE/CES Nº2, de 18 de junho de 2007 institui: “Parágrafo único. Os estágios e atividades complementares do curso de graduação, bacharelados, na modalidade</p>	<p>Outro ponto que não contempla as diretrizes no PPC de 2007, diz respeito à carga horária mínima de estágio. As Diretrizes Curriculares da ABEPSS dispõem que a carga horária mínima de estágio é equivalente a 15% da carga horária mínima do curso que é de 2700 horas. Fazendo com que o estágio deva ter no mínimo 405 horas. A proposta apresentada nesse PPC é de 420h. No PPC/2007 a carga horária de estágio é de 300 horas, não contemplando o mínimo exigido pelas Diretrizes Curriculares-</p> <p>Nesse sentido, a atual proposta contempla o estágio realizado em 4 semestres com uma carga horária total de 420 horas em aprendizagens realizada pelos acadêmicos nos campos de estágio e 120h de supervisão acadêmica em sala de aula e nos campos de estágio.</p> <p>Outras mudanças trazidas pelas</p>

	<p>presencial, não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações legais em contrário”.</p>	<p>Diretrizes e que estão presentes na reformulação: Superação da fragmentação de conteúdos na organização curricular, evitando-se a dispersão e a pulverização de disciplinas e outros componentes curriculares; Ética como princípio formativo perpassando a formação curricular; Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade.</p>
--	--	--

Fonte: PPC do curso de Serviço Social da UFT, 2010.

Conforme visto, a UFT buscou adequar seu PPC buscando cumprir com as exigências da ABEPSS de 1996, demonstrando seu compromisso com a comunidade acadêmica e com a formação profissional do (a) aluno (a) diante das transformações societárias e da expansão mercadológica do capital e seus rebatimentos na qualidade e na oferta do ensino. Por ser uma universidade *multi campi*, a UFT tornou-se uma instituição que busca a valorização docente e o protagonismo discente através do fomento à pesquisa, ao ensino e a extensão.

Ao analisar os requisitos do **Estágio Curricular e da Supervisão de Estágio** nas IES que ofertam o ensino na modalidade à distância e semi-presencial (UNIP e UNOPAR) não há elementos que indiquem o compromisso com a Política Nacional de Estágio (2010) e da Política de Estágio da ABEPSS de 2010, pois a referência dos marcos legais da profissão estão mais centralizados entre o Código de Ética profissional de 1993 e as DC da ABEPSS 1996, a Lei de Regulamentação da Profissão acaba ficando menos evidente.

O PPC do curso de Serviço Social da UNIP, não faz referência às Habilidades e Competências, Perfil do Egresso e Objetivos, há, porém, a substituição de tais tópicos por: *objetivos do curso, atividades principais, mercado de trabalho e práticas*”. Dessa forma, reitera-se o perigo da expansão mercadológica sobretudo no ensino à distância em virtude da ausência de rigor teórico, de opção por uma corrente teórica que compreenda o movimento da

realidade, que no caso do Serviço Social é a teoria social crítica, ancorada pelos ideais do marxismo.

É no exercício do Estágio Supervisionado, na relação entre o (a) estagiário (a), a instituição e os usuários que é possível objetivar a essência de uma formação política e crítica que se preocupa com o avanço do neoliberalismo, que luta arduamente contra o desmonte dos direitos sociais construídos e conquistados historicamente, contra uma formação mercadológica e aligeirada sem o devido cuidado de refletir a dialética que envolve os sujeitos.

É através da produção de conhecimento, que a profissão deve demonstrar seu posicionamento em favor do projeto profissional, ampliando o campo de visão antes academicista e pragmático, pela capacidade teleológica ancorado pela vertente marxista. Dessa forma, a práxis profissional exercida no campo de estágio pelo (a) supervisor (a) deve demonstrar seu compromisso ético e político com o projeto de profissão defendido pela ABEPSS.

O Estágio Supervisionado pressupõe mais que uma troca entre aluno (a) e professor (a), entre estagiário (a) e supervisor (a), é o exercício da ética profissional, do respeito e compromisso de ambos com as demandas dos sujeitos. Portanto, esse processo do estágio e da supervisão não pode ser aligeirado e acrítico, descolado da conjuntura política.

O estágio supervisionado em Serviço Social na Faculdade ITOP é dividido em Estágio I, II e III com carga horária de 150h a partir do quinto até o sétimo semestre. Observa-se que as referências bibliográficas da disciplina de Estágio Supervisionado, não incluíram alguns autores e autoras que são destaque por sua militância na discussão do estágio curricular obrigatório e da formação profissional, como: Lewgoy, Buriolla, dentre outros. Sugere-se nesta direção, que o curso desta instituição reflita constantemente o estágio e a supervisão no processo de formação profissional em defesa do Projeto Ético Político da profissão, com o corpo docente, os discentes e supervisores de campo.

Na UNOPAR, a disciplina de “*Estágio Curricular Obrigatório*” é composta por três períodos de estágio, sendo que no Estágio I, o (a) aluno (a) é inserido/a no campo de estágio, mas já recebe conteúdos sobre as dimensões investigativas e interventivas. Na disciplina de “Estágio II” é exigido do (a) aluno (a) estagiário (a), “um exercício teórico-prático no campo de estágio”, não compreendemos que tipo de “exercício” se refere, não há uma compreensão objetiva da dicotomia entre teoria-prática e da sua indissociabilidade no campo profissional.

Dando continuidade ao Estágio Curricular Obrigatório, conforme ementa a disciplina exige que do (a) aluno (a) execute o seu projeto de intervenção, que também será avaliado

pelo supervisor de campo. Embora seja dada uma sequência às atividades desenvolvidas durante o estágio III, a preocupação que temos é em relação ao amadurecimento teórico-crítico e a compreensão da materialidade do projeto de formação profissional do/aluno/a.

É no exercício do estágio curricular, através da avaliação sistemática de ambos os Supervisores, tanto o de campo quanto o acadêmico que podemos provocar discussões que visem a postura crítica do/a aluno/a, seu conhecimento e aproximação com o Código de Ética Profissional de 1993, as legislações que norteiam o estágio curricular (2009), o exercício profissional, a ética, dentre outros.

Conforme demonstrado no requisito do “Estágio Curricular e da Supervisão de Estágio”, a UFT possui 4 semestres, é a única instituição que possui uma carga horária de 105h semestrais 60h para supervisão acadêmica, sendo 30h em sala de aula quinzenalmente e 30h para supervisão acadêmica em campo totalizando 120h de supervisão, mais as 420 horas de estágio numa composição de 540h finais. No entanto, em pesquisa realizada na página do curso verificamos que o mesmo possui uma atualização em andamento para seu PPC do ano de 2019 aprovada no Colegiado, mas não aprovado nas demais instâncias da universidade devido a alteração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT, razão pela qual não pudemos utilizá-lo no quadro de análises.

A seguir apresentam-se algumas informações pertinentes ao Regulamento de Estágio da UFT que corroboram na importância da supervisão sistemática, que será descrito algumas das dez competências da Supervisão de Campo.

I) Responsabilizar-se pela introdução e desenvolvimento do estágio do aluno no campo; II) Assessorar o aluno na construção do Plano de Estágio, em consonância com o professor de estágio; III) Oportunizar ao aluno a observação e experiência do instrumental técnico operativo do Serviço Social; IV) Supervisionar o aluno através de entrevistas e/ou reuniões semanais, efetivando os papéis de educador, transmissor de conhecimentos/experiências e informações. V) Avaliar, o desempenho do aluno em conjunto com o professor de estágio; VI) Participar das reuniões promovidas pelo curso, objetivando a articulação teórico-prática; VII) Assinar toda a documentação elaborada pelo aluno, registrando o seu parecer e rubricando todas as folhas. (UFT, 2010, p. 155).

Por ser muito extenso, elaborou-se essa breve exposição sobre algumas competências que implicam o processo de Supervisão Acadêmica, demonstrando o compromisso com a formação do (a) aluno (a). A UFT conta com 14 disciplinas optativas incluindo as disciplinas de: “Seminários e Oficinas” que estão à disposição dos (as) discentes no seu processo de ensino-aprendizagem. A disciplina de Magistério e Supervisão em Serviço Social é ofertada com o objetivo de preparar o (a) aluno (a) para o exercício da docência no ensino superior, desmistificando o ranço do senso comum em relação à profissão de professor (a) tão

desvalorizada pelos gestores. A ideia é passada apenas pelo viés mercadológico e a essência da profissão não é enfatizada em sua totalidade, deixando de ser vista como uma das atribuições do Assistente Social na ministração de disciplinas de caráter privativo.

A UNITINS se difere em relação à oferta da disciplina de Estágio Curricular Obrigatório que é dividida apenas em *Estágio I e II*, ambos com uma carga horária prática de 225h e de 60h teóricas. A ementa do Estágio I é bem genérica em relação às atividades e atribuições do (a) aluno (a) estagiário (a), reiterando seu compromisso com as dimensões teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política. Para o Estágio II, há exigências mais detalhadas, sobretudo em relação a: elaboração e Execução do Projeto de Intervenção; avaliação e sistematização no campo de estágio e por fim, produção de relatórios e avaliação de estágio.

Através da vivência acadêmica e experiência da docência no ensino superior (especificamente nas disciplinas de estágio), observa-se que a sobrecarga de atividades acumuladas ao longo dos dois semestres acadêmicos gera muita fadiga e desgaste mental aos alunos que se veem acumulados por trabalhos de outras disciplinas, além conciliar as atividades da vida pessoal. Para os docentes também ocorre o desgaste devido à sobrecarga com as atribuições da docência, o acompanhamento sistemático dos alunos na sala de aula e no campo de estágio.

Para a ABEPSS,

O estágio se constitui num instrumento fundamental na formação da análise crítica e da capacidade interventiva, propositiva e investigativa do (a) estudante, que precisa apreender os elementos concretos que constituem a realidade social capitalista e suas contradições, de modo a intervir, posteriormente como profissional, nas diferentes expressões da questão social, que vem se agravando diante do movimento mais recente de colapso mundial da economia, em sua fase financeira, e de desregulamentação do trabalho e dos direitos sociais. (ABEPSS, 2010, p. 11).

Absorver todas as transformações societárias, em um curto espaço de tempo, em uma simbiose de acontecimentos diversos do cotidiano através do dinamismo da sociedade exige um amadurecimento, uma reflexão mais apurada, solidificada em bases concretas que permitam ao aluno se posicionar criticamente a respeito de fatos vividos na experiência extra sala de aula. Portanto, requer mais vivência no campo de estágio, mais troca de experiência em sala de aula com colegas e professores, mais oportunidades para desmistificar o dilema teoria-prática, propiciando a unidade propriamente dita tão almejada.

Dando prosseguimento às disciplinas que envolvem a formação profissional destaca-se a “Supervisão Acadêmica e Docência” sendo ofertada na UNITINS como disciplina optativa.

A defesa da ABEPSS/CFESS-CRESS em relação às bases da formação solidificada pelo Projeto Ético Político, remete compreender o processo de ensino- aprendizagem do (a) aluno (a).

A Supervisão Acadêmica é intrínseca ao processo de formação do (a) aluno (a) e do docente, pois implica uma troca de saberes, de experiências que serão discutidas à luz do Projeto Ético Político da profissão. É a busca pela superação na fragmentação do processo de ensino-aprendizagem no qual devemos reiterar nosso posicionamento por uma formação de qualidade, ética e crítica, comprometida com as classes mais pauperizadas e excluídas da sociedade desigual que vivemos.

A docência no ensino superior é uma oportunidade de inserção na vida profissional em que o/a aluno/a deverá demonstrar a essência dos conhecimentos e experiências adquiridos durante seu processo de graduação. E, especificamente nas instituições de ensino superior em que há exigência do conjunto CFESS-CRESS/ABEPSS que as disciplinas que tratam especificamente sobre a profissão sejam obrigatoriamente ministradas por Assistentes Sociais, o que nos permite reiterar à luz da história da profissão o compromisso ético político da categoria, a responsabilidade em se posicionar contra o assistencialismo frente aos embates e conquistas contra esse sistema nefasto, reiterando a militância contra todas as formas de opressão, de injustiças sociais, atos desumanos cometidos por aqueles que deveriam defender a população, mas usurpam os direitos sociais.

O Estágio Curricular Obrigatório da UNIP tem uma carga horária de 450h tanto presencial quanto em EaD. No entanto, supomos se tratar de atividades em sala de aula, pois consta na Grade Curricular a informação de “*Atividades Práticas Supervisionadas*” com a carga horária de 580h apenas na modalidade presencial.

Destaca-se algumas disciplinas listadas que se acredita ter relação direta com o Estágio Curricular: Supervisão de Intervenção Profissional, Supervisão de Formação Profissional, Supervisão de Estágio Acadêmico com a carga horária de 60h cada.

Deixa-se alguns questionamentos para dividir com o leitor: “Como seriam ministradas tais disciplinas que tratam da intervenção e da atuação profissional tendo em vista que o processo de formação do Assistente Social não se dissocia do estágio curricular? ”; quanto à disciplina de “Estágio Acadêmico e de Supervisão de Estágio Acadêmico, ambas não deveriam caminhar juntas sendo implícito o conteúdo de abordagens voltadas para a relação teoria-prática? ” Percebe-se ainda que a fragmentação das políticas públicas está explícita na oferta da grade curricular do curso, sendo separadas por áreas de atuação profissional do (a) Assistente Social (saúde, habitação, educação e assistência social).

Compreende-se que todas as políticas destacadas aqui possuem uma gama de aportes legais que merecem um debruçar mais esmiuçado do (a) profissional, necessitando que sejam analisadas e discutidas separadamente. O ensino transversal deve ser percebido pelos alunos antes de sua inserção no campo de estágio, através da exposição dialogada entre aluno e professor, e a oferta de disciplinas afins ministradas por outros profissionais demonstra essa aproximação. Nesse caso, a oferta da referida disciplina acaba deixando dúvidas e insegurança quanto à questão interdisciplinar com o ensino transversal, fragmentando ações que deveriam ser coesas.

As IES: ITOP, UNOPAR e UNITINS possuem **convergências** em relação à carga horária do “Estágio Curricular Obrigatório e da Supervisão Acadêmica”.

Após a exposição sobre os pontos considerados convergentes das IES, apresenta-se a seguir, as divergências identificadas durante a análise dos documentos.

As **divergências** encontradas em relação à proposta vigente da ABEPSS de 1996 foram identificadas a seguir: Ausência da Política de Estágio como exigência do processo de formação profissional pautado pela teoria social crítica;

- Ausência de articulação com o Projeto Ético Político da categoria tendo em vista a ênfase no ensino à distância. Não há a troca de saberes entre aluno (a) e professor (a), o enfoque da orientação acadêmica é individual;

- Em ambas as IES – UNOPAR e UNIP-, o Estágio não é “supervisionado”, pois não há registro ou menção de que ocorra a exigência da supervisão sistemática do estágio em Serviço Social conforme a Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010. No Guia de Percurso da UNOPAR descreve apenas o “Termo de Compromisso” a ser utilizado no estágio curricular, mas não cita as demais documentações necessárias para o processo de inserção do (a) aluno (a). No Guia de Percurso de uma das IES, consta a seguinte declaração sobre o Estágio Curricular:

O estágio curricular é componente obrigatório da formação do bacharel em Serviço Social de acordo com as Diretrizes Curriculares da área. Visa proporcionar a imersão do graduando em ambientes práticos para que ele possa aplicar todos os conhecimentos teóricos adquiridos previamente durante o curso, em sua busca para desenvolver a competência técnico-científica e o compromisso ético, político e social na sua profissão. (UNOPAR, 2020, p. 24).

Essa declaração só reitera o perigo da formação aligeirada nos moldes da educação à distância. Em relação ao Estágio Curricular o PPC não descreve a que Diretriz Curricular se refere assim como não demonstra a essência do Projeto Ético Político em suas colocações.

Conforme o documento intitulado: “Padrões de Qualidade para Autorização e Reconhecimento de Cursos de Graduação em Serviço Social,⁶⁴” conclui-se que das cinco IES pesquisadas, pelo menos duas UNIP e UNOPAR não apresentam nos documentos pesquisados e publicizados os seguintes requisitos elaborados pela Comissão de Especialistas do Serviço Social (1997):

As Instituições de Ensino Superior devem apresentar os seguintes dados: • justificativos e objetivos do curso • perfil profissional • ementário e respectiva bibliografia; • grade curricular: disciplinas por semestre/ano; carga horária das disciplinas e relação dos professores responsáveis pelas disciplinas; • política e condições de estágio supervisionado; • critérios e formas de avaliação do ensino/aprendizagem; • normas de elaboração, orientação e avaliação do T.C.C. - Trabalho de Conclusão de Curso; • atividades pedagógicas complementares: monitoria, iniciação científica, extensão e outras; • políticas de pesquisa e extensão: vínculos com o ensino. Dimensão interdisciplinar dos projetos, âmbito de abrangência e relação com as demandas da sociedade. (ABEPSS, 1997, p. 6-7).

Tal constatação preocupa, ao mesmo tempo em que reforça as pesquisas expostas no estudo de Pereira (2010) sobre a precarização e a expansão do ensino superior na modalidade EaD. O mercado educacional na modalidade privada e à distância tem ganhado força diante do ensino modular/presencial e gratuito, não será abordado sobre as causas de tal escolha, ficando a sugestão para uma pesquisa complementar a este trabalho. Mas no momento, o que instiga é o descaso como tem sido tratada a política de educação no país. Diante dos últimos acontecimentos, especificamente com o surgimento da pandemia da COVID-19, a ênfase no ensino remoto cresceu bastante, principalmente entre os estudantes e docentes que acabaram se obrigando e/ou se acostumando com esse novo normal.

Para a ABEPSS⁶⁵/ CFESS/CRESS, o perigo da expansão mercadológica do ensino básico e superior no Brasil, solidifica o projeto capitalista-burguês que encontrou espaço para expandir seus mercados. Segue abaixo parte da Nota da ABEPSS em relação ao Ensino Remoto Emergencial (ERE),

Ao pensar qualquer proposta de Ensino Remoto Emergencial (ERE) é preciso de partida considerar as profundas mudanças econômicas e sociais desencadeadas pela pandemia, com fortes impactos na vida de docentes, discentes, servidoras/es técnico-administrativas/os e trabalhadoras/es terceirizadas/os. O debate das condições para o ERE não se reduz ao acesso à rede de internet e à disponibilidade de telefone celular e/ou demais equipamentos. É preciso considerar todos os efeitos da desigualdade social combinados à crise sanitária e econômica, tais como: o agravamento da

⁶⁴ Documento elaborado por: Maria Marieta dos Santos Koike (UFPE - ABESS) Maria Rachel Tolosa Jorge (UNESP) Mariangela Belfiore Wanderley (PUCSP) Marilda Villela Iamamoto (UFRJ) Marina Maciel Abreu (UFMA).

⁶⁵ Disponível em: <http://www.abepss.org.br/noticias/trabalho-e-ensino-remoto-emergencial-386>. Acesso em 20/05/2021.

precarização laboral (uberização, informalização e terceirização); do desemprego e/ou da redução de salários, que têm causado instabilidade social e psicológica para a imensa maioria da sociedade. Nesse sentido, o trabalho remoto – chamado home office – a que já estão submetidos docentes e técnico-administrativos das mais variadas unidades de formação, desde o início da pandemia, transfere toda a responsabilidade e os custos das atividades realizadas de forma online/digital para o coletivo de servidoras/es. Impõe às/ aos mesmas/os uma jornada de trabalho, muitas vezes, interminável que não permite mais separar o que é trabalho e o que é vida privada. Essa rotina desgastante poderá levar muitas/os profissionais ao adoecimento laboral e aí se apresenta outra questão: como esse processo será comprovado nas situações de home Office? Não é possível contornar o fato de que estudantes e docentes vivem em ambientes que não são adequados para o desenvolvimento de atividades de formação profissional, em uma dinâmica familiar que implica cuidados de pessoas idosas, crianças, pessoas adoecidas, impossibilitando a concentração [...]⁶⁶.

Diante da exposição sobre o ERE, não resta muito que discutir, tendo em vista que a percepção da ABEPSS é pautada por uma análise de conjuntura, considerando as mazelas da questão social, do acirramento das forças produtivas como consequência da intensificação da mão-de-obra e da exploração do trabalho humano.

Cabe lembrar que o conjunto CFESS/CRESS vem arduamente combatendo o ensino à distância, mercantilizado e descolado da conjuntura dinâmica da sociedade que vivemos. Embora os esforços da categoria sejam vistos ao longo dos anos, a expansão mercadológica tem se massificado e crescido assustadoramente. A busca por um ensino aligeirado, sem o cuidado de refletir o ensino, a pesquisa e a extensão universitária com o rigor necessário, tem conquistado espaço na rotina daqueles que precisam se desdobrar entre a jornada de trabalho e de estudo. Essa é a face perversa do capital, a falsa ideia de uma formação concluída num curto espaço de tempo, com a promessa de emprego.

Para o CFESS, o Ensino à Distância,

[...] compõe tal lógica e permite, por meio da massificação do ensino, o atendimento tanto dos interesses do mercado, de lucratividade, quanto dos interesses governamentais de ampliar as estatísticas educacionais sem o devido aporte de recursos. Quanto ao perfil de profissional formado/a na modalidade de EaD: reflexões necessárias sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social: volume 2. Ou seja, a partir da análise realizada, apreende-se que a modalidade de EaD não atende às necessidades reais da maior parte da população brasileira - inserida no mundo do trabalho na condição de classe trabalhadora -, tanto de ter acesso ao ensino superior de qualidade, público e gratuito, quanto de ser atendida, no âmbito dos serviços sociais públicos e privados, por profissionais de serviço social, formados/as de forma solidamente qualificada nas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa. Ao contrário, a modalidade de EaD - pela lógica da qual faz parte e que não pode ser descontextualizada de um país periférico capitalista, desigual, cujo Estado historicamente não concebe a Educação como direito social e dever estatal – indica a tendência crescente de desqualificação

⁶⁶ Disponível em <http://www.abepss.org.br/noticias/trabalho-e-ensino-remoto-emergencial-386>. Acesso em 20/05/2021.

do processo formativo e concomitante desvalorização profissional, com consequente reconfiguração do perfil profissional. (CFESS, 2014, p. 35).

Diante do exposto tem- evidente, a ampla discussão sobre o posicionamento do conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS em defesa de uma educação não mercadológica e do fortalecimento de um ensino de qualidade e gratuito, que ofereça à comunidade acadêmica oportunidade para realizar pesquisas, extensão e, amadureça sua capacidade crítica.

- Ausência de informações da UNIP sobre a ementa e nem as obras que utilizou em seu PPC, pois algumas disciplinas possuem caráter de empreendedorismo, voltadas para o mercado de trabalho;
- Ausência de afirmação nas reflexões do PPC da faculdade ITOP nos aportes legais do Projeto Ético Político: *a Lei de Regulamentação da profissão, o Código de Ética Profissional (1993) e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996)* é um ponto divergente pelo fato da instituição ter citado alguns dos referidos documentos nas ementas das disciplinas;

Diante do exposto, passa-se a seguir, a identificação das **convergências** encontradas pelas respectivas IES discorrendo sobre a importância de alinhamento com o conjunto CFESS/CRESS e a ABEPSS.

- Dentre as IES analisadas, UFT, ITOP e UNITINS com ensino modular presencial coadunam com as informações em relação à formação profissional do egresso e adequação da atualização com os Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional; A carga horária de estágio curricular obrigatório da UFT não foi atualizada, o que diverge da proposta da Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010.

[...] A carga horária disponibilizada para o estágio supervisionado curricular obrigatório deve ser de no mínimo 15% das 3.000 horas⁶⁷ (CH mínima) do curso de Serviço Social, conforme prevê o parecer nº 8/200716 e a Resolução nº 2 de junho de 2007 do Conselho Nacional de Educação - Câmara de Ensino Superior/ MEC [...] (ABEPSS, 2010, p. 29).

Está evidente que a mudança na carga horária de estágio da referida IES já está em processo de revisão e aprovação pelo NDE, conforme acesso aos documentos referente ao ano de 2019. Sobre o Estágio Curricular e a Supervisão Acadêmica, ambas as instituições se

⁶⁷ Esta carga horária foi alterada de 2.700 horas, conforme previsto nas Diretrizes Curriculares em Serviço Social-DCs, pelo parecer 462/82, do Conselho Federal de Educação, para 3.000 horas, conforme Resolução do Conselho Nacional de Educação- CNE, Câmara de Educação Superior- CES /Ministério da Educação - MEC, de nº2/2007 Extraído na integra de http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311145368198230.pdf. Acesso em 26/02/2021.

articularam em relação às exigências da ABEPSS (2010) e da PNE (2010), buscando preparar o (a) aluno (a) para o enfrentamento das expressões da questão social e no compromisso com a comunidade acadêmica. As IES UFT e UNITINS possuem grupos de pesquisa e extensão vinculados ao curso de Serviço Social, o que possibilita investir na capacidade investigativa e formativa dos alunos. O corpo docente das respectivas IES se destaca em relação ao número de Mestres e Doutores vinculados ao curso, investindo na qualificação profissional do docente.

- Houve adequação em relação às alterações da matriz curricular em relação aos Núcleos de Fundamentação da Formação Profissional, assim como a sua carga horária de estágio, respeitando às recomendações da Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010.

- As IES com ensino à distância e semi-presencial coadunam apenas em relação à carga horária de Estágio Curricular, atendendo à Política Nacional de Estágio da ABEPSS de 2010.

- As IES, UNIP e UNOPAR não apresentaram coesão em relação às exigências da ABEPSS de 1996 para o curso de Serviço Social, uma observação feita anteriormente na análise da matriz curricular e das disciplinas cursadas das referidas IES.

Portanto ao finalizar as considerações sobre as análises das IES conforme requisitos descritos acima, cumpriu-se com nosso objetivo geral e deixou-se em evidência a importância da pesquisa.

A seguir, serão apresentadas as aproximações conclusivas da pesquisa, algumas observações e sugestões para as respectivas IES.

5 APROXIMAÇÕES CONCLUSIVAS

A pesquisa em curso, através das reflexões e análises apontadas, vem buscando responder aos questionamentos feitos durante a investigação e, portanto, convém relembrar aqui o objetivo geral da pesquisa, *identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual dos cursos de graduação das cinco IES em relação à proposta vigente preconizada pela ABEPSS de 1996.*

Dando prosseguimento aos questionamentos feitos no decorrer da investigação, respondeu-se aos objetivos específicos da pesquisa, a saber: *fortalecer o Serviço Social no estado do Tocantins a partir do estudo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996; discutir sobre o processo de implementação e reformulação dos PPC's do curso de Serviço Social das cinco IES do estado do Tocantins; contribuir com o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais do estado do Tocantins na hegemonia crítica da profissão frente aos avanços do conservadorismo.*

Do ponto de vista das condições objetivas, não se tem possibilidade de afirmar que as referidas IES materializam o Projeto Ético Político do Serviço Social apenas por citá-lo em seus documentos legais, como o PPC. É na subjetividade e na intencionalidade profissional que tal afirmação poderia ser dita. Nesse caso cabe apenas afirmar que as IES mencionadas nas referidas análises, que não apresentam aportes legais, que não disponibilizaram nenhum documento público e tampouco os citam em seu PPC, é que estão mais próximas de negarem a materialização da essência do Projeto Ético Político e de não coadunarem com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996.

Dessa forma, a apresentação até aqui, demonstra o desejo de uma educação permanente contrária à ofertada no mercado, mas com a mesma qualidade e compromisso demonstrado desde nossa inserção na educação superior na UFT, o que aproximou de forma intrínseca ao objeto de estudo em tela.

Embora existam alguns dissensos a esta temática no meio profissional, hegemonicamente, é sobre o trabalho que perdura a concepção crítica da profissão. Reitera-se também que as transformações societárias têm oprimido, não apenas a coletividade dos profissionais que mantêm o compromisso ético com a população usuária, mas a todos os segmentos da sociedade civil que mantêm sua postura crítica contra os desmandos do grande capital. É através da negação do conservadorismo, do assistencialismo exacerbado, através de constante aprimoramento intelectual, da participação política do profissional, do engajamento

nas campanhas políticas do conjunto CFESS/CRESS, dentre outras formas de resistência, que se pode manter uma postura crítica frente aos desmandos e desmontes do capital.

Para tanto, entende-se e acredita-se que este estudo permeou através dos PPC's das IES um percurso da trajetória do processo de formação profissional dos assistentes sociais no estado do Tocantins, trazendo à tona alguns aspectos convergentes e divergentes.

Assim, reitera-se a importância dos (as) Assistentes Sociais, manterem-se em coesão diante das investidas do capital, buscando o amadurecimento intelectual e crítico através das discussões da categoria, de densas leituras, do apoio incondicional do conjunto CFESS/CRESS, dentre outros.

Ao abordar a lógica mercadológica do ensino privado e à distância, buscou-se alertar sobre o perigo da expansão do capital com suas investidas no sistema educacional brasileiro, apresentou-se nas análises das IES as consequências nefastas para a formação profissional do Assistente Social. Por ser o *lócus* de atuação da pesquisa, buscou-se algumas considerações do ensino à distância no estado do Tocantins, que subsidiaram a investigação.

Como já fora ressaltado, não é novidade a presença do setor privado no ensino superior brasileiro. Contudo a modalidade de Ensino à Distância (EaD) se constitui como um traço inovador da expansão do setor privado na educação. Essa modalidade proporciona uma rápida expansão de matrículas e se tornou altamente lucrativa para o setor privado, sendo o Serviço Social, um dos cursos de formação superior mais ofertados por essa modalidade. Propicia através do avanço tecnológico em telecomunicações o crescimento dos investimentos privados transnacionais, sendo uma fatia promissora para o mercado. Nesse contexto é que foi criado o primeiro curso de Serviço Social na modalidade EaD no Brasil em 2006, que teve como pioneiro o território tocantinense. Ofertada por uma universidade estadual (Universidade do Tocantins - Unitins) em parceria com a Edcon. (BURGINSKI; SANTOS; RODRIGUES, 2020, p. 400).

Conforme apontado pelas autoras, a expansão dos cursos em EaD no Brasil é fortalecida no estado do Tocantins com o crescimento do setor privado e a expansão capitalista. Além destas características, o estado do Tocantins atraiu muitos investidores por possuir uma riqueza geográfica favorável para o cultivo da agricultura e pecuária,

[...] A região que abrange o estado do Tocantins encontra-se no território de transição geográfica entre o Cerrado e a Floresta Amazônica, sendo um dos territórios em que a fronteira agrícola se expande exponencialmente, através do modelo hegemônico de desenvolvimento da agricultura, o agronegócio [...] (BURGINSKI; SANTOS; RODRIGUES, 2020, p. 398).

Já é de conhecimento de muitos que o estado possui riquezas naturais e tem sido alvo de grandes investidores no mercado. Pode-se dizer que essa peculiaridade, abriu caminhos para transformar o Tocantins no “berço do ensino à distância”.

Não se pode concluir esse trabalho, sem destacar esse dado tão importante sobre a expansão capitalista no Tocantins, tendo em vista ser geograficamente a referência para a investigação. A esse respeito, tem-se as pertinentes reflexões das autoras,

A oferta de cursos superiores EaD no Tocantins com pagamento de mensalidades, com destaque para o Serviço Social teve forte apelo popular, bem como, foi o curso com maior número de matrículas e vagas disponibilizadas. Um território com a magnitude do Tocantins precisa do Serviço Social, portanto, a estratégia foi “produzir” assistentes sociais em massa, com formação limitada e não sintonizada com as Diretrizes Curriculares. Dadas as condições sócio-históricas de abandono desse território, a ideia de levar o ensino superior e o desenvolvimento socioeconômico a milhares de pessoas nas longínquas regiões veio fortemente articulada ao sonho da democratização do ensino superior através de um novo mercado, atendendo os interesses dos lucros privados, através da educação mercantilizada que não garante a qualidade na formação profissional. (BURGINSKI; SANTOS; RODRIGUES, 2020, p. 403-404).

O curso de Serviço Social chegou ao Tocantins através da Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) que se instalou na capital em 1990. No entanto o curso de Serviço Social na modalidade presencial só foi autorizado a funcionar em 2000. O processo de reconhecimento pelo MEC só ocorreu em 2008 (BURGINSKI; SANTOS; RODRIGUES, 2020). A referida instituição não foi objeto da investigação pelo fato da mesma não ofertar mais o curso de Serviço Social, no entanto por ter sido a primeira instituição a ofertar o curso de Serviço Social no Tocantins, será feito um breve resumo de sua institucionalização.

A ULBRA iniciou suas atividades no Tocantins em 30 de setembro de 1992, com a inauguração das obras do Centro Educacional Martinho Lutero, hoje denominado Colégio ULBRA Palmas, na avenida Juscelino Kubitschek. Assim, a ULBRA deu início ao seu projeto oferecendo educação básica, ensino fundamental, ensino médio e educação superior, com os cursos de Administração, Letras e Pedagogia. Em 1995, ficou pronta a instalação oficial do Centro Universitário Luterano de Palmas, CEULP/ULBRA, localizado na avenida Teotônio Segurado, a 12 quilômetros do centro de Palmas⁶⁸.

A instituição possui seu destaque no cenário acadêmico por ter contribuído com a formação profissional dos (a) primeiros (a) Assistentes Sociais no estado, participando diretamente da inserção destes profissionais nos espaços socioassistenciais.

Em relação a afirmar, se as instituições de ensino superior possuem ou não uma postura crítica, não é possível assegurar, por se tratar de uma pesquisa documental torna-se bastante subjetivo adentrar em um espaço no qual não houve oportunidade de experimentar as

⁶⁸ Disponível na íntegra em: <http://ulbra-to.br/2011/02/06/Historico>. Acesso em 14/04/2021.

vivências da vida acadêmica, os diálogos, dentre outros aspectos relevantes para emitir qualquer posicionamento. A respeito da postura profissional, tem-se a declaração,

O PEP, assim denominado nos anos 1990, é a expressão madura de consolidação da direção social da profissão dos anos 1980, que se estabeleceu no processo de ebulição da luta de classes no país em que os profissionais estiveram organicamente vinculados à classe trabalhadora. Portanto, as condições políticas de constituição do PEP do Serviço Social brasileiro devem ser avaliadas considerando as seguintes determinantes: a luta contra a ditadura, a colagem aos movimentos sociais dos anos 1980, a mudança do público profissional composto pelas camadas médias e empobrecidas, e como as vanguardas profissionais e acadêmicas da categoria são vanguardas de militância política e sociais. (ABRAMIDES, 2016, p. 471).

As competências profissionais elencadas nas DC para os cursos de Serviço Social (1996), dizem respeito a um perfil profissional capaz de compreender o movimento da realidade social através da criticidade. Diante das análises realizadas através das categorias identificadas no quadro 2, tem-se algumas considerações. Em relação ao “Núcleo de Fundamentação da Formação Profissional”, os indicadores apontam que apenas as IES: ITOP, UFT e UNITINS, conseguiram atender tais requisitos.

Observando o eixo sobre a “Nova Lógica Curricular das DC de 1996”, as IES UFT e UNITINS buscaram atender aos requisitos dispostos pela ABEPSS. A faculdade ITOP não fez referência à DC da ABEPSS de 1996, mas as DC de 2002, razão pela qual tecemos tal consideração, pois as DC de 2002 possuem divergências em relação a proposta do conjunto CFESS/CRESS e ABEPSS de 1996. No entanto, em relação ao cumprimento das Atividades Complementares, todas as 5 IES mantém coesão em relação ao disposto pelas DC da ABEPSS de 1996.

Sobre o eixo do “Estágio Curricular e da Supervisão Acadêmica” as IES: UFT, UNITINS e ITOP possuem Regulamento e Política de Estágio, realizam a supervisão sistemática de estágio tanto no campo quanto em sala de aula. As respectivas IES: UNIP e UNOPAR, não descrevem em seus PPC's, a documentação necessária para a inserção do (a) discente no campo de estágio, dificultando assim um debruçar mais sintonizado com as exigências da PNE/2010.

As IES UNIP e UNOPAR não foram referenciadas nos eixos de análise por não atenderem aos requisitos preconizados nas DC da ABEPSS de 1996. A omissão dos dados identificados nos documentos analisados, pressupõe um perigo real na aproximação com os ditames mercadológicos da expansão capitalista, implica também na fragmentação do ensino, na fragilidade dos conteúdos expostos na oferta de disciplina, enfim, reflete diretamente na formação acadêmica e profissional. Se não há uma direção a seguir, qualquer uma serve. Esse

parece ser o discurso do senso comum que prevalece em se tratando da qualidade do ensino, não importando a direção social e política a qual o curso é vinculado.

A supressão da compreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade em detrimento de aportes instrumentalizáveis, a exemplo da introdução de recursos de informática e de uma formação por competência, demonstra as tentativas das figuras representativas do capital em intensificar os processos formativos das profissões aos anseios do mundo do trabalho. Especificamente no Serviço Social essas modificações tendem a limitar o exercício profissional ao caráter meramente técnico, pois como elucida Iamamoto (2014): “O discurso que fundamenta a formação por competência pode encontrar na cultura profissional do Serviço Social uma ambientação favorável à sua difusão em decorrência de seus vínculos com a empiria e certa mitificação da ‘prática profissional.’” (QUEIROZ, 2020, p. 55-56 Apud IAMAMOTO, 2014, p. 627).

A competência enfatizada pelo discurso mercadológico do capital busca intensificar as ações profissionais para as exigências do mundo do trabalho, suprimindo o caráter crítico e o rigor teórico-metodológico defendido pelo Serviço Social.

A práxis profissional deve desnudar-se de fetiches, de condutas de ajustamento e juízo de valor, permitindo que o profissional tenha liberdade e autonomia para intervir diante das mazelas que lhe são apresentadas. Não se afirma aqui, que o (a) Assistente Social deixe de atender às demandas institucionais que lhe são impostas, mas que deve refletir criticamente sobre tais situações buscando sempre pautar-se no diálogo e no respeito, tendo o cuidado de garantir que os sujeitos tenham seus direitos preservados e efetivados.

O perfil de profissional que tem sido buscado pelo mercado é aquele que atenda suas exigências, que não questione as decisões tomadas pelo gestor, que siga os manuais e cartilhas das políticas sociais sem o cuidado de refletir sobre as especificidades dos sujeitos, do seu território, dentre outros aspectos importantes nessa relação. Como forma de contribuir com o processo de formação profissional do Assistente Social, a ABEPSS vem buscando atuar de forma mais contundente primando pelo aprimoramento intelectual dos profissionais inseridos no contexto institucional e acadêmico.

Entre 1994 e 1996 ocorreram diversos momentos coletivos envolvendo a comunidade acadêmica e toda a categoria profissional em um amplo e democrático debate sobre as Diretrizes Curriculares. Segundo o documento da ABESS/CEDEPSS de 1996 foram: 200 oficinas locais, em 67 unidades de formação acadêmicas filiadas à ABESS, 25 oficinas regionais e 02 nacionais⁶⁹.

Dessa forma, a ABEPSS propiciou aos profissionais do Serviço Social a ampliação de seu arcabouço teórico-metodológico, de sua capacidade de leitura da realidade e dos

⁶⁹ Disponível em: <http://www.abepss.org.br/diretrizes-curriculares-da-abepss-10>. Acesso em 27/05/2021.

princípios éticos que embasam a profissão no seu compromisso com a classe trabalhadora, com a população usuária. A intencionalidade profissional defendida por Guerra e demais teóricos ligados ao Serviço Social, deve estar permeando as ações profissionais através das dimensões já citadas: [...] técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa (GUERRA 1997, p. 12)⁷⁰ [...]”⁷¹

Por fim, acredita-se que seja possível visualizar a indissociabilidade entre o Projeto Ético Político e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 nos respectivos PPC's de 3 IES, sendo duas públicas e uma privada. As demais ficaram aquém do esperado em relação às categorias analíticas: Núcleo de Fundamentação da Formação Profissional, Estágio Supervisionado e Supervisão Acadêmica e Nova Lógica Curricular de 1996 as quais identificou-se durante a pesquisa documental nos respectivos PPC's.

Essa perspectiva está na contramão do que já fora mote de intensas discussões aguerridas e calorosas pelo conjunto CFESS/CRESS, ABEPSS, ENESSO. Não estão distantes de acabar, de pôr fim à essa dura realidade: entre combater e negar os ditames do capital e sermos obrigados a conviver (nunca nos conformar) com ele. A respeito reporta-se a fala das autoras,

Cabe, portanto aqueles/aquelas que mantêm um distanciamento da coletividade profissional romper com o senso comum, de uma realidade aparente, fruto da alienação provocada pelo capitalismo que coisifica as pessoas e, desta forma mantêm sua herança. É tempo de resistir para não sucumbir a uma série de ataques covardes, injustos e nefastos do atual governo. Assistentes Sociais devem sempre estar prontos para a luta, para o embate. Se chegamos até aqui como uma profissão forjada pelo protagonismo profissional, temos o compromisso ético de manter o curso da história, de ter a certeza que não lutamos por utopia (ALBIEIRO; COSTA, 2020, p. 70).

A pesquisa proporcionou oportunidade ímpar de percorrer cada PPC e sua matriz curricular, conhecer a dinâmica de ensino das instituições dialogando de parágrafo por parágrafo com as DC da ABEPSS de 1996, com as recomendações da Comissão de Especialistas do Serviço Social de 1999.

No momento vivem-se dias tenebrosos, nebulosos, de insegurança social, de acirramento das forças produtivas em detrimento de crescimento econômico. Vive-se a luta contra um vírus que não se conhece (o Coronavírus-19), que destrói anticorpos e acaba deixando convalescentes, reféns de um sistema de saúde sucateado, mas que ainda resiste.

⁷⁰ Disponível em: <http://unesav.com.br/ckfinder/userfiles/files/Yolanda%20Guerra%20instrumentalid.pdf>. Acesso em 27/05/2021.

Mas também, se luta contra um outro vírus, mas este, visível e também se sente: é o vírus do individualismo que domina o ser humano, que aprisiona e cega, impede que se olhe para um horizonte diferente, com possibilidades reais. Deseja-se que um dia, não muito distante possa-se contemplar um país com oportunidades para aqueles (as) que necessitam serem vistos.

Diante do exposto, conclui-se que as principais **convergências** são: incorporação dos núcleos de fundamentação da formação profissional; fomento à pesquisa acadêmica e a extensão universitária; supervisão sistemática em relação ao estágio e a supervisão; enfoque na qualificação docente (ITOP, UFT e UNITINS); cumprimento da carga horária do estágio curricular; coesão em relação ao cumprimento da carga horária de Atividades Complementares: ITOP, UFT, UNIP, UNITINS e UNOPAR.

Em relação às **divergências** marcantes identificou-se fragmentação no processo de ensino-aprendizado e na formação profissional; ausência de afirmação da teoria social crítica nos respectivos PPC's; sem descrição das linhas e dos grupos de pesquisa e dos projetos de extensão universitária publicizados na página dos cursos e no PPC's (UNIP, UNOPAR); menção às DC do MEC/2002 nos documentos analisados: (ITOP, UNITINS).

Desta forma, deixa-se como sugestão deste estudo, que seja realizada uma pesquisa empírica nas IES com vistas a investigar como tem se dado o processo formativo do (a) assistente social, tendo em vista que a referida pesquisa foi documental e não possibilitou tais apreensões. Que seja dada uma devolutiva do estudo junto as IES pesquisadas, demonstrando compromisso com a comunidade acadêmica. Acredita-se, que os dados coletados servirão de base para uma reflexão crítica sobre o processo de formação do assistente social. Compartilhar as informações com a Comissão de Formação Profissional do CRESS-TO para que os dados apresentados possam servir para futuras discussões coletivas da categoria.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Revista Serviço Social & Sociedade**, especial. São Paulo, volume, nº 127, p.456-475, set/dez, 2016.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>
Acesso em 01/04/2020.

ALBIERO, Celia Maria Grandini; COSTA, Maryvalda Melo Santos. A formação profissional em tempos de revitalização do conservadorismo. Desafios e Perspectivas. **Questão Social, Estado e Serviço Social**, AMIUCCI, Eliane Marques de Menezes, (Orgs.). 1ª Ed. 134 p. EDUFT, 2020.

ALVES, Zélia Mana Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. ANÁLISE Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/yKQmzXgZMrdhBCMkdbYvJYj/?lang=pt> .Acesso em 01/04/2020

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor**. 1ª Edição. São Paulo: Editora Bointempo, 2011, 176 p.

APOLINÁRIO, Fábio. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n51/a03v1451.pdf>.
Acesso em 01/04/2020.

ARTIGO. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X1992000200007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes Gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro, 1996, 23 páginas.

BACKX, Sheila et al. **A Dimensão técnico-operativa no Serviço Social**: desafios contemporâneos. 3ª ed. São Paulo, Cortez Editora, 2016. 208 p.

BARATA, Joaquina. **Formulação, administração e execução de políticas públicas**. In: *Serviço Social, Direitos Sociais e Competências Profissionais*. Conselho Federal de Serviço Social (Orgs.). 1ª Ed. 2009. São Paulo. 23p.

BEHRING, Elaine Rosseti. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: fundamentos e história. volume 2, 11ª edição. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 124, p. 637-651, out/dez. 2015.

BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Orientações da Anvisa para serviços de saúde, Brasília- DF, 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (1999). Ministério da Educação e do Desporto. Comissão de Especialistas do Ensino Superior. **Comissão de Especialistas do Serviço Social**.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (2012). **Código de Ética Profissional de 1993**.

BRASIL. Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília-DF: Câmara dos Deputados, 2020.

BRASIL. Lei nº 12.435, de 6 de Julho de 2011. **Dispõe sobre a criação do Sistema Único de Assistência Social (2004)**.

BRASIL. Lei nº 8080/1990 que institui o Sistema Único de Saúde (SUS). Disponível em: <http://portalms.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em 29/08/2018.

BRASIL. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, Brasília (DF)2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html>. Acesso em 05/03/2021.

BRASIL. Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social. Brasília-DF, Maio de 2014. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS_incompatibilidadevolume2_2014.pdf. Acesso em 18/02/2021. Brasília-DF.62p.

BRAVO, Maria Inês Souza. Política de Saúde no Brasil. In: **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. 1ª ed. São Paulo: Cortez 2000. 408p.

BRAVO, Maria Inês Souza. A Política de Saúde no Brasil: trajetória histórica". In: **Capacitação para Conselheiros de Saúde** - textos de apoio. Rio de Janeiro: UERJ/DEPEXT/NAPE, 2000, 24p.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Questão da Saúde e Serviço Social**: as práticas profissionais e as lutas no setor. 337 f. Tese de Doutorado. Departamento de Serviço Social Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP, 1991.

BURGINSKI, Vanda Micheli et al. Formação em Serviço Social no estado do Tocantins no contexto da contrarreforma do Ensino Superior. *In: Serviço social: formação, pesquisa e trabalho profissional em diferentes contextos.* JOAZEIRO, Goulart Edna Maria et al. Piauí: EDUFPI, 2020.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de, et al. Pesquisa e socialização de conhecimentos da pós-graduação em Serviço Social. *In: Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos.* São Paulo. Cortez, 2020. 256 p.

COSTA, Maryvalda Melo Santos. **Serviço Social e Saúde Mental.** Reflexões sobre a contribuição da profissão na produção de conhecimento nos anos de 2008-2017. 88 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Serviço Social e Política Social) UFT. Miracema do Tocantins, 2019.

DEMIER, Felipe. DURIGUETTO, Maria Lúcia. Democracia blindada, contrarreformas e luta de classes no Brasil contemporâneo. **Argum.** Vitória (ES). v. 9, n. 2, p. 8-19, maio/ago. 2017.

DEMO, Pedro. **Pesquisa:** princípio científico e educativo. 6ª ed. Brasília, 1999.

DURIGUETTO, Maria Lucia; MARRO, Kátia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico eu alimenta os conflitos de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social no Brasil:** História de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2018. 392p.

EVANGELISTA, Olinda. Faces da Tragédia Docente no Brasil. 2016. In: XI Seminário Internacional de La Red Estrado. **Seminário.** Universidad Pedagógica Nacional. 1-68 p.

FARAGE, Eblin. Educação superior em tempos de retrocessos e os impactos na formação profissional do Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, n 140. 18p, Abr. 2021.

FONSECA, Cleomar Campos da. A Formação em Serviço Social: conteúdos programáticos e suas tendências teórico-metodológicas. **Revista Temporalis**, Espírito Santos, v. 16, nº 32, 22p, jul/dez, 2016.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo, 2002. Disponível em: <https://docente.ifrn.edu.br/mauriciofacanha/ensino-superior/redacao-cientifica/livros/gil-a.-c.-como-elaborar-projetos-de-pesquisa.-sao-paulo-atlas-2002./view>. Acesso em 25/05/2021.

GRUPO DE ESTUDO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, FORMAÇÃO E EXERCÍCIO PROFISSIONAL. UFT. Miracema do Tocantins - TO, 2019.

GUERRA, Yolanda (Org.). **A dimensão Técnico-Operativa no Serviço Social: Desafios Contemporâneos**. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012. 183 p.

GUERRA, Yolanda D. A Pós Graduação em Serviço Social no Brasil: Um patrimônio a ser preservado. In: **Temporalis**, Brasília (DF), n.22, jul./dez. 2011, p.125-158.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico -operativa do exercício profissional**. Disponível em <http://dns.ts.ucr.ac.cr/binarios/pela/pl-000563.pdf>. Acesso em 02/01/2019

HARVEY, David. **A produção Capitalista no espaço**, 2005. Tradução de Carlos Azlak. São Paulo: Annablume, 2005, 251p. Tradução de Translation of Capitalist Production in Space

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. Apud A. ROY, Power Politics, Cambridge, Massachusetts, South End Press, 2001, p.16.
<http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1596>. Acesso em 08/08/2019.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 2004, 256p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 22ª edição, São Paulo: Cortez, 2000, 360 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**, 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2008, 496p.

INSTITUTO TOCANTINENSE DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E PESQUISA LTDA. Projeto Político Pedagógico do curso de Serviço Social, 2019.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Tradução de Reginaldo Di Piero. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. (Coleção Pensamento Crítico, v.5). Tradução de dialectic of concrete.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ABREU, Maria Helena Euphídio. (Orgs.). **A supervisão de estágio em Serviço Social: aprendizados, processos e desafios**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2016, 320p.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Suárez. O Projeto de Formação em Serviço Social: análise da sua trajetória histórica no período 1996 a 2016. In: **Temporalis**, Brasília (DF), v.16, n. 32, jul./dez. 2016, p.23-49.

LIMA, Joseane Barbosa de. O Projeto Profissional do Serviço Social em debate: entre a intenção de ruptura e as tendências do neoconservadorismo. **Temporalis**, Brasília (DF), n. 33, jan./jun. 2017.p. 25

LOPES, Josefa Batista. O Serviço Social na América Latina: nas malhas da modernização conservadora e do projeto alternativo de sociedade.1998. Tese- Pontifícia Universidade Católica(SP).

MARTINELLI, Maria Lúcia (org.) **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras, 1999, 143p.

MARX, Karl. O Capital Volume I. Coleção os “Economistas”. São Paulo:Nova Cultural, 1996. Métodos de Pesquisa.. Disponível em:
<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em 29/12/2020.

MEDEIROS, Érika Lula de. **Atribuições e competências no trabalho docente. Serviço social, docência e atribuições privativas do exercício profissional de assistente social**. In: Atribuições privativas do/a Assistente Social em questão. CFESS, 2ª edição, 2020.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. Petrópolis (RJ): Vozes, 26ª ed,2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa Social**: Teoria, Método e Criatividade. 18ª ed. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1428/minayo_2001.pdf. Acesso em 29/12/2018.

MIOTO, Regina Célia Tamasso; NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional, Santa Catarina: Katalysis, 2013.

NOTA DE REPÚDIO CFESS. Disponível em:
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/visualizar/noticia/cod/1596>. acesso em 08/08/2019.

OLIVEIRA E SILVA, Maria Liduína de(Orgs.). **Pesquisa em Serviço Social e Temas Contemporâneos**. São Paulo: Cortez, 2020, 256p.

PAULO NETTO, José. Movimento de Reconceituação. **Revista Serviço Social & Sociedade**.. Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2005. p. 18

PAULO NETTO, José. A construção do projeto ético-político do serviço Social frente à crise contemporânea. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Módulo 1: Crise contemporânea, questão social e Serviço Social. Brasília, 1999. p. 91-110.

PAULO NETTO, José. Assistencialismo e Regressividade profissional no Serviço Social. In: **Lusíadas**. Lisboa, 2013. Disponível em: <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/1195>. Acesso 25/05/2021.

PEREIRA, Dhamer Larissa. A Expansão dos cursos de Serviço Social em tempos de Contrarreforma do Ensino Superior Brasileiro: impactos na formação profissional do Assistente Social, 2010. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luís (MA): EDUFMA vol.14, nº 2, 2015.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Política Social do Segundo Pós-Guerra: Ascensão e Declínio. In: **Revista Serviço Social & Saúde**. São Paulo: UNICAMP v. IX, n. 10, Dez 2010.

PIANA, Maria Cristina. A construção do perfil do assistente social no cenário educacional [online]. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. <http://books.scielo.org/> Acesso em 17/02/2021.

POLÍTICA SOBRE DROGAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Lei/L13840.htm#art2. Acesso em 08/08/2019.

REFORMA DA PREVIDÊNCIA. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>. Acesso em 08/08/2019.

ROCHA, Mirtes Andrade Guerra Alcoforado. Elaboração de Projetos de Pesquisa. In: **Serviço Social: Desafios Sociais e Competências Profissionais**. São Paulo: CFESS, 2009, p. 827-850.

ROY, A. Power Politics. Cambridge (MA) South End Press, 2001.

SALVADOR, Evilásio. Fundo Público e o Financiamento das políticas públicas no Brasil. **Serviço Social em Revista (Online)**, v. 14, 2012.

SAÚDE como direito. Disponível em: http://www.cortezeditora.com/Algumas_paginas/Saude_como_direito_e_como_servico.pdf. Acesso em 23/03/2018

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e Produção de conhecimento no campo do Serviço Social. *In: Rev. Katál.* Florianópolis: v. 10 n p. 15-25, 2007.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO TOCANTINS. **PPC do curso de Serviço Social**, 2020,148 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. Curso de Serviço Social. **PPC do curso de Serviço Social**, 2010, 178 p.

UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ. **PPC do curso de Serviço Social**, 2020, 31 p.

UNIVERSIDADE PAULISTA. **PPC do curso de Serviço Social**, 2018.

VIANNA, Maria Lucia Teixeira Werneck. **Americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**. Editora Revan: Rio de Janeiro, 2000.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. *In: Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais.*(CFESS), Brasília (DF) 2009.

APÊNDICE A – CONVITE ITOP

APÊNDICE B – CONVITE UNOPAR

APÊNDICE A - CONVITE PARA A IES ITOP

Prezada Coordenadora
Coordenação - Curso SS - ITOP
Boa tarde

A aluna Maryvalda Melo Santos Costa do PPGSSocial da UFT está desenvolvendo sua dissertação de Mestrado intitulada: "**A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS**", envolvendo a temática sobre “A Formação Profissional do Assistente Social e o Projeto Ético Político” o qual versa em sua delimitação diante da dimensão investigativa da profissão, através do processo de formação profissional dos Assistentes Sociais em cinco Instituições de Ensino Superior (IES's) públicas e privadas do estado do Tocantins, a centralidade da pesquisa envolverá as Diretrizes Curriculares da ABEPSS . Temos como tarefa primordial “investigar o processo de formação profissional dos assistentes sociais postos nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins”. Partimos do princípio que as cinco IES do estado do Tocantins passaram por algumas modificações em seus currículos como as exigências legais do MEC e da ABEPSS, diante da conjuntura política que o país atravessa. Ao mesmo tempo em que seguem o curso das constantes transformações societárias, o que indica a necessidade de se investigar como ocorreu esse processo e, se houveram mudanças, identificá-las.

A pesquisa **objetiva de forma geral** identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual dos cursos de graduação das cinco IES em relação à proposta vigente preconizada pela ABEPSS, que se justifica por existirem correlações de forças e interesses difusos nas instituições. A presente proposta é desafiadora e nos encoraja a apresentar resultados fidedignos, respeitando assim o compromisso explícito no Código de Ética do Assistente Social em publicizar os dados coletados nas pesquisas sociais. Por apresentar uma proposta macro, é necessário delimitar objetivos específicos que se alinharão ao objetivo geral visando alcançar o resultado esperado. Seguem, portanto os respectivos **objetivos específicos**: Fortalecer o projeto ético político da profissão a partir do estudo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS; Discutir sobre o processo de implementação e reformulação dos PPC's do curso de Serviço Social das cinco IES do estado do Tocantins; Contribuir com o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais na hegemonia crítica da profissão frente aos avanços do conservadorismo. Conforme visto, o estudo possui uma proposta articulada a uma

formação comprometida com o projeto de profissão, sendo baseada na perspectiva crítica e política.

Partindo dessas considerações iniciais, acreditamos que a pesquisa tem relevância social, pois nasce de inquietações sobre os desafios da formação profissional dos Assistentes Sociais e se alinha com uma pesquisa macro em andamento; portanto não está descontextualizada da realidade profissional. Buscamos respostas para nossa inquietação sobre a dimensão formativa do Assistente Social tendo como ponto de partida a investigação nos PPC's dos cursos de Serviço Social das 05 IES do estado e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Dessa forma, enquanto orientadora da presente acadêmica, solicitamos uma cópia do PPC do curso de Serviço Social da ITOP para a investigação em tela.

Certa da atenção e compreensão, antecipadamente, agradecemos.

Prof^aDra Célia Maria Grandini Albiero
Docente - UFT - Curso de Serviço Social
Campus Universitário Miracema
Contatos: (63) 99948755 (Vivo)
(63) 81163639 (Tim)
e-mail: celiaalbiero@uft.edu.br

APÊNDICE B - CONVITE PARA A IES UNOPAR

Prezada Coordenadora

Curso

SS

- UNOPAR

Boa tarde

A aluna Maryvalda Melo Santos Costa do PPGSSocial da UFT está desenvolvendo sua dissertação de Mestrado intitulada: "**A DIMENSÃO FORMATIVA DO ASSISTENTE SOCIAL: UMA REFLEXÃO A PARTIR DAS DIRETRIZES CURRICULARES DA ABEPSS**", envolvendo a temática sobre “A Formação Profissional do Assistente Social e o Projeto Ético Político” o qual versa em sua delimitação diante da dimensão investigativa da profissão, através do processo de formação profissional dos Assistentes Sociais em cinco Instituições de Ensino Superior (IES's) públicas e privadas do estado do Tocantins, a centralidade da pesquisa envolverá as Diretrizes Curriculares da ABEPSS . Temos como tarefa primordial “investigar o processo de formação profissional dos assistentes sociais postos nos PPC's dos cursos de Serviço Social das IES's públicas e privadas do estado do Tocantins”. Partimos do princípio que as cinco IES do estado do Tocantins passaram por algumas modificações em seus currículos como as exigências legais do MEC e da ABEPSS, diante da conjuntura política que o país atravessa. Ao mesmo tempo em que seguem o curso das constantes transformações societárias, o que indica a necessidade de se investigar como ocorreu esse processo e, se houveram mudanças, identificá-las.

A pesquisa **objetiva de forma geral** identificar as divergências e/ou convergências entre a proposta atual dos cursos de graduação das cinco IES em relação à proposta vigente preconizada pela ABEPSS, que se justifica por existirem correlações de forças e interesses difusos nas instituições. A presente proposta é desafiadora e nos encoraja a apresentar resultados fidedignos, respeitando assim o compromisso explícito no Código de Ética do Assistente Social em publicizar os dados coletados nas pesquisas sociais. Por apresentar uma proposta macro, é necessário delimitar objetivos específicos que se alinharão ao objetivo geral visando alcançar o resultado esperado. Seguem, portanto os respectivos **objetivos específicos**: Fortalecer o projeto ético político da profissão a partir do estudo das Diretrizes Curriculares da ABEPSS; Discutir sobre o processo de implementação e reformulação dos PPC's do curso de Serviço Social das cinco IES do estado do Tocantins; Contribuir com o processo de formação profissional dos Assistentes Sociais na hegemonia crítica da profissão frente aos avanços do conservadorismo. Conforme visto, o estudo possui uma proposta articulada a uma

formação comprometida com o projeto de profissão, sendo baseada na perspectiva crítica e política.

Partindo dessas considerações iniciais, acreditamos que a pesquisa tem relevância social, pois nasce de inquietações sobre os desafios da formação profissional dos Assistentes Sociais e se alinha com uma pesquisa macro em andamento; portanto não está descontextualizada da realidade profissional. Buscamos respostas para nossa inquietação sobre a dimensão formativa do Assistente Social tendo como ponto de partida a investigação nos PPC's dos cursos de Serviço Social das 05 IES do estado e sua vinculação com as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Dessa forma, enquanto orientadora da presente acadêmica, solicitamos uma cópia do PPC do curso de Serviço Social da UNOPAR para a investigação em tela.

Certa da atenção e compreensão, antecipadamente, agradecemos.

Profª Dra Célia Maria Grandini Albiero
Docente - UFT - Curso de Serviço Social
Campus Universitário Miracema
Contatos: (63) 99948755 (Vivo)
(63) 81163639 (Tim)
e-mail: celiaalbiero@uft.edu.br